

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

1º Semestre de 2005

Banif SGPS, SA.

e

Grupo Banif Consolidado

Banif SGPS, SA

Sociedade com o capital aberto ao investimento do público

Sede Social: Rua de João Tavira, 30 - 9 000 Funchal

Capital Social: 200.000.000 Euros - Pessoa Colectiva n.º 511 029 730

Matrícula n.º 3658 da C.R.C. do Funchal

ÍNDICE

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

II. ACTIVIDADE DO GRUPO BANIF

1. BANIF SGPS, SA

1.1 BANCA COMERCIAL

1.1.1 Actividade Comercial

1.1.1.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

1.1.1.2 Banco Comercial dos Açores, SA

1.1.1.3 Banif Leasing, SA

1.1.1.4 Banif Crédito - SFAC, SA

1.1.1.5 Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA

1.1.2 Recursos Humanos

1.1.3 Operativa e Tecnologia

1.1.4 Controlo dos Riscos de Actividade

1.1.5 Crédito Vencido/Imparidade

1.1.6 *Compliance* e Auditoria

1.1.7 Actividade Financeira

1.1.8 Actividade Internacional

1.2 BANCA DE INVESTIMENTO

1.2.1 Banif – Banco de Investimento, SA

1.3 SEGUROS

1.3.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

1.4 OUTRAS ACTIVIDADES DO GRUPO BANIF

1.4.1 Banif Imobiliária, SA

1.4.2 Banifserv–Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

2. ANÁLISE ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Demonstrações Financeiras Individuais

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração de Variações em Capitais Próprios**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

3.2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração de Variações em Capitais Próprios**
- **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- **Anexo às Demonstrações Financeiras**

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1 Órgãos Sociais e Estatutários

4.2 Carteira de Acções Próprias

4.3 Titulares de Participações Sociais Qualificadas

4.4 Valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA e sociedades do Grupo Banif detidos por titulares de Órgãos Sociais

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O primeiro semestre de 2005 ficou marcado por vários eventos importantes: na Europa, o início do processo de referendos ao Tratado da Constituição Europeia dominou as atenções, sobretudo depois da rejeição francesa, em fins de Maio, com implicações ao nível do câmbio; nos Estados Unidos, a manutenção de um forte ritmo de crescimento a par de níveis de rendimento das obrigações de longo prazo a níveis mínimos em termos históricos gerou grandes discussões nos mercados financeiros; a manutenção do petróleo em patamares historicamente elevados e sem dar sinais de queda, ao contrário das expectativas vigentes no início do ano, continuou a ser fonte de preocupação, apesar dos efeitos mitigados sobre crescimento e inflação.

Assim, os Estados Unidos apresentaram um crescimento de 3,6% no 1º trimestre, um andamento apreciável, com os dados preliminares para o 2º trimestre a sugerirem a manutenção desse ritmo. No entanto, a evolução ao longo do semestre não foi linear, já que, na viragem do 1º para o 2º trimestre, a acumulação de sinais de abrandamento, sobretudo ao nível dos indicadores de confiança empresarial, gerou receios sobre a possibilidade de deterioração significativa do cenário macro-económico. Os receios foram particularmente empolados pelo facto de a Reserva Federal (Fed) se mostrar inflexível nas suas intenções de continuar a subir as taxas de juro, que acumulam já uma subida de 225 pontos básicos no espaço de um ano. Os dados mais recentes não têm, contudo, corroborado esses receios, pelo que o mercado incorporou novamente expectativas de subidas da taxa de referência da Fed até ao final do corrente ano.

Num padrão muito semelhante ao da primeira metade de 2004, parte das dúvidas sobre o ritmo de crescimento da economia americana prendeu-se com o fraco desempenho do mercado de trabalho, nomeadamente ao nível dos postos de trabalho criados, cujo volume se mantém abaixo do verificado noutras fases semelhantes de ciclos anteriores. Apesar disso, a taxa de desemprego reduziu-se de 5,4% para 5,0% durante o primeiro semestre, o que se reflectiu

numa ligeira aceleração dos custos unitários de trabalho. Ainda assim, a taxa de inflação homóloga reduziu-se de 3,3% em Dezembro para 2,5% em Junho, reflectindo a eliminação dos efeitos de base relacionados com a tendência altista dos preços de petróleo em 2004, enquanto a taxa de inflação subjacente se manteve estável dentro do intervalo de 2,2%-2,0%.

No Japão, o ano começou num tom mais optimista depois do ligeiro abrandamento notado no final de 2004, com o 1º trimestre a apresentar um crescimento homólogo do PIB de 1,3% face a 0,6% no trimestre findo em Dezembro. A aceleração da procura interna, suportada na redução do desemprego, que caiu de 4,5% em Dezembro para 4,2% no final de Junho, paralelamente a ganhos salariais acrescidos e em conjunto com o bom desempenho do lado empresarial, deverá permitir um crescimento do produto em torno de 1,5% para o conjunto do ano de 2005. Apesar da conjuntura mais favorável em termos de PIB, o ritmo de crescimento de preços voltou a abrandar, com a taxa de inflação anual medida numa base homóloga a situar-se em -0,5% em Junho face a 0,2% em Dezembro de 2004.

Na Europa, o 1º semestre do ano começou ensombrado pelos efeitos da forte apreciação do Euro, iniciada ainda no final de 2004, sobre o sector exportador europeu, que se reflectiu numa deterioração generalizada dos principais índices de confiança empresariais e se traduziu numa forte desaceleração do crescimento do produto face ao trimestre anterior nalguns dos principais países da União. Neste contexto, a taxa de desemprego não registou melhorias apreciáveis, mantendo-se em torno de 9%, as vendas a retalho continuaram a evidenciar um comportamento volátil e a produção industrial apresentou várias quedas mensais ao longo do semestre. No que diz respeito à inflação, o abrandamento económico traduziu-se numa desaceleração ligeira, com o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor a apresentar uma variação homóloga de 2,1% em Junho face a 2,4% em Dezembro, ainda acima do objectivo de 2% pretendido pelo Banco Central Europeu (BCE). Apesar do cenário de quase estagnação económica observado durante o semestre ter gerado frequentes expectativas sobre um possível corte de taxas, o BCE manteve a sua taxa de referência em 2%.

A evolução da economia portuguesa ao longo do 1º semestre não foi também particularmente positiva, para o que contribuíram vários factores: por um lado, a deterioração do cenário

externo, em particular do bloco europeu, que afectou o comportamento da balança comercial e, por outro, a realização de eleições legislativas e as novas orientações de política orçamental, na sequência de uma reavaliação do défice orçamental para 6,83% do PIB, bastante acima do valor originalmente contemplado no Orçamento. Assim, o PIB português registou um crescimento de apenas 0,1% no 1º trimestre, quando comparado com o período homólogo, ao mesmo tempo que a taxa de desemprego atingia o máximo dos últimos quinze anos (7,5%) em Março passado. Neste contexto, o Banco de Portugal viria a rever as suas estimativas de crescimento para o conjunto do ano em baixa, esperando-se agora que o PIB suba cerca de 0,5% face a 1,6% inicialmente estimado, devido a um contributo bastante inferior ao esperado por parte da procura externa.

Depois do forte crescimento observado em 2004, acompanhado por uma subida da inflação, a economia brasileira deu sinais de abrandamento logo no 1º trimestre, que registou um crescimento do produto de 2,85% numa base homóloga, face a 4,7% no trimestre anterior. Com efeito, a subida da inflação obrigou o Banco Central a intervir no mercado por várias vezes ao longo do semestre, com a taxa de referência SELIC a subir cerca de 200 pontos básicos para 19,75% no fim de Junho. Este movimento aconteceu em paralelo com uma forte apreciação do Real face ao Dólar, em cerca de 12%, reforçando assim o grau de restrição monetária sobre a economia. Neste contexto, o governo brasileiro viria a rever em baixa as suas estimativas de crescimento para 2005, de 4% para 3,5%, bem como de inflação, que deverá situar-se em torno de 5,5% no final do ano. Ainda assim, cumpre realçar o facto de a turbulência política registada perto do final do semestre ter tido repercussão reduzida nos mercados de obrigações e cambial, ao contrário de situações semelhantes no passado, um sinal positivo de confiança dos investidores na qualidade dos fundamentais macro-económicos brasileiros.

No que diz respeito aos mercados cambiais, o semestre ficou marcado por alguma volatilidade: o Euro iniciou o ano no seu máximo histórico contra o dólar, a 1,35, mas viria a perder terreno ao longo do semestre, devido, por um lado, à deterioração das perspectivas de crescimento do bloco europeu bem como às pressões geradas em torno do processo de aprovação da

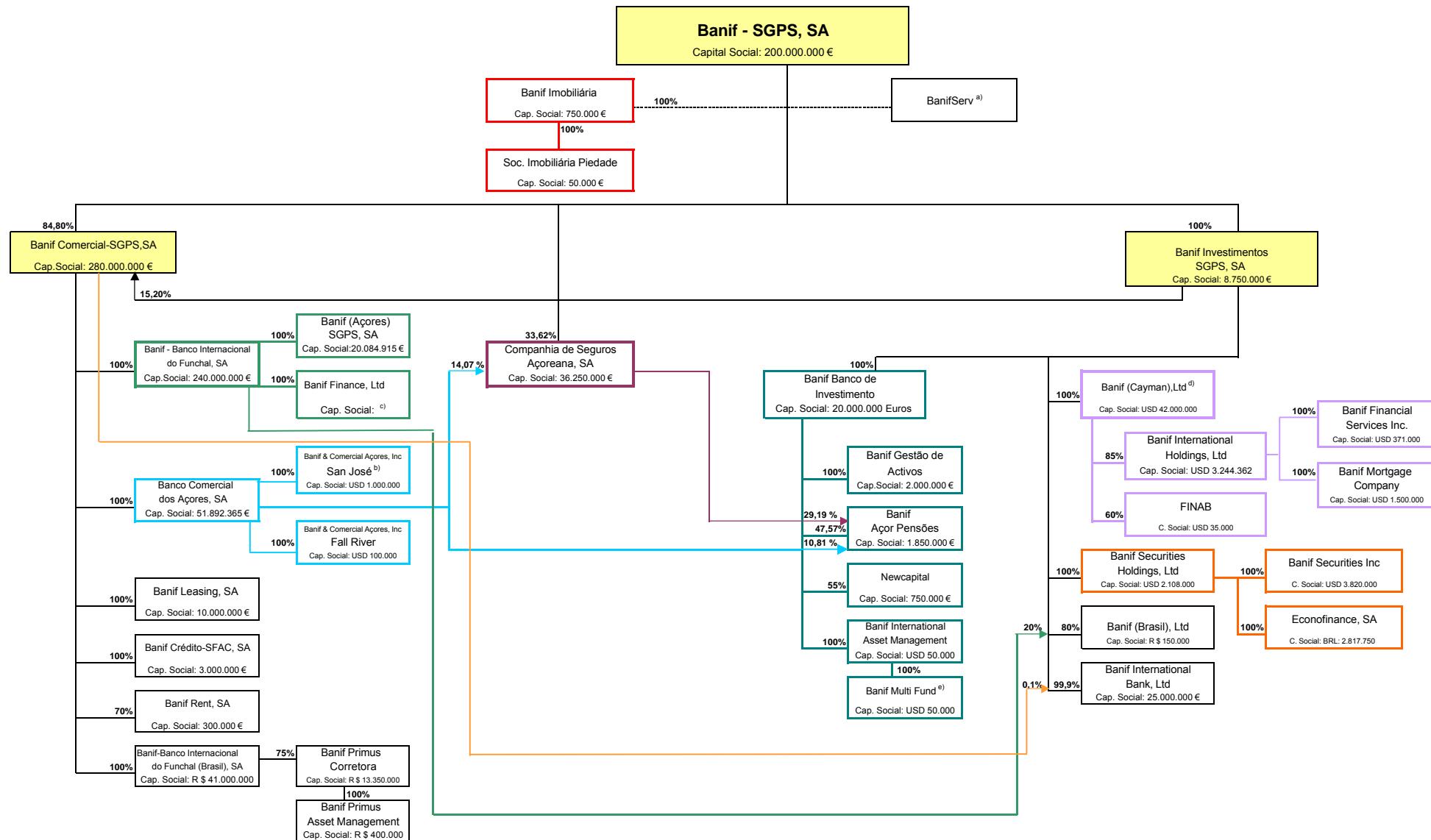
Constituição Europeia e, por outro, a uma reavaliação das expectativas de subida das taxas de juro no Estados Unidos. Assim, a 30 de Junho, o câmbio situava-se em 1,21 dólares por Euro, representando um ganho acumulado no semestre de 10,3% por parte da moeda americana.

Quanto aos mercados de capitais, os principais índices apresentaram comportamentos diferenciados entre os Estados Unidos e a Europa: enquanto, no primeiro caso, todos os principais índices fecharam o semestre em território negativo - o Standard&Poors 100 desceu cerca de 1,7%, o Dow Jones 4,7% e o Nasdaq registou mesmo uma perda de 5,5% -, no segundo, a generalidade dos mercados apresentou ganhos, com o índice Eurostoxx50 a registar uma subida de 7,8%. Apesar do desempenho bastante encorajador registrado no início do ano, o PSI20 constituiu uma excepção a este padrão, tendo registado uma perda de 1,2% no final de Junho.

II. ACTIVIDADE DO GRUPO BANIF

No final do 1º semestre de 2005, a estrutura do Grupo Banif e a composição da sua rede de pontos de venda, eram as constantes das páginas seguintes:

DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES DO GRUPO BANIF
30-06-2005



a) Em virtude de ser um ACE, a sua localização no diagrama pode ser reequacionada face à legislação dos ACE.

b) Capital Social Realizado USD 100

c) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por:
1.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e 75.000 acções preferenciais sem voto de valor nominal unitário de EUR 0,01.

d) A percentagem de controlo de capital votante é de 100%, sendo o capital social constituído por:
26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 16.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.

e) Capital Social Realizado USD 100.

Redes de Distribuição do Grupo Banif

Pontos de Venda em 30/06/05

	<u>Continente</u>	<u>Madeira</u>	<u>Açores</u>	<u>Estrangeiro</u>	<u>Total</u>
Banif Comercial	155	39	49	14	257
1. Banif	148	39	0	2	189
- Agências	124	34	0	0	158
- Centros de Empresas/ /Clientes	19	2	0	0	21
- Call Centre	1	0	0	0	1
- S.F.E.	0	2	0	0	2
- Outros	4	1	0	2	7
2. BCA	1	0	49	5	55
- Agências	1	0	43	0	44
- Centros de Clientes	0	0	5	0	5
- S.F.E.	0	0	1	1	2
- Outros	0	0	0	4	4
3. Banif Leasing/Banif Crédito	3	0	0	0	3
4. Banif Crédito	3	0	0	0	3
5. Banif-Banco Internacional do Funchal (B	0	0	0	7	7
Banif Seguros	39	1	17	0	57
1. CSA	39	1	17	0	57
Banif Investimentos	2	1	1	8	12
1. Banif-Cayman	0	0	0	1	1
2. Banif International Bank	0	0	0	1	1
3. Banif Banco de Investimento	2	1	1	0	4
4. Outros	0	0	0	6	6
TOTAL	196	41	67	22	326

1. BANIF SGPS, SA

Durante o 1º semestre de 2005 a Sociedade centrou a sua actividade na gestão das suas participações financeiras, consubstanciada na gestão da sua tesouraria e na definição e dinamização de estratégias a serem implementadas nas diferentes sociedades do Grupo Banif.

À semelhança de anos anteriores, o Grupo Banif definiu como uma das suas principais alavancas de desenvolvimento, para o ano de 2005, o incremento do *cross selling* entre as empresas do Grupo.

Nos últimos três anos o Grupo apresentou rácios de crescimento bastante superiores aos do mercado. Este ano mantém-se essa tendência e em alguns casos incrementa-se o diferencial de crescimento a favor do Grupo, face ao sector.

O Grupo Banif prosseguiu a sua política de expansão e diversificação das redes de distribuição, ao mesmo tempo que se empreenderam algumas medidas de racionalização das mesmas. O Grupo Banif contava em 30 de Junho de 2005 com um total de 326 pontos de venda (incluindo 202 agências bancárias em Portugal).

Ao nível das acções de *cross-selling* desenvolvidas no Grupo Banif salienta-se o expressivo aumento da colocação, nas redes bancárias do Grupo, de produtos de investimento (nomeadamente fundos de investimento, com um crescimento líquido de cerca de 113 milhões de Euros), de *leasing* mobiliário e imobiliário (+44,6% que em igual período do ano anterior), de seguros financeiros (+94,7%) e de seguros não financeiros (+28,4%).

No que diz respeito à actividade seguradora do Grupo Banif é de realçar o crescimento do volume de prémios emitidos (+19% relativamente ao ano anterior, com um total de 211,4 milhões de Euros, destacando-se o ramo vida com um acréscimo de 32,7 % relativamente ao período homólogo do ano anterior). Também a actividade de gestão de activos registou um

forte crescimento, aumentando no mesmo período cerca de 39%, para atingir um volume total de activos sob gestão, no final do 1º Semestre de 2005, de cerca de 1.148 milhões de Euros.

A actividade do Grupo Banif deverá manter um crescimento moderado, ao nível da actividade bancária tradicional, e um continuado reforço das posições actualmente detidas pelo Grupo em actividades como a gestão de activos, *corporate finance*, *private banking*, *trading* e corretagem, seguros e cartões de crédito, actividades estas que exigem menores esforços em termos de capitais próprios e nas quais ainda se reconhece ao Grupo Banif um forte potencial de crescimento.

Na sequência da introdução das IAS/IFRS, no ordenamento económico/contabilístico português, o Grupo Banif, adoptou as Normas de Contabilidade Ajustadas, pelo que, todos os indicadores referenciados no presente texto, foram calculados de acordo com as referidas normas, tendo sido elaborado o respectivo pró-forma para se apurarem os valores correspondentes aos períodos homólogos.

Em resultado da análise efectuada aos impactos produzidos pela adopção das IAS/IFRS ao nível das contas consolidadas do Grupo Banif e tendo em conta as novas metodologias de cálculo dos fundos próprios relacionadas com o Acordo de Basileia II, procedeu-se a algumas alterações ao nível da estrutura de participações financeiras do Grupo Banif, consubstanciadas numa permuta de participações financeiras, que incluíram: a) A alienação pela Banif SGPS, SA à SOIL – SGPS, SA, da totalidade do capital social da Banif Seguros SGPS, SA, a qual detinha 3.792.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, SA (CSA), correspondentes a 52,31% do respectivo capital social pelo valor de 44.642.800 Euros, ao preço de €9,58 por acção e b) A aquisição à mesma Sociedade de 2.437.500 acções da CSA, representativas de 33,62% do respectivo capital social pelo valor de 28.275 milhares de Euros e ao mesmo preço unitário. Este assunto foi objecto de informação ao mercado através de comunicado de facto relevante de 13/05/2005.

Ao nível do endividamento da sociedade, salienta-se que o mesmo é composto por dois empréstimos obrigacionistas, nos montantes de 50 milhões de Euros e 70 milhões de Euros,

com vencimentos em 30 de Setembro de 2006 e em 15 de Dezembro de 2008, respectivamente. Para fazer face à tesouraria de curto e médio prazo, a Sociedade manteve, junto da accionista Rentipar Financeira, SGPS, SA, dois financiamentos no montante global de 25 milhões de Euros.

A Sociedade recebeu dividendos das suas participadas no montante global de 11.038,8 milhares de Euros e colocou à disposição dos seus accionistas dividendos no valor de 14 milhões de Euros, traduzindo um dividendo por acção de €0,35.

No que se refere aos principais indicadores, salientamos que o Activo Líquido da Sociedade ascendia a 454,0 milhões de Euros, no final do 1º semestre de 2005, enquanto no período homólogo de 2004 atingia o montante de 422,5 milhões de Euros, representando um crescimento de 7,7%. A Sociedade obteve um Resultado Líquido de 24,5 milhões de Euros contra 4,2 milhões de Euros obtidos no 1º semestre de 2004 e possuía capitais próprios de 301,3 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, enquanto no período homólogo de 2004, este indicador atingia o valor de 279,3 milhões de Euros.

No que respeita às sociedades *sub-holdings* do Grupo, a actividade da Banif Comercial SGPS, SA durante o 1º semestre de 2005 consistiu, exclusivamente, na gestão das participações financeiras ligadas à actividade da banca comercial e crédito especializado.

No âmbito da sua actividade a Banif Comercial SGPS realizou 0,01% do capital do Banif International Bank, Ltd, no montante de 25 milhares de Euros.

A referida *sub-holding* recebeu dividendos das participadas no montante global de 18.666,2 milhares de Euros, tendo pago dividendos aos seus accionistas no valor de 6.720 milhares de Euros.

No que se refere aos principais indicadores relativos ao 1º semestre de 2005, o Activo Líquido da Banif Comercial SGPS atingiu o valor de 359,4 milhões de Euros contra 342,8 milhões de Euros no 1º semestre de 2004, tendo sido obtido um Resultado Líquido de 18,6 milhões de

Euros, contra 15,5 milhões de Euros em igual período de 2004, variação que resultou essencialmente do aumento de dividendos recebidos das sociedades participadas.

Os capitais próprios da Banif Comercial SGPS ascendiam, em 30 de Junho de 2005, a 313,2 milhões de Euros, enquanto no período homólogo de 2004 atingiam o valor de 289,1 milhões de Euros.

Também a actividade desenvolvida durante o semestre pela Banif Investimentos SGPS, SA consistiu, fundamentalmente, na gestão das suas participações sociais, as quais estão predominantemente ligadas às áreas do mercado de capitais e da gestão de activos, nacionais e internacionais. Esta *sub-holding* realizou 99,9% do capital social do Banif International Bank, Ltd, no valor de 24.975 milhares de Euros.

A Banif Investimentos SGPS recebeu dividendos das suas participadas no valor global de 5.104,6 milhares de Euros, tendo pago dividendos ao accionista único Banif SGPS, SA, no valor de 2,1 milhões de Euros

No que se refere aos principais indicadores, o Activo Líquido da Banif Investimentos SGPS elevava-se a 130,5 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, contra 104,6 milhões de Euros no período homólogo de 2004, tendo sido apurado um Resultado Líquido de 467,6 milhares de Euros, enquanto no 1º semestre de 2004, havia sido obtido um Resultado Líquido de 2.477,0 milhares de Euros. Os capitais próprios da referida *sub-holding* ascendiam, em 30 de Junho de 2005, a 11,7 milhões de Euros, contra 13,3 milhões de Euros no período homólogo de 2004.

1.1 BANCA COMERCIAL

1.1.1 Actividade Comercial

1.1.1.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

1. Negócio na Região Autónoma da Madeira

A actividade económica regional, no 1º semestre de 2005, sofreu um abrandamento face a 2004, reflexo da redução do investimento do sector público, característico do início de um novo mandato governativo regional.

Apesar da retracção da conjuntura económica madeirense neste período, manteve-se o crescimento sustentado do volume de negócios da Direcção Comercial da RAM (DCRAM), traduzido num acréscimo de 12% do volume de crédito concedido e no crescimento dos recursos de Clientes em 3%.

Ao nível da contribuição financeira total, a DCRM obteve um apreciável nível de crescimento (+9%, face ao período homólogo), resultado de um contínuo aumento das comissões cobradas (+13%) e da forte evolução da contribuição financeira de recursos e crédito (+8%).

O acréscimo de crédito ao investimento, reflexo do posicionamento do nosso Banco na actividade empresarial regional, contrabalançou com a desaceleração do crescimento do crédito ao consumo. Por forma a reanimar a contratação de crédito de curto/médio prazo, e em parceria com instituições regionais, a DCRM promoveu também a concessão de linhas de crédito destinadas à aquisição de bens de consumo específicos.

No âmbito do “Programa 60.000 Clientes”(projeto desenvolvido pelo Banco com o objectivo de ampliar a base de Clientes activos em 60.000), celebraram-se mais alguns protocolos comerciais com diversas entidades públicas e privadas, o que contribuiu para a manutenção da significativa quota de mercado regional e a angariação de novas contas activas (+6%).

A inauguração do Centro Banif Privado, em conjunto com o Banif Banco de Investimento, SA, e a criação de mais uma Equipa de Serviço ao Cliente, permitiram maximizar a qualidade na prestação de serviços personalizados ao segmento mais elevado da nossa clientela.

A rede de agências, também contribuiu para melhorar os níveis de qualidade do serviço prestado, registando-se neste período a abertura da Agência do Madeira Forum.

Com a vantagem de incrementar os índices de notoriedade do Banco na RAM, o Banif celebrou novos contratos de patrocínio e mecenato, que confirmaram mais uma vez o apoio social e cultural prestado pelo Banco no âmbito da sociedade madeirense. No seio da comunidade académica foi reiterado o apoio á realização dos “Jogos Escolares”, evento desportivo que envolve os estabelecimentos de ensino básico e secundário da Região.

A presença e o apoio junto da comunidade portuguesa no estrangeiro, além das deslocações periódicas, contou com a realização de um “Torneio de Golfe Banif” na África do Sul, em Janeiro.

Variação Junho 2005/ Junho 2004

Crédito	+ 12 %
Recursos	+ 3 %
Base de Clientes	+6%
Contributo Financeiro Total	+ 9 %

2. Negócio no Continente

2.1 Negócio no Segmento de Empresas

Durante o 1º semestre de 2005 foi prosseguida pela DEP (Direcção de Empresas e Banca Privada) a função tradicional de coordenar e desenvolver as operações de banca de empresas no Continente, efectuando a gestão dos actuais Clientes e reforçando a captação de novos, bem como os negócios do Banco no segmento de particulares de médio/alto rendimento e Clientes institucionais.

A concessão de crédito manteve-se rigorosa, com crescimento moderado e assente nas modalidades susceptíveis de proporcionar maior contributo, sobretudo através das comissões, com particular procura de operações de crédito com garantia real.

A conjuntura desfavorável da economia obrigou a um controlo ainda maior dos Clientes com sinais de alerta, designadamente através de:

- planos de desmobilização e redução do envolvimento nos Clientes de maior risco;
- redução da exposição global em alguns sectores onde a conjuntura desfavorável se faz sentir com maior intensidade;
- reforço das garantias reais e pessoais.

Na área do *cross-selling* com outras empresas do Grupo, é de salientar:

- o crescimento de 45% na colocação de *leasing* (mobiliário e imobiliário), face ao 1º semestre de 2004;
- o crescimento dos prémios de seguros em 30%;
- o volume colocado em fundos durante o 1º semestre, num total de 7 milhões de Euros.

Em 2005 manteve-se a estratégia de colocação de novos produtos no segmento de empresas (caso do *factoring*, dos cartões de crédito e do *renting*), reforçando-se também a adesão da clientela ao BaniF@st. Manteve-se a bom ritmo a indicação à rede de agências de potenciais Clientes para Contas Gestão de Tesouraria (CGT) e para crédito à habitação.

Merece particular destaque o apoio do Banco ao financiamento de projectos imobiliários de habitação, com boa localização e elevada qualidade. Através da celebração de protocolos com os promotores desses projectos, tem-se conseguido um assinalável sucesso na captação de crédito à habitação aos respectivos compradores, gerido na rede de agências do Banco.

De salientar, também, o contributo para a realização do grande objectivo do Banco de captar, em 2005, 60.000 novos Clientes.

No 1º semestre de 2005 celebraram-se 166 protocolos com empresas, visando o pagamento de salários por intermédio do Banco, de que resultou a abertura de 4.000 novas contas aos empregados dessas empresas.

Como resultado de toda a accão comercial descrita, a DEP cresceu 16% no crédito, significando uma variação positiva na carteira de 212 milhões de Euros. Por sua vez, as comissões cresceram 11%, o que somado ao contributo financeiro do crédito e dos recursos (margem de intermediação financeira), representa um acréscimo no contributo financeiro total de 10% relativamente ao período homólogo de 2004. De referir a captação de 494 novas empresas, verificando-se que no final do semestre o número de Clientes activos era de 5870.

Variação Junho 2005/ Junho 2004

Crédito	+16%
Recursos	+6%
Base de Clientes	+7%
Contributo Financeiro Total	+10%

2.2 Negócio no Segmento Médio/Alto de Particulares

A decisão, tomada em 2004, de integrar numa única Direcção – DEP - o negócio dos particulares de médio/alto rendimento com o das empresas, teve sobretudo em vista aproveitar e potenciar as sinergias entre aqueles dois segmentos de mercado, designadamente através da captação das contas dos sócios/accionistas e direcção das empresas Clientes do Banco.

Contando com 12 Gestores Privados no Continente, o negócio passou a ser assegurado por dois Centros Banif Privado, um no Porto e outro em Lisboa (com uma Delegação em Faro).

Com a actividade cada vez mais direcionada para o segmento dos empresários, os Gestores Privados asseguram não só a captação de recursos e a colocação de outros produtos e serviços do Banco, mas também, numa estratégia de reforço da fidelização do Cliente, a venda cruzada de produtos e serviços das várias empresas do Grupo Banif.

Cada Gestor Privado desenvolve o seu trabalho em ligação estreita com os Directores de Empresas da sua área de influência, aproveitando assim as sinergias geradas por essa nova orientação. Os dois Centros Banif Privado gerem actualmente 1350 Clientes, com recursos na ordem dos 520 milhões de Euros e crédito concedido de 37 milhões de Euros.

O objectivo de reforçar o número médio de produtos por cliente no Banif Privado tem sido um êxito, consequência da estratégia de *cross-selling*, aumentando-se, assim, o grau de fidelização dos Clientes ao Banco.

A articulação com o Banif - Banco de Investimento consolidou-se, permitindo um incremento significativo na distribuição de produtos de investimento, quer de fundos, quer de produtos estruturados. No final do 1º semestre de 2005, o Banif Privado tinha um saldo colocado de 90 milhões de Euros de fundos e 79 milhões de Euros de produtos estruturados.

A nova estratégia, definida no final de 2004, reforçará a consolidação da base actual de Clientes e a captação de sócios/accionistas e directores de empresas Clientes do Banco, a

melhoria da rentabilidade e a redução do rácio *cost to income* desta área de negócio, aproveitando-se as sinergias com os Centros de Empresas e o Banif - Banco de Investimento.

2.3 Negócio no Segmento de Retailho

A Direcção da Rede de Agências (DRA) tem como missão a venda de produtos e prestação de serviços, orientada essencialmente a particulares, profissionais liberais e pequenas empresas.

O papel principal na comercialização de produtos estratégicos (crédito imobiliário, Conta Gestão de Tesouraria, cartões e crédito pessoal), é assumido pelas agências, bem como a manutenção de um bom nível de captação de recursos e o aumento dos níveis de *cross-selling*.

A DRA dispõe actualmente de uma rede constituída por 124 Agências, sendo a mais recente a Agência de Telheiras, em Lisboa, que iniciou a sua actividade no mês de Maio do corrente ano. Aliada à expansão da rede comercial, têm sido efectuadas várias intervenções ao nível dos espaços físicos das agências já existentes, em ordem à sua modernização e consequente melhoria do atendimento dos nossos Clientes.

Tendo como objectivo a captação de novos Clientes e a fidelização dos actuais, verificou-se no 1º semestre de 2005 a manutenção de um forte empenho e envolvimento da DRA, no “Programa 60.000 Novos Clientes”. Até final do semestre, já foram captados cerca de 24.500 novos Clientes, correspondendo a um ritmo de captação superior em 14% ao verificado no período homólogo do ano anterior.

De forma a melhorar a organização da actividade comercial, foi disponibilizada à rede de agências uma nova ferramenta informática denominada “Gestor de Oportunidades” (Gop), desenvolvida pelo Gabinete de Marketing Estratégico, a qual permite identificar oportunidades de negócio junto dos Clientes que cada agência acompanha. As várias campanhas de colocação de produtos realizadas neste semestre, já foram monitorizadas diariamente através deste sistema de acompanhamento do negócio.

No período em análise, a Direcção de Rede de Agências registou uma variação positiva nos recursos de 174 milhões de Euros (+17%), tendo atingido o montante total de 1.225 milhões de Euros. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito da DRA ascendia a 1.606 milhões de Euros, correspondendo a um crescimento de cerca de +10%, destacando-se o crédito imobiliário com +12%.

De salientar o esforço de colocação do serviço de banca electrónica BaniF@st, numa perspectiva de aproximação do Banco aos Clientes e vice-versa, com redução dos custos operacionais, que neste momento atinge já uma taxa de penetração de 66% da base de Clientes da DRA. A taxa de utilização deste serviço, no final do 1º semestre de 2005, situava-se nos 14%.

A interligação com a Direcção de Canais Agenciados, foi consideravelmente reforçada, o que potenciou a canalização de Clientes e de negócios para as agências.

Ainda que se tenha verificado uma redução da margem financeira, a contribuição financeira total registada apresentou um crescimento de 3 milhões de Euros (+10%), tendo tido como principal contributo o montante apurado em comissões, cuja variação foi de +19%.

Variação Junho 2005/Junho2004

Rubrica	Variação
Crédito	+10%
Recursos	+17%
Base de Clientes	+18%
Contribuição Financeira Total	+10%

2.4 Crédito Imobiliário

Durante o 1º semestre de 2005 e contrariando a ideia de crise ao nível do mercado imobiliário, registou-se uma evolução positiva quer no mercado em geral quer no Banif.

Assim, no referido semestre foram formalizados 2.527 contratos, no valor global de 159,0 milhões de Euros, (Continente: 124,6 milhões de Euros e Madeira: 34,4 milhões de Euros), representando um acréscimo em valor absoluto de 16,1 milhões de Euros (+11,3 %), relativamente ao período homólogo do ano transacto.

A carteira de crédito imobiliário do Banco, incluindo a parte securitizada, representava no início do presente ano 1.418,8 milhões de Euros (Continente: 1.162,9 milhões de Euros e RAM: 255,9 milhões de Euros), correspondentes a aproximadamente 27.500 contratos.

Fruto da produção verificada, a carteira do Banco teve um aumento líquido de 81,3 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 5,7 %.

O total sob gestão do Banif, incluindo a carteira securitizada, elevava-se assim, no final de Junho de 2005, a 1.500,1 milhões de Euros (Continente: 1.225,0 milhões de Euros e Madeira: 275,1 milhões de Euros) que correspondia a cerca de 28.900 contratos.

O saldo de crédito securitizado era, no final do semestre, de 386,7 milhões de Euros.

No que se refere às transferências de crédito, o Banif continuou a registar um saldo positivo, mantendo a competitividade face às instituições concorrentes.

Aspecto relevante, que continuou a caracterizar a actividade de crédito imobiliário, foi a forte concorrência entre os bancos que operam neste mercado. Face a esta situação, o Banif procedeu no final do semestre a uma actualização das condições praticadas, passando a diferenciar os *spreads* aplicados não apenas em função dos *loan to value* mas também dos montantes. Espera-se que as alterações introduzidas permitam melhorar a competitividade dos nossos produtos, manter um saldo positivo de transferências de crédito e consolidar a nossa posição no mercado.

A destacar ainda, pelos seus efeitos positivos, as modificações em alguns dos produtos existentes e o crescente dinamismo do crédito à habitação a não residentes, em relação ao qual foram também introduzidas novas modalidades.

2.5 Crédito ao Consumo

- Cartões de Pagamento

A área de cartões de pagamento encontra-se actualmente a atravessar um processo de reestruturação, que visa posicionar a médio prazo o Grupo Banif como uma referência em Portugal nesta área.

O mercado dos cartões de pagamento manteve uma tendência de ligeiro crescimento (+ 2% no ano de 2004 e +5% no 1º Semestre de 2005), tendo o Banif apresentado uma evolução superior à do mercado, com um crescimento de 9% no 1º semestre de 2005 e com perspectivas de incrementar de forma substancial este diferencial no segundo semestre do ano. O número total de cartões de pagamento Banif ascende a cerca de 200.000, enquanto no BCA se situa em torno de 80.000.

Importa salientar, ainda, que durante o primeiro semestre do ano de 2005 os proveitos obtidos com cartões tiveram um crescimento de 14% face ao período homólogo do ano anterior. O principal contributo para este incremento proveio dos cartões de débito, que apresentaram um crescimento de 19% face aos 13% evidenciados pelos cartões de crédito.

Durante o semestre em análise foram desenvolvidos vários projectos que visam incrementar e melhorar a actual proposta de valores destes produtos, como, por exemplo, a colaboração de parcerias que oferecem descontos directos aos Clientes que utilizam os cartões de crédito Banif.

O crédito *revolving* merece também referência, tendo aumentado cerca de 20% em relação ao ano transacto.

- Crédito Pessoal

O negócio de crédito pessoal no Banif continuou, no primeiro semestre de 2005, a privilegiar a concessão de crédito a Clientes, mantendo-se como principal canal de venda a rede de agências.

No primeiro semestre de 2005 foram efectuadas 1.903 novas operações de crédito pessoal, no montante global de 19,5 milhões de Euros, o que representa um acréscimo, face a igual período do ano anterior, de 7% em número de contratos e 14% em montante.

A carteira de crédito pessoal do Banco, que ascendia a 95,3 milhões de Euros em Junho de 2004, registou um decréscimo de 6%, comparativamente ao final de Junho de 2005, em que o saldo era de 90,1 milhões de Euros.

A tendência de decréscimo da carteira e as condições praticadas no mercado, justificaram a alteração das condições do Crédito Pessoal Banif e a sua divulgação à generalidade dos Clientes, visando incrementar a produção e inverter a tendência do saldo da carteira. Simultaneamente foram preparadas três acções comerciais de *direct marketing* de venda de crédito pessoal, a lançar no início do segundo semestre, destinadas a Clientes Banif, com condições promocionais, e relevante incidência ao nível do *Call Center*.

O alargamento da oferta de produtos de crédito pessoal do Banco para segmentos específicos, justificou o lançamento do Crédito Pessoal Banif Universitários (destinado a financiar a frequência de cursos de ensino superior) e o ajustamento do Crédito Pessoal Banif Protocolos Ordenado (destinado a Clientes alvo de protocolos com entidades empregadoras).

A oferta dos produtos de Crédito Pessoal Banif é complementada pelos produtos comercializados pela parceria com o Banco Cetelem, SA, nomeadamente em produtos de *revolving* e empréstimos de montante reduzido.

2.5 Crédito Especializado

- *Factoring*

O negócio de *factoring* continuou, no primeiro semestre de 2005, a registar um bom nível de crescimento, tendo duplicado a carteira de Clientes face ao período homólogo do ano anterior.

Os 140 contratos activos em Junho de 2005 contribuíram com 103 milhões de Euros de créditos cedidos, dos quais 48 milhões de Euros permaneciam em carteira no final do semestre (24,8 milhões de Euros em Junho de 2004).

Durante o primeiro semestre de 2005 foram cobradas comissões no montante de 420 mil Euros e juros no montante de 961 mil Euros, valores que representam acréscimos significativos face aos montantes de 167 mil Euros de comissões e 190 mil Euros de juros cobrados durante o período homólogo do ano anterior.

A quota de mercado do negócio de *factoring* passou de 0,7% no final do primeiro semestre de 2004, para 1,4% no final do primeiro semestre de 2005.

- *Conta Gestão de Tesouraria (CGT)*

Em conformidade com as decisões estratégicas assumidas para o presente exercício, o primeiro semestre do corrente ano foi, fundamentalmente, dedicado à criação de novos produtos englobados nas “Soluções CGT”.

Estes novos produtos, criados a partir de uma base comum à anterior Conta de Gestão de Tesouraria, continuam a destinar-se exclusivamente ao segmento dos pequenos negócios, tendo a sua comercialização sido iniciada em meados do mês de Junho e não existindo ainda, por esse facto, qualquer impacto significativo ao nível do acréscimo da actividade.

A carteira de operações passivas associada à CGT registou, a 30 de Junho de 2005, um saldo global de 32,5 milhões de Euros, a que corresponde um crescimento de 4,7% relativamente ao final de Junho de 2004, cujo saldo se cifrava em 31,0 milhões de Euros.

A carteira de crédito, que registava em 30 de Junho de 2005 um saldo de cerca de 234,8 milhões de Euros de crédito utilizado, cresceu 3,7% face ao saldo de 226,5 milhões de Euros que se registava no mês homólogo do ano anterior.

2.7 Novos Canais de Distribuição e de Apoio às Áreas de Negócio

2.7.1 Actividade do Call Center

A actividade da Direcção da Rede Directa no primeiro semestre continuou a privilegiar a captação de novos Clientes, através da colocação da Conta de Gestão de Tesouraria no segmento de empresas em nome individual e pequenas empresas.

No primeiro trimestre promoveu-se a venda de crédito à habitação, com a realização de uma campanha específica, enquanto, na vertente dos recursos foi desenvolvida uma acção para Clientes particulares, com o produto Depósito 4X4.

Para o Banco Comercial dos Açores (BCA), foi realizada ao longo do semestre a campanha de Crédito Pessoal *revolving*, estando em preparação outras campanhas para empresas associadas ao longo do segundo semestre do corrente ano.

Na vertente *outbound* foram realizadas, durante o 1º semestre de 2005, cerca de 382 mil chamadas. Por seu lado, na linha de apoio a Clientes, foram recebidas, no mesmo período, cerca de 19 mil chamadas.

O *Contact Center* manteve o suporte ao crédito pessoal no ponto de venda, tanto na RAM como nos Açores, relativamente ao BCA.

No final do semestre procedeu-se ao desenvolvimento de uma operativa específica para a realização de iniciativas no âmbito do crédito a particulares.

A DRD contava, no final do período em análise, com uma equipa de 22 comunicadores.

2.7.2 Canais Agenciados

Durante o 1º semestre do corrente ano foram desenvolvidas diversas acções no âmbito do Plano Estratégico para 2005, na formação e informação aos promotores, na comercialização de novos produtos, no Programa 60.000 e na definição da estratégia comercial com as empresas do Grupo Banif. Foram, assim, dados passos seguros para a consolidação de um projecto iniciado em 2001 e que continua a ter uma boa margem de progressão.

Ao nível do controlo de gestão, foram desenvolvidas novas ferramentas de gestão que permitem o controlo mensal de todos os produtos de passivo canalizados pelos promotores. Foi implementada a nova tabela de comissionamento e proporcionada aos promotores a comercialização de novos produtos de passivo.

Apesar da conjuntura económica pouco favorável, a Direcção de Canais Agenciados (DCA) assegurou, durante o 1º semestre do ano em curso, um crescimento significativo em relação ao período homólogo do ano anterior no negócio captado, com forte incidência nos depósitos à ordem (+ 52,6%) e depósitos a prazo (+ 43,2%), no crédito imobiliário (+ 22,5%) e no crédito pessoal (+ 8%).

A exemplo de anos anteriores, a DCA promoveu, no passado dia 9 de Abril, a sua Convenção Anual de Promotores. Este evento decorreu de forma bastante participada, confirmando, uma vez mais, o interesse da sua realização.

No mês de Março, foram realizadas diversas acções de formação, no sentido de garantir melhor preparação para a promoção dos produtos e serviços Banif, incluindo os produtos das empresas do Grupo. Relativamente ao período homólogo de 2004, o número de promotores activos cresceu 18,4%, para um total de 432.

No semestre em apreciação foram reforçadas as acções de *cross-selling* com as empresas do Grupo: Banif Leasing, SA, Banif Crédito SFAC, SA e Banif Rent – Aluguer, Gestão e Comércio de Veículos Automóveis, SA, desenvolvendo-se de forma sistematizada as sinergias entre os agentes comerciais das empresas e a DCA.

Aproveitando a experiência anteriormente adquirida, foram analisadas, com a Companhia de Seguros Açoreana, SA diferentes vias de abordagem estratégica do negócio *Assurfinance*, no sentido do seu desenvolvimento.

No âmbito do Programa 60.000, foi aprovado um conjunto de medidas direcionadas à dinamização do contributo da DCA para aquele Programa, em articulação comercial com a Direcção da Rede de Agências.

2.7.3 *Canais e Meios de Pagamento Electrónicos*

Na área de banca electrónica, deu-se continuidade ao esforço de colocação do BaniF@st nos actuais e futuros Clientes e à subsequente utilização desse serviço.

No final do 1º semestre de 2005, cerca de 50% dos Clientes do Banco já tinham acesso aos canais BaniF@st (Internet, telefone, WAP e SMS) e cerca de 20% desses utilizavam regularmente um dos referidos canais.

Em termos de imagem, foi colocada uma nova página na entrada da área transaccional do canal Internet, que está mais de acordo com o que o Banco pretende disponibilizar a curto prazo aos Clientes utilizadores deste canal.

No que respeita ao *site* do Banif, foram efectuadas várias alterações aos conteúdos existentes e foram, igualmente, colocados novos conteúdos de reconhecido interesse para os utilizadores, sendo de destacar o Clube de Viagens Banif, o Banif Madeira e o Clube de Vinhos. Estas parcerias resultaram de acções desenvolvidas pela área de cartões do Banco, com o objectivo de oferecer as melhores soluções aos nossos Clientes. Todas estas acções tiveram como

consequência, quase imediata, a duplicação dos acessos a algumas áreas do *site*, em comparação com igual período de 2004.

No início deste ano, os canais ATMs e TPAs (Terminais de Pagamento Automático) foram incorporados na área de canais electrónicos do Banco. Esta reestruturação permitiu uma gestão mais centralizada e uniforme de todos os canais de banca electrónica.

A rede de ATMs registou um crescimento nas transacções realizadas de 12% face a igual período de 2004, enquanto os proveitos gerados cresceram 11%. Da mesma forma, os TPAs colocados nos Clientes do Banco registaram neste período um crescimento nos proveitos de 7% face a 2004.

No que concerne ao projecto das ATMs internas, foi desenvolvida toda a imagem da aplicação, bem como a decoração exterior das máquinas. Estas ATMs vêm proporcionar um amplo leque de funcionalidades: depósito de cheques ou de notas (na própria conta ou noutra), transferências internas e interbancárias, requisição de cheques, pagamento de serviços/compras, constituição/reforço de depósitos a prazo, consulta de saldos e movimentos, consulta de cotações e câmbios e consulta de *dossier* de títulos.

3. Síntese da Actividade e Resultados do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

A análise dos elementos contabilísticos do Banco relativos ao primeiro semestre de 2005 e dos seus principais indicadores, em comparação com igual período do ano anterior, conforme quadro abaixo apresentado, permitem evidenciar o seguinte desempenho:

- A Margem Financeira (incluindo o “Rendimento de instrumentos de capital”) apresentou um crescimento de 13,4% face ao período homólogo de 2004, elevando-se para 63,3 milhões de Euros, em resultado do aumento da actividade creditícia, apesar da margem de intermediação financeira ter apresentado um ligeiro decréscimo de 2b.p. (3,19% registados no final do 1º semestre de 2004, para 3,17% no final do 1º semestre de 2005).
- O Produto Bancário, formado pela Margem Financeira, Lucros de Operações Financeiras e Comissões e Outros Resultados Líquidos, apresentou igualmente a mesma tendência

crescente, ultrapassando os 83,3 milhões de Euros, ou seja, mais 12,0% do que em igual período de 2004.

- Apesar da expansão da actividade, os Gastos Gerais Administrativos mantiveram-se controlados, apresentando um acréscimo de apenas 0,2%, o que permitiu, em conjunto com o crescimento do Produto Bancário acima referido, baixar o rácio do “*Cost to Income*” de 65,9%, no 1º semestre de 2004, para 61,6%, no 1º semestre de 2005.
- Como reflexo da performance da exploração, o *Cash-flow* registou um aumento de 19,0%, para os 35,1 milhões de Euros, e os Resultados Líquidos elevaram-se a 11,8 milhões de Euros, ou seja, um aumento de 112,2%.
- Ao nível do Balanço, registe-se em primeiro lugar o desempenho do Banco na captação de recursos de clientes (Depósitos de Clientes + Títulos), que apresentaram um crescimento de 17,4% face a Junho de 2004, elevando-se para os 2.707,5 milhões de Euros.
- Por sua vez, o Crédito a Clientes (bruto) apresentou um crescimento mais moderado do que a captação de recursos, ou seja mais 15,9% do que no final do 1º semestre de 2004, atingindo os 4.044,1 milhões de Euros. Esta evolução foi acompanhada pela manutenção de níveis adequados da qualidade da carteira de crédito, em resultado das políticas de controlo e acompanhamento do risco de crédito, e evidenciado no comportamento do rácio de “Crédito com Incumprimento / Crédito Total” que passou de 2,38%, em Junho de 2004, para 2,23% em Junho de 2005. Paralelamente a esta evolução da qualidade da carteira, registou-se ainda uma melhoria do rácio de cobertura de crédito com incumprimento por provisões (Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento), que passou de 99,93%, no final do 1º semestre de 2004, para 105,14%, em Junho de 2005.
- Os Capitais Próprios do Banco atingiram os 277,4 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, um acréscimo de 7,3% face a Junho de 2004.
- Por sua vez, o Rácio de Solvabilidade (calculado de acordo com as Instruções do Banco de Portugal) situou-se em 9,37% no final do primeiro semestre de 2005 (9,83% em Junho de 2004), enquanto a nível da *Tier I*, atingiu os 6,31% (7,15% em Junho de 2004).

(Em milhares de Euros)

	Jun-04	Jun-05	Variação %
Margem Financeira	55.804	63.290	13,4%
Produto Bancário	74.410	83.362	12,0%
Gastos Gerais Administrativos	20.341	20.387	0,2%
<i>Cash-Flow</i>	29.499	35.099	19,0%
Resultados Líquidos	5.541	11.760	112,2%
Depósitos de Clientes + Títulos	2.305.561	2.707.469	17,4%
Crédito s/ Clientes Bruto	3.489.108	4.044.110	15,9%
Activo Líquido	4.214.256	4.930.301	17,0%
Capitais Próprios	258.550	277.417	7,3%
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (*)	2,38%	2,23%	-
Crédito com Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido (*)	1,65%	1,64%	-
Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento	99,93%	105,14%	-
Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios) (*)	9,83%	9,37%	-
Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios de Base) (*)	7,15%	6,31%	-
<i>Cost to Income</i>	65,9%	61,6%	-
Custos com Pessoal / Produto Bancário	33,0%	33,4%	-
ROE (em final de período)	2,14%	4,24%	-
ROA (em final de Período)	0,13%	0,24%	-
Resultados antes de Impostos / Activo Líquido Médio (*)	0,15%	0,33%	-
Produto Bancário / Activo Líquido Médio (*)	1,79%	1,71%	-
Resultados antes de Impostos / Capitais Próprios Médios (*)	2,49%	5,95%	-

(*) Indicadores de referência conforme definições constantes da Instrução nº 16/2004 do BdP

1.1.1.2 Banco Comercial dos Açores, SA

A actividade do Banco Comercial dos Açores no decurso do 1º semestre de 2005 visou o seu crescimento orgânico sustentado, seguro e ajustado ao mercado, para o que se desenvolveram políticas de incremento da relação bancária com os Clientes, de reforço das propostas de valor dos produtos e serviços do Banco e de melhoria da qualidade e conveniência dos serviços prestados.

Neste contexto, merecem destaque diversas iniciativas no âmbito do crédito ao consumo, traduzidas em campanhas de crédito pré-concedido, acções de marketing relacionadas com os cartões de crédito, a revalorização da Conta Nova Geração, o reforço da oferta disponibilizada na banca electrónica e o lançamento do produto *renting* no BCA. No que concerne à qualidade do atendimento e ao conforto e conveniência oferecidos nas instalações do Banco, realce para a reconstrução da Agência de Vila Franca do Campo, S. Miguel, e para as intervenções na Graciosa, em Santa Cruz e Praia da Graciosa.

Em geral, foram cumpridos todos os objectivos comerciais previstos para o período em reporte, sintetizando-se no quadro abaixo o comportamento do crédito e dos recursos.

(Milhões de Euros)

	Junho 2005 (1)	Dez. 2004 (2)	Junho 2004 (3)	Var. % (1/3)
Crédito	816	740	985	- 17,2%
Recursos	822	855	796	+ 3,3%

A variação do saldo de crédito entre Junho de 2004 e Dezembro do mesmo ano é influenciada pelo crédito objecto de securitização que ascendeu, no encerramento do exercício, a 325 milhões de Euros, dos quais 275 milhões correspondem a uma só operação de crédito imobiliário, pelo que se torna constatável que o ritmo do crescimento do crédito se mantém estável.

Outro dos vectores estratégicos para o desenvolvimento do Banco respeita à sua maior eficiência, pelo que são permanentes os programas visando a racionalização dos meios técnicos e logísticos de suporte à actividade, tendo em vista ganhos de escala e acréscimo de produtividade, sendo estes programas acompanhados das adequadas acções de melhor afectação dos recursos humanos disponíveis.

Durante o 1º semestre de 2005, procedeu-se à desactivação da Agência do BCA em Lisboa, dado que o Banco já não desenvolvia no Continente qualquer operação de natureza comercial, tendo esta iniciativa sido acompanhada pela possibilidade de os Clientes do BCA realizarem as suas transacções correntes em qualquer agência do Banif no Continente e na Madeira.

Também os centros de exploração de sistemas do BCA e do Banif foram instalados no mesmo espaço físico, partilhando recursos técnicos, materiais e humanos, medida que conduziu a várias economias de meios e a uma afectação mais eficiente de recursos humanos.

Na sequência da publicação do DL nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e da subsequente regulamentação emitida pelo Banco de Portugal, o Banco Comercial dos Açores decidiu adoptar as NCA, Normas de Contabilidade Ajustadas, no exercício de 2005 e seguintes. Para isso, desenvolveu e concluiu todos os trabalhos necessários, nomeadamente, a identificação das principais diferenças entre as políticas contabilísticas no quadro do PCSB e as IAS/IFRS, o apuramento dos ajustamentos de transição e as alterações nos seus sistemas informáticos.

Sintetizado o essencial da actividade do Banco no primeiro semestre de 2005, reflecte-se em quadro final alguns dos seus principais indicadores, merecendo previamente destaque:

- a) Apesar das já referidas operações de securitização, o comportamento da carteira de crédito continua a permitir bons indicadores de *performance*: o crédito com incumprimento representava, no final de Junho de 2005, 1,8% do total do crédito concedido. As provisões para crédito cobriam 117% desse crédito.
- b) A evolução da margem financeira e o produto bancário reflectem as operações de securitização, nomeadamente a do crédito imobiliário, cuja concretização ocorreu em Novembro de 2004.
- c) O aumento do Resultado Líquido em 18,3% no 1º semestre de 2005, relativamente ao mesmo período de 2004, foi determinante para a melhor performance verificada nos indicadores ROE e ROA; a performance do ROA ainda foi potenciada com a diminuição do Activo Líquido, devido à operação de securitização de crédito imobiliário.
- d) A quebra registada no indicador *Cost to Income* tem origem no aumento dos Gastos Gerais Administrativos, devido à entrada em produção no 2º semestre de 2004 da nova plataforma

de comunicações, e devido a alterações no critério de contabilização dos gastos com publicidade, em consequência da transição para as NCA.

(Milhares de Euros)

	Jun-05	Jun-04	Variação %
Margem Financeira	15.437	15.139	2,0%
Produto Bancário	22.107	21.237	4,1%
Gastos Gerais e Administrativos	13.423	12.381	8,4%
<i>Cash Flow</i>	8.684	8.710	-0,3%
Resultados Líquidos	6.506	5.500	18,3%
Depósitos de Clientes	822.016	795.836	3,3%
Crédito s/ Clientes	816.349	984.943	-17,1%
Activo Líquido	1.045.259	1.161.731	-10,0%
Capitais Próprios	86.805	79.826	8,7%
Crédito com incumprimento / crédito total (*)	1,8%	1,2%	0,6%
Crédito com incumprimento líquido / crédito total líquido (*)	0,5%	0,2%	0,3%
Provisões para crédito / Crédito com Incumprimento	116,6%	144,3%	-27,7%
Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios) (*)	11,0%	11,1%	0,0%
Rácio de Solvabilidade (Fundos Próprios de base) (*)	6,9%	7,6%	-0,7%
Cost to income (*)	65,3%	63,1%	2,2%
Custos Pessoal / Produto Bancário (*)	36,6%	39,1%	-2,5%
ROE	16,2%	14,8%	1,4%
ROA	1,2%	0,9%	0,3%
Resultados antes Impostos / Activo Líquido Médio (*)	1,5%	1,2%	0,3%
Produto Bancário/Activo Líquido Médio (*)	4,1%	3,4%	0,7%
Resultados antes Impostos /Capitais Próprios Médios (*)	19,7%	17,2%	2,5%

(*) Indicadores de referência conforme definições constantes da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

1.1.1.3 Banif Leasing, SA

A produção no primeiro semestre de 2005 ascendeu a 91,0 milhões de Euros, dos quais, 75,2 milhões de Euros referentes a contratos de locação financeira mobiliária e 15,8 milhões de Euros a contratos de locação financeira imobiliária.

Em relação ao período homólogo do ano anterior, estes valores representam um acréscimo global de 34,2%.

Em 30 de Junho de 2005, a Banif Leasing tinha uma quota de mercado na produção de locação financeira mobiliária superior a 5% (4,5% em Junho de 2004) e de 2% na produção de locação financeira imobiliária (1,8% em Junho de 2004).

A carteira de crédito, em Junho de 2005, ascendia a 282,5 milhões de Euros, ou seja, um crescimento de 34,5% relativamente ao mesmo período de 2004.

A margem financeira cresceu 26,5%, passando de 2,6 milhões de Euros, em 2004, para 3,3 milhões de Euros em 2005. O produto bancário subiu de 3,5 milhões de Euros, em 2004, para 4,7 milhões de Euros, em 2005, ou seja, um crescimento de 33,3%. O *cost to income*, melhorou, passando de 41,1% para 30,2%.

O Lucro Líquido registou um ligeiro decréscimo em relação ao período homólogo anterior, ficando-se em 613 milhares de Euros, mas, em contrapartida, o *cash flow* gerado atingiu 3,5 milhões de Euros, representando um crescimento de 53,5% face ao mesmo período de 2004.

(Milhares de Euros)

	Junho 2005	Junho 2004	Var. %
Produção global	90.981	67.772	34,2
Activo líquido	290.417	210.111	38,2
Crédito Total	282.507	210.047	34,5
Capitais Próprios	13.251	12.782	3,7
Resultado líquido	613	737	-16,8
RAI/Activo Líquido Médio	0,4%	0,54%	-25,9
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	1,86%	1,96%	-5,1

RAI/Capitais Próprios Médios	7,4%	7,7%	-3,9
ROE	4,6%	5,7%	-19,3
ROA	0,21%	0,35%	-40,0
Rácio de Solvabilidade	9,6%	8,9%	7,9
Cost to Income	30,17%	41,08%	-26,6
Custos Pessoal/Produto Bancário	13,22%	15,7%	-15,8
Crédito Vencido/Crédito Total	2,4%	3,7%	-35,1
Crédito c/incumprimento/Crédito Total	2,98%	4,12%	-27,7
Crédito c/incumprimento, líquido/Crédito Total líquido	1,67%	1,96%	-14,8
Provisões Totais/Crédito Vencido	128,08%	102,29%	25,2

1.1.1.4 Banif Crédito - SFAC, SA

No 1º semestre de 2005 foram concretizados 1.060 novos contratos, no valor de 11,9 milhões de Euros, o que representa uma diminuição de 4,4% em número de contratos e um acréscimo de 5% em montante, relativamente a igual período do ano anterior.

Os contratos continuam, na sua maioria, a ser efectuados sobre veículos usados, sendo os mutuários Clientes particulares.

O alargamento da rede de fornecedores, principal canal de distribuição, constituiu orientação estratégica das delegações, recorrendo-se à prospecção comercial e à captação de fornecedores na base de Clientes do Banco (em articulação com a respectivas redes comerciais). Na segunda metade do semestre, foi alargada a comercialização dos produtos da Banif Crédito ao canal promotor, o qual representava já , no final do semestre, cerca de 3% da produção total.

A carteira de crédito, que ascendia a 41 milhões de Euros em Junho de 2004, atingiu, em Junho de 2005, 50 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 21,5%.

No primeiro semestre de 2005, o resultado líquido alcançado de 898 mil Euros traduz um crescimento de 93,3% face ao semestre homólogo do ano anterior.

A margem financeira, registou uma evolução positiva de 13,9%, ascendendo a 2,4 milhões de Euros. O *cost to income* evoluiu favoravelmente, de 32,3% para 24,3%.

(*Milhares de Euros*)

	Junho 2005	Junho 2004	Var. %
Produção Global	11.940	11.367	5,0
Activo Líquido	50.930	42.078	21,0
Carteira de Crédito Líquida	50.024	41.156	21,5
Margem Financeira	2.431	2.135	13,9
Capitais Próprios	5.303	4.663	13,7
Resultado Líquido	898	464	93,3
RAI / Activo Liquido Médio	2,7%	1,9%	44,9
Produto Bancário / Activo Liq. Médio	5,9%	6,0%	-0,9
RAI / Cap. Próprios Médios	23,8%	15,6%	52,6
ROE	8,5%	5,0%	70,0
ROA	1,8%	1,1%	59,7
Rácio de Solvabilidade	8,6%	9,7%	-11,3
Cost to Income	24,3%	32,3%	-24,7
Custos com Pessoal / Prod. Bancário	13,3%	16,9%	-21,6
Crédito Vencido/Crédito Total	6,5%	6,2%	4,1
Crédito Com Incumprimento / Crédito Total	7,3%	8,0%	-8,8
Crédito com Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido	1,7%	1,0%	59,7
Provisões Totais/Crédito Vencido	109,1%	134,4%	-18,8

1.1.1.5 Banif Rent, SA.

No primeiro semestre de 2005, o mercado português de aluguer operacional de viaturas (AOV) continuou em fase ascendente, situação esta que se reflectiu na actividade da Banif Rent.

A frota total sob gestão ultrapassou as 1200 viaturas, o que representa um crescimento de mais de 130% relativamente à situação verificada em igual período do ano anterior e que, em termos absolutos, se traduz num acréscimo superior a 10 milhões de Euros.

O número total de novos contratos originados em 2005 foi de 472, o que representa um acréscimo de 33% em relação à produção de igual período de 2004, para os quais foi

necessário um investimento que ultrapassa os 7,5 milhões de Euros. Este aumento explica-se, pelo facto de, em 2005, se ter vindo a apostar numa maior divulgação do produto junto dos balcões e Centros de Empresa com o lançamento de novos *packs*, sendo estes acompanhados por desdobramentos do produto e manuais de apoio, originando uma resposta imediata, condição esta essencial para a concretização do negócio.

A Banif Rent procurou seguir uma política mais focada na rentabilidade dos negócios, em detrimento de objectivos de volume, tendo mantido uma forte concentração dos seus esforços na fidelização de Clientes e na melhoria da qualidade do serviço prestado.

Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas actividades, de entre as quais há que destacar a introdução de alterações na aplicação de gestão de propostas, com vista a uma melhoria do nível da eficiência operacional da empresa e a um aumento da rapidez de resposta aos Clientes, e a realização de eventos específicos com vista à fidelização e angariação de Clientes.

1.1.2 Recursos Humanos

No final do 1º semestre de 2005, o Grupo Banif contava com um total de 2.983 Colaboradores, dos quais 1.616 faziam parte dos quadros do Banif, SA.

A gestão de recursos humanos centrou-se neste período nas suas missões tradicionais – recrutamento e selecção, formação, processamento de remunerações – e, também, no desenvolvimento do processo de avaliação de desempenho, na elaboração dos perfis de funções e na preparação de planos de carreira.

No Banif, SA foram admitidos, no semestre, 144 Colaboradores, 75 dos quais se destinaram a reforços temporários. Saíram, no mesmo período, 78 Colaboradores.

Dos rácios principais relativos à estrutura de pessoal, destaca-se a idade média, de 36,9 anos, continuando devidamente controlada, e as habilitações escolares de base, que continuam a subir paulatinamente, havendo já 43% de Colaboradores com formação superior.

Foi, também, prestada particular atenção à formação profissional, tendo-se concretizado 14.012 horas de formação interna e 2.450 horas de formação externa, merecendo destaque as acções sobre novas ferramentas e aplicações, tais como « O Gestor de Oportunidades » e a « RHWeb-Avaliação de Desempenho », a formação em regime de *outdoor* dirigida ao quadro directivo, assim como, o arranque da formação em regime de *e-learning* através da WebBanca do I.F.B..

A avaliação de desempenho mereceu também atenção especial tendo-se elaborado e implementado uma aplicação informática de qualidade – RHWeb – para suportar o processo administrativo, permitindo aos responsáveis e aos colaboradores actuar de forma mais ágil e participativa.

Na perspectiva da gestão integrada dos recursos humanos, foi dado mais um passo através da análise e descrição dos perfis das funções internas visando a elaboração de planos de carreira.

As actividades anteriormente referidas foram também desenvolvidas nas restantes empresas de banca comercial - BCA, Banif Crédito, Banif Leasing e Banif Rent -, no cumprimento dos objectivos de seguir os mesmos processos e procedimentos em todas as empresas da Banif Comercial, SGPS, salvaguardando-se as especificidades de cada uma dessas empresas.

1.1.3 Operativa e Tecnologia

Toda a actividade desenvolvida nestas vertentes tem como objectivos principais, de uma forma ou de outra, a disponibilização de um bom nível de serviço ao Cliente, a redução de custos e a diminuição do risco operacional..

No primeiro semestre de 2005 continuou-se o trabalho de adequação dos sistemas de informação aos requisitos dos acordos Basileia II e às novas regras derivadas das IAS/IFRS, num esforço significativo que se cifra já em cerca de 20% do esforço global. Estima-se, no entanto, que venha a atingir os 30% com diminuição progressiva a partir de 2006.

Os impactos colaterais destas novas realidades medem-se ainda na necessidade sentida de melhoramento da qualidade das bases de dados, fundamentalmente de Clientes, decorrendo projectos de actualização e tratamento dos mesmos.

Concluiu-se com sucesso, durante este semestre, a integração do Centro de Processamento de Dados do BCA.

No âmbito do suporte ao negócio, iniciou-se a implementação da segunda fase da nova solução de Balcões, que tem revelado um sucesso assinalável no suporte às operações. No termo do semestre, o número de transacções disponíveis na rede de balcões era de 116 (contra 87 no termo da primeira fase e 28 na realidade operativa anterior).

Este novo sistema veio não só aumentar consideravelmente o número de funções automatizadas no balcão mas também melhorar significativamente os tempos de resposta, eliminar tarefas até aí manuais e minimizar o risco de falha na concretização das operações.

O fornecimento de mecanismos de controlo e mapeamento operacional permitiu ainda gerar índices de eficácia na detecção de irregularidades operativas, com evidentes benefícios na sua prevenção e rápida resolução. Ainda nesta solução, foram disponibilizadas as transacções cruzadas entre o Banif e o BCA, o que permite aos Clientes de qualquer um dos bancos movimentar as suas contas e efectuar operações nos balcões de qualquer um dos bancos, alargando assim significativamente o número de pontos de venda acessíveis aos Clientes.

Sendo os canais de distribuição um dos vectores estratégicos no desenvolvimento do negócio, deu-se continuidade ao suporte à banca electrónica e arrancou-se com uma rede própria de ATMs multifuncionais, através da implementação da primeira máquina em produção. Esta nova rede também vai servir o Banif e o BCA, podendo os Clientes dos dois bancos utilizar os seus cartões, indiferentemente, nas várias máquinas da rede, independentemente do Banco onde estejam instaladas.

Foram lançados projectos importantes para o negócio e a gestão das operações, citando-se o novo sistema de empréstimos que, com base num catálogo de produtos e serviços, possibilita o

lançamento fácil e rápido de novos produtos, cujo arranque se prevê seja feito no último trimestre de 2005. Concluiu-se ainda o desenvolvimento da aplicação de crédito vencido, com previsão de arranque no terceiro trimestre do corrente ano.

O desenvolvimento do projecto de subsidiação cruzada de produtos, processo que ajudará a aumentar a venda de produtos por Cliente será concluído durante o corrente ano.

Uma nova solução para a sala de mercados está já em fase de implementação, dotando os Serviços de uma das mais robustas ferramentas de suporte à sua actividade.

Durante todo este 1º semestre foram ainda efectuadas importantes revisões aos normativos internos, factor determinante de clarificação e rigor na actuação global.

Deve ainda ser destacado o Plano de Recuperação de Desastre, entretanto actualizado de forma a cumprir os requisitos necessários, com teste regulares. Está já em implementação o Plano de Continuidade de Negócio, com recuperação por sincronização *on-line* que abrangerá todas as agrupadas.

Finalmente, a disponibilização genérica de imagens digitalizadas de documentos é já um facto que, de forma progressiva, determinará uma redução importante nos custos administrativos e trará nova acessibilidade aos processos de utilização mais frequente.

1.1.4 Controlo dos Riscos de Actividade

- *Risco de Crédito*

O crescimento da actividade, sobretudo nas áreas relacionadas com a gestão do crédito, tem vindo a ser acompanhado de políticas de risco adequadas à actual conjuntura económica, pautadas por critérios de prudência quer na concessão de novos créditos quer na revisão e manutenção dos créditos existentes, especialmente naqueles que se encontram enquadrados em linhas ou limites de crédito. Os objectivos qualitativos, traçados para o exercício de 2005, encontram-se a par das expectativas, concluído o primeiro semestre do ano. Tal inclui um conjunto de indicadores de gestão de risco que visam estabelecer limites de concentração de

risco por sector económico de actividade, segmentos, zonas geográficas, limites por entidade ou grupos de entidades, *rating* e tipos de garantias.

Com efeito, a carteira de crédito concedido ao segmento de empresas encontra-se convenientemente distribuída pelos diversos sectores de actividade económica, por níveis de *rating* interno e “colaterizada” por um conjunto de garantias que, em conjunto, defendem e remuneram adequadamente o risco de crédito. No segmento de particulares e pequenos negócios, o Banco continua a manter um ritmo de crescimento mais acentuado sobretudo assente em produtos tradicionais, como o crédito à habitação, o crédito pessoal e o financiamento à tesouraria respectivamente. Para este segmento a avaliação dos riscos é realizada com base em sistemas de notação de *scoring*.

As operações e limites de crédito que podem originar maior risco de incumprimento são avaliados regularmente em comités de vigilância, que incluem representantes das áreas comerciais do risco e da recuperação de crédito, com o objectivo de antecipar medidas de acção que mitiguem os riscos detectados.

- *Risco de liquidez e de taxa de juro*

A gestão dos riscos de liquidez é garantida por políticas de financiamento ajustadas às necessidades verificadas nos diversos prazos, visando a redução do respectivo *liquidity gap* e respeitando os *stress limits* estabelecidos. O risco de taxa de juro é avaliado regularmente tendo em conta os períodos de *repricing* de entre os respectivos activos e passivos.

Adequação do Grupo Banif ao Acordo de Basileia II

O Programa Basileia II, a decorrer no Grupo Banif, agora no seu terceiro ano de existência, encontra-se na segunda fase do planeamento, no processo de implementação. Dada a magnitude de um projecto desta natureza, a todos os níveis organizacionais, nas instituições do Grupo Banif, considera-se como a principal tarefa da equipa de gestão do programa, para além da supervisão dos projectos específicos que o integram (Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Mercado e Gestão de Balanço) a componente formativa e de sensibilização dos novos conceitos introduzidos pelo Acordo de Basileia II, aos Colaboradores do Grupo Banif.

No Projecto de Risco de Crédito registaram-se as seguintes evoluções:

- No decorrer do período em análise foi concluída a avaliação efectuada aos modelos internos de risco em vigor, encontrando-se agora a decorrer o desenvolvimento de novos modelos estatísticos de notação de risco de crédito;
- Foi realizado um diagnóstico à base de dados de Clientes com vista a uma adequada segmentação;
- As alterações aos sistemas informáticos encontram-se na sua fase final, com a participação dos utilizadores no processo de validação da qualidade da informação;
- O processo de centralização da análise de crédito encontra-se encerrado para o segmento de empresas, estando em curso a preparação dos restantes segmentos de negócio.

Quanto ao Projecto de Risco Operacional, a ordem dos trabalhos centrou-se nos seguintes pontos:

- Foi elaborada e aprovada pelos órgãos de gestão do Grupo a estratégia a adoptar pelo Grupo Banif para endereçar de forma abrangente o tema da gestão de risco operacional;
- Deu-se início ao desenvolvimento das políticas, procedimentos e metodologias de identificação, controlo e mitigação de risco operacional no Grupo Banif;
- Foram ainda definidos quais os requisitos estruturantes da futura aplicação informática de gestão de risco operacional.

Por último, no Projecto de Risco de Mercado e Gestão de Balanço, desenrolou-se a primeira fase do processo de diagnóstico interno, encontrando-se agora em curso a segunda fase do processo, com a adopção de algumas das melhores práticas de mercado nestas áreas, bem como a elaboração dos requisitos de informação a reunir, para uma aplicação informática a desenvolver posteriormente.

1.1.5 Crédito Vencido/Imparidade

Apesar de se ter mantido uma situação económica nacional e internacional claramente desfavorável, a qualidade da carteira de crédito do Banif – Banco Internacional do Funchal apresenta, no 1º semestre de 2005, uma ligeira melhoria dos respectivos indicadores face ao

período homólogo do ano anterior, cifrando-se o crédito vencido em 2,0% do crédito total (2,1% no período homólogo de 2004).

Neste semestre, foram privilegiadas as intervenções de acompanhamento quase permanente de créditos vencidos de montante mais significativo, ainda domiciliados na área comercial, de molde a evitar-se a sua transferência para contencioso e consequente morosidade no desfecho de uma solução judicial. Por seu turno, intensificaram-se as acções de recuperação de crédito em contencioso.

Os recebimentos de créditos vencidos afectos ao contencioso no Banif atingiram, no final do primeiro semestre de 2005, o montante global de 14,4 milhões de Euros (+36,0% que em período homólogo de 2004). Deste valor destaca-se a recuperação de créditos já abatidos ao activo, no montante de 2,2 milhões de Euros (+37,37% que em período homólogo de 2004).

No final do semestre, o montante dos créditos vencidos afectos ao contencioso no Banif era de 63,1 milhões de Euros (+11,2% que no período homólogo de 2004). Por seu turno, e igualmente, no final do semestre, o valor global do crédito vencido do Banco, ascendia a 73,8 milhões de Euros (+9,6% que em período homólogo de 2004).

As provisões para riscos específicos de crédito (incluindo créditos vencidos e créditos de cobrança duvidosa), com observância das normas do Banco de Portugal, ascendiam, no final do período, a 65,5 milhões de Euros, um aumento de 14,8%, quando comparadas com igual período de 2004. Por seu turno, as provisões totais para riscos de crédito elevavam-se a 98,6 milhões de Euros, um crescimento de 13,9 % relativamente ao 1º semestre de 2004.

Durante o período procedeu-se, no Banif, ao abate ao activo de créditos sem garantias e de muito difícil recuperação, ou mesmo irrecuperáveis, já totalmente provisionados, no montante de 9,8 milhões de Euros (-8,0% que em período homólogo de 2004);

A actividade da Direcção de Recuperação de Créditos, no período correspondente ao 1ºsemestre de 2005, teve como aspectos mais relevantes, no âmbito do seu funcionamento

administrativo, a melhoria da informação constante da base de dados, a racionalização de circuitos, a redução de custos e a uniformização de procedimentos, a par da colaboração em projectos estruturantes como o da Imparidade do Crédito.

Por razões técnicas não foi ainda possível a implementação da nova aplicação informática específica para crédito vencido, inicialmente prevista para o final do 1º semestre de 2005, esperando-se que tal venha a ocorrer antes do final do ano.

No Banco Comercial dos Açores, no final do semestre, o valor total dos créditos vencidos ascendia a 20,0 milhões de Euros, dos quais 8,3 milhões em contencioso.

As provisões específicas para cobertura de riscos de crédito ascendiam, em 30 de Junho de 2005, a 10,6 milhões de Euros, assegurando uma cobertura de 71,0% do crédito vencido há mais de 90 dias. Por seu lado, as provisões totais ascendiam a 17,4 milhões de Euros.

No final de 2004, o BCA realizou uma operação de securitização de crédito à habitação que ascendeu a 275 milhões de Euros. Apesar desta operação, o comportamento da carteira continua a permitir bons indicadores de performance uma vez que o crédito com incumprimento, segundo a metodologia do Banco de Portugal, representa 1,8% do crédito total no final do 1º semestre de 2005.

- Imparidade do Crédito

O exercício de 2005 conheceu, ainda, o desenvolvimento de outro projecto com uma abrangência global no Grupo Banif - o Projecto de Imparidade do Crédito. Este projecto teve como objectivo dotar o Grupo de um modelo conceptual de determinação de imparidade no crédito para dar cumprimento à obrigatoriedade estabelecida pela EU, no seu Regulamento 1606/2002, de Junho, do Parlamento Europeu e Conselho de Ministros. O referido regulamento determina que todas as sociedades com valores admitidos à cotação deverão apresentar as suas contas consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), a partir de 2005.

Assim, e no que respeita ao crédito, esta apresentação implica a mensuração do crédito, de acordo com as linhas orientadoras definidas pelo IAS 39, complementada com as normas referentes à informação a divulgar.

O desenvolvimento do projecto foi caracterizado por diversas fases, nomeadamente:

- Levantamento e análise da informação.

Nesta fase foram apreciados os resultados dos trabalhos internos desenvolvidos pelas empresas do Grupo Banif relativamente ao grau de cobrabilidade do crédito e à sua conversão para os IFRS. Foram igualmente analisados, o volume de informação disponível bem como a flexibilidade dos sistemas de informação utilizados.

- Definição de conceitos/parâmetros

Com base nos indicadores de risco do crédito em vigor, ajustados à realidade creditícia de cada uma das entidades que integram o perímetro de consolidação, foram definidos diversos conceitos e parâmetros chave essenciais à implementação do Modelo.

- Definição funcional do modelo de imparidade do crédito:

Considerando as características e o volume das operações de crédito, a carteira global de crédito foi segmentada em grupos com perfil de risco de crédito homogéneos, sendo que os créditos de valores considerados elevados, foram agrupados num segmento ou grupo designado por “significativos”.

O modelo foi calibrado com o apuramento de factores de conversão das exposições extrapatrimoniais com natureza de crédito e com indicadores apurados com base em estimativas indicativas da probabilidade de um Cliente vir a apresentar exposições deterioradas no prazo de um ano e em estimativas indicativas do volume de perdas incorridas por segmento. Estas estimativas foram calculadas com base em informação histórica disponibilizada pelos sistemas de informação.

- Análise de *gaps* de bases de dados:

Conjuntamente com a definição funcional do modelo de imparidade do crédito foi efectuado o levantamento e análise de *gaps* das bases de dados. Em face das conclusões retiradas do levantamento, foram definidos os necessários procedimentos alternativos de recolha de informação.

- Relevação contabilística e políticas contabilísticas:

Nesta fase, foram definidas as rubricas contabilísticas adequadas ao reconhecimento de imparidade. Os critérios e políticas contabilísticas foram discutidos e estabelecidos bem como as divulgações associadas à imparidade.

A aplicação dos IAS/IFRS ao crédito concedido veio alterar de forma significativa as regras de provisionamento do crédito estabelecidas até à data, bem como todo o processo de apuramento.

A alteração processual, bem como a atribuição de funções e responsabilidades necessárias ao funcionamento do modelo teve em consideração também, a definição de medidas de controlo interno por forma a garantir que a prestação da informação seja fiável, completa e tempestiva.

1.1.6 *Compliance e Auditoria*

A função auditoria interna é assegurada no Banif, pela Direcção de Auditoria e Inspecção (DAI), assumindo papel relevante na avaliação e validação do controlo interno instituído.

Sendo parte integrante do sistema de monitorização contínua do controlo interno do Banco procede à verificação independente da adequação e do cumprimento do normativo em vigor. Cabe-lhe, nomeadamente:

- Zelar pelo cumprimento das normas internas e das disposições legais em vigor, verificando a eficácia dos métodos e procedimentos instituídos no Banco, obrigando-se a reportar os factos e situações que se constituam como desvios às referidas normas;
- Verificar os controlos e níveis de segurança estabelecidos ao nível dos sistemas e tecnologias de informação;
- Audituar regularmente as operações que envolvam riscos de actividade.

A sua actuação estende-se a todas as áreas de actividade do Banco, incluindo os sistemas tecnológicos de informação. Do seu plano anual de actividades constam acções tais como:

- Auditorias a todas as unidades orgânicas comerciais (agências, Centros de Empresas e Particulares);
- Auditorias aos serviços centrais;
- Auditorias à distância (controlo remoto);
- Auditorias aos sistemas de informação.

Até ao final de Junho de 2005 foram realizadas as seguintes auditorias: 79 a agências, 14 a Centros de Empresas e Particulares, 6 a serviços centrais, 26 auditorias à distância e 3 aos sistemas de informação.

Todas as acções são objecto de respectivo *follow-up* e os relatórios são definitivamente arquivados uma vez verificadas as correcções das anomalias apontadas.

A Direcção de Auditoria e Inspecção tem também efectuado trabalhos em empresas do Grupo Banif, nomeadamente: Banif Leasing, Banif Crédito, Banif Rent e Banif (Cayman).

Do Grupo Banif também faz parte o BCA – Banco Comercial dos Açores que tem instituído um órgão próprio, o Gabinete de Inspecção e Auditoria (GIA), para assegurar a função auditoria interna. O funcionamento deste órgão segue de perto os princípios e orientações aprovadas e em uso na Direcção de Auditoria e Inspecção do Banif, SA .

1.1.7 Actividade Financeira

Durante o período em análise, a Direcção Financeira do Banif – Banco Internacional do Funchal manteve como principal função a gestão integrada dos activos e passivos do Banco, assegurando a intervenção deste e de algumas empresas do Grupo Banif nos mercados monetário e cambial, a coordenação da actividade do Banco com outras instituições financeiras nacionais e estrangeiras e, ainda, o apoio às Direcções Comerciais e de Produtos na sua área de

actuação. Tem, também, colaborado na estruturação de produtos para venda nas redes comerciais.

Face à elevada volatilidade registada ao nível dos mercados financeiros no 1º semestre de 2005, o Banif continuou a diversificação das suas áreas de actuação para uma melhor rentabilidade das aplicações, tendo contudo limitado a exposição ao nível das suas carteiras de acções, privilegiando-se a liquidez e os mercados obrigacionistas.

A política de investimentos continuou a ser conduzida com o apoio do Banif - Banco de Investimento, seguindo-se um perfil conservador na selecção dos emitentes e uma acentuada dispersão sectorial dos riscos.

Na sequência da política adoptada, os resultados obtidos nas carteiras de títulos de investimento e negociação Banif, no 1º semestre de 2005 ascenderam a um resultado positivo de 1,14 milhões de Euros, contra um resultado de 850 milhares de Euros obtido no período homólogo de 2004.

Os resultados líquidos globais em operações financeiras do Banif registaram, no entanto, um decréscimo de 31,7%, cifrando-se em 1,05 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, contra 1,5 milhões de Euros alcançado no período homólogo de 2004.

Por seu turno, o mercado cambial continuou marcado igualmente por elevada volatilidade ao longo do semestre em análise. Durante este período assistiu-se a uma valorização do Dólar Americano face ao Euro, como consequência dos bons indicadores económicos nos EUA, da manutenção da política monetária da Reserva Federal americana de subida das taxas de juro e de uma recuperação económica mais lenta do que o previsto na zona Euro.

Estes factores originaram uma ligeira redução da actividade cambial, resultante de operações comerciais, verificando-se que as empresas com pagamentos em Dólares recorreram a financiamentos externos naquela divisa, na perspectiva de uma desvalorização desta moeda durante o 2º semestre.

A volatilidade a que se assistiu nos mercados financeiros foi também um factor que originou a não obtenção de resultados significativos nas operações de risco, originando um decréscimo nos resultados cambiais do Banif, que ascenderam a 315 milhares de Euros no final do 1º semestre de 2005, contra os 370 milhares de Euros obtidos no período homólogo de 2004.

Foi mantida uma política equilibrada de gestão da liquidez com o intuito de minimizar os riscos de mercado, apostando-se em aplicações de menor risco, fazendo-se a cobertura de risco nos activos mais voláteis, reduzindo-se os *mismatches* de taxas de juro e, fazendo-se uma avaliação periódica do risco de taxa de juro com o intuito de reduzir essa exposição.

A estabilidade da liquidez do Banif foi conseguida através do recurso a operações de empréstimo nos mercados internacionais, por prazos mais alargados, nomeadamente através da negociação de um empréstimo sindicado de 200 milhões de Euros, a cinco anos, que foi formalizado já no início de Julho.

Por outro lado, durante este semestre continuou a assistir-se a uma aposta dos Clientes do Banco em aplicações de títulos de médio/longo prazo, com a perspectiva de que o Banco Central Europeu manterá os actuais níveis das taxas de juro até ao final de 2005, aproveitando assim as taxas de juro mais elevadas nos prazos mais longos. Face a este quadro verificou-se um acréscimo no valor de CD's de médio/longo prazo emitidos pelo Banco, que se elevavam a 108,9 milhões de Euros em 30 de Junho de 2005 (contra 55,4 milhões de Euros em 30 Junho de 2004).

Deste modo, assistiu-se durante o 1º semestre de 2005 à melhoria gradual da liquidez do Banco, tendo o respectivo rácio, conforme critérios do Banco de Portugal, passado de 75% no 1º semestre de 2004 para 94% no final do semestre em apreciação.

1.1.8 Actividade Internacional

1. Banif Banco Internacional do Funchal, SA

Ao longo do semestre foi desenvolvida uma actividade significativa de visitas a bancos correspondentes e a novos bancos com os quais se pretende estabelecer cooperação e negócios. Verificaram-se mais de uma centena de contactos e o estabelecimento de novas relações estendeu-se ao Sudeste Asiático. Foi reforçado o relacionamento na Europa, inclusive com os novos países aderentes à União Europeia. A abertura de um Escritório de Representação em Londres, no final do ano passado, veio contribuir para este desiderato, sendo agora um apoio importante nos negócios do Banco e do Grupo em tão importante praça financeira.

Verificou-se o encerramento de algumas contas, equacionando-se nesta altura a abertura de outras em países na União Europeia, de modo a melhor poder servir os Clientes e os interesses do Banco e do Grupo.

Por força da manutenção das notações de *rating* do Banco no final do ano passado (atribuídas pelas Agências Moody's e Fitch, de Baa1 e BBB+ de longo prazo e P-2 e F2 de curto prazo), pelo bom comportamento evidenciado pelos vários indicadores de *performance* e fruto da crescente notoriedade e visibilidade do nome do Banco nos mercados internacionais de capitais, foi possível tomar com grande sucesso um empréstimo sindicado no montante de 200 milhões de Euros e com prazo de 5 anos, inicialmente previsto para 150 milhões de Euros.

Colocada junto de um conjunto de bancos internacionais muito diversificado e de elevado prestígio, a operação atingiu o montante mais elevado até hoje conseguido para aquele prazo e tipo de operação.

Tem-se procurado manter uma crescente actividade na captação de operações à *forfait* mas o nível das operações concretizadas, de bons Clientes acompanhados pelos Centros de Empresas, tem sido pouco significativo, fruto da conjuntura económica menos favorável.

Verificou-se uma boa actividade na captação de operações de *trade finance*, risco Brasil, de curto prazo (até 1 ano), concedidas na sua totalidade em Dólares, e que ascendiam, no final do semestre, a 35,2 milhões de Euros.

Procurou-se diversificar o risco em operações *trade related* com prazo máximo até 1 ano, concedidas a instituições financeiras de terceiros países tais como a Rússia, Ucrânia, Cazaquistão, tendo sido concretizadas operações, todas denominadas em Dólares, num total de 6,2 milhões de Euros durante o semestre.

O total global da carteira de *trade* ascendia no final do semestre a 61,6 milhões de Euros, representando 1,08% do total consolidado do crédito do Grupo Banif.

Em consequência da boa actividade desenvolvida pela Banif Mortgage Company, Miami, na concessão de crédito hipotecário, maioritariamente nos EUA, continuou a assegurar-se o *funding* das suas operações, que ascendia a 36,7 milhões de Euros no final do semestre.

Como habitualmente, tiveram lugar em Maio, em Dusseldorf, a convite do Bankhaus Lampe, as reuniões anuais do GEB (Groupement Européen de Banques) do qual o Banif é membro. Este conjunto de onze bancos regionais de média dimensão, de onze países europeus, tem aprofundado bastante a cooperação entre os seus membros, e perspectiva vir a integrar no seu seio bancos regionais de outros países da União Europeia.

- *Residentes no Exterior/Sucursal Financeira Exterior*

Os depósitos totais denominados em Euros, atribuídos a não residentes, registaram uma subida, decorrente, essencialmente, da valorização do Dólar Americano face ao Euro e da retoma, ainda que tímida, das remessas de emigrantes provenientes da Venezuela. Assim, verificou-se um acréscimo dos depósitos de cerca de 26 milhões de Euros, representando aproximadamente 4,5% do saldo global da carteira.

Em Newark foi inaugurado mais um escritório comum ao Banif e ao BCA, com a presença de membros dos respectivos Conselhos de Administração, bem como de personalidades locais da comunidade portuguesa ali residente.

No âmbito da política prosseguida com vista a assegurar uma presença nos países de emigração portuguesa, foi concluído um acordo de cooperação com um grande banco internacional, que nos vai proporcionar, a curto prazo, a abertura de uma estrutura no Luxemburgo.

Cabe realçar a actividade que vem sendo desenvolvida pelos Escritórios de Representação no exterior, cada vez mais próxima de verdadeiras unidades comerciais, indispensáveis já na colocação de produtos estruturados originados no Banif - Banco de Investimento, nomeadamente os emitidos pela Sucursal Financeira Exterior.

A entrada em vigor, a partir de 1 de Julho do ano corrente, da chamada “Directiva da Poupança” e da legislação que a transpôs para a ordem nacional, Dec.-Lei nº 62/2005, de 11 de Março, implicou que o Banco, e em particular a SFE, desenvolvessem uma grande campanha de divulgação e informação das suas implicações junto de todos os Clientes residentes em países comunitários ou em países terceiros subscritores da directiva. Esta acção veio contribuir para reforçar a imagem positiva de que o Banco desfruta junto dos Clientes não residentes, pessoas singulares ou empresas, bem como a credibilidade da sua actuação.

2. *Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd*

Desde o 1º semestre de 2003 que tem vindo a verificar-se uma inversão na tendência de crescimento da carteira de Clientes, a qual, no final do ano, evidenciava um decréscimo de 11,5%. Neste semestre a tendência acentuou-se, diminuindo de novo mais 23%, o que reflecte um decréscimo global de 32%, quando se compararam os números no final de Junho de 2004 com Junho de 2005.

Apesar disso, o nível de captação de depósitos mostrou uma boa evolução, registando a carteira um total de recursos captados de 1.002 milhões de Euros no final do semestre, o que evidencia um acréscimo de 28% em comparação com o 1º semestre de 2004.

No que respeita ao crédito concedido, houve um crescimento significativo da respectiva carteira durante este semestre, quando comparado com o período homólogo de 2004. Assim, esta rubrica registava um total de 201,5 milhões de Euros em 30 de Junho de 2005, contra 135,5 milhões de Euros em 30 de Junho de 2004, equivalente a um crescimento de 48,8%.

Desta carteira, a evolução mais significativa registou-se na carteira de *trade finance* Brasil, totalmente denominada em Dólares, que registou uma forte subida, de 12,1 milhões de Euros, em Junho de 2004, para 32,5 milhões de Euros no final do 1º semestre deste ano, montante que, mesmo assim, ainda se situa abaixo do máximo fixado pelo Banco para este tipo de exposição.

O restante crédito, de curto prazo, concedido a Clientes, registou um crescimento de 32% no período homólogo.

Em consequência do nível de actividade desenvolvida, o Activo Líquido registou um acréscimo importante de 26,5%, passando de 899 milhões de Euros para 1.137 milhões de Euros, devido essencialmente ao crescimento das operações interbancárias dentro do Grupo Banif.

Os resultados líquidos registados no final do semestre situam-se nos 1.265 milhares de Euros, contra 1.279 milhares de Euros em 30 de Junho de 2004, o que representa um ligeiro desvio negativo de 1%.

(Milhares de Euros)

	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo	1.137.234	898.899	26,5
Crédito	201.516	135.458	48,8
Recursos de Clientes	1.002.993	783.528	28
Capitais Próprios	41.948	41.512	1
Resultados Líquidos	1.265	1.279	(1)

3. Banif Mortgage Company

A Banif Mortgage Company (BMC) é uma sociedade estabelecida na Flórida, EUA, desenvolvendo a sua actividade na área do crédito hipotecário, sendo integralmente detida pela Banif International Holdings, Ltd.

A BMC iniciou a sua actividade em 2002, consistindo esta, essencialmente, no financiamento da aquisição ou construção de propriedade imobiliária, por residentes ou não residentes, principalmente na Flórida, New Jersey, Massachusetts e Nova Iorque, desenvolvendo ainda a sociedade outros tipos de actividade creditícia.

Em 30 de Junho de 2005, os activos totais da BMC ascendiam a USD 46,6 milhões, dos quais USD 45,3 milhões consistiam em empréstimos a Clientes (86 empréstimos).

Os empréstimos aprovados no primeiro semestre de 2005 ascenderam USD 44,1 milhões (48 empréstimos), na linha dos objectivos para o ano em curso, sendo o Resultado Líquido para o mesmo período de USD 88,6 milhares.

4. Banif Financial Services, Inc.

A Banif Financial Services, Inc. (BFS) foi constituída na Flórida em 2001, desenvolvendo a sua actividade como *Investment Advisor*. O seu objecto consiste em apoiar e desenvolver o negócio de *Private Banking* e operações internacionais do Grupo Banif em Cayman, no Brasil, Venezuela, Argentina e Uruguai. A BFS é integralmente detida pela Banif International Holdings, Ltd.

A principal fonte de proveitos da BFS resulta das comissões de aconselhamento recebidas do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA e do Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. O Resultado Líquido no primeiro semestre de 2005 situou-se em USD 18,6 milhares.

Os conselheiros de investimento da BFS gerem um total de 93 Clientes, o que representa um acréscimo de 35% registado no primeiro semestre. O total de fundos sob gestão situava-se, no final do 1º semestre, em USD 60,7 milhões, o que traduz um crescimento de 243% relativamente ao final de 2004.

De referir ainda, que durante o primeiro semestre de 2005, a BMC e a BFS mudaram para novas, mais amplas e melhores instalações, as quais foram inauguradas com uma recepção que contou com a presença de representantes das autoridades locais, bem como de numerosos Clientes.

5. Banif Brasil

Durante o primeiro semestre de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (Banif Brasil) - anteriormente Banco Banif Primus, SA - manteve-se focado no desenvolvimento e expansão das operações de crédito comercial e de comércio externo, com empresas de média e grande dimensão, além de desenvolver grandes esforços na captação local de recursos para desenvolver sua actividade de crédito junto da clientela e instituições financeiras, visando menor dependência de recursos externos. A expansão nos volumes de negócios reflecte a estratégia do Grupo Banif relativamente à desejada expansão dos seus negócios no Brasil e no exterior.

No desenvolvimento da actividade durante o período em causa, foi mantida uma política de crescimento e expansão controlada do crédito, com especial prudência na renovação dos empréstimos, em produtos de menor risco, exigindo garantias reais com o objectivo de minimizar o risco, tendo, porém sempre em vista maximizar a rendibilidade do Banco.

As operações de crédito comercial, de crédito ao consumo e de comércio externo apresentaram um crescimento gradual e significativo durante os últimos doze meses, atingindo no total um acréscimo de 78% no período, evoluindo de R\$206,8 milhões, em 30 de Junho de 2004, para R\$.368,7 milhões em 30 de Junho de 2005.

No primeiro semestre, considerando o difícil e imprevisível quadro político, a gestão do Banif Brasil optou por manter a liquidez elevada. No momento mais agudo da crise, em 30 de Junho de 2005, a liquidez disponível (valores mobiliários e derivativos) elevava-se a cerca de R\$144 milhões. Esta opção sem dúvida afectou e afecta fortemente a rentabilidade do Banco, mas houve e continua a haver necessidade de agir de forma prudente nesta matéria, face à situação difícil em que se encontram alguns bancos brasileiros de menor porte.

O Banif Brasil manteve uma importante presença no mercado de câmbio, a exemplo de anos anteriores, mantendo-se entre os 25 maiores bancos em operações de câmbio no país, segundo *ranking* do Banco Central do Brasil, tendo movimentado no ultimo mês de Junho de 2005 a cifra de US\$1,1 bilião.

Na captação de recursos os depósitos cresceram 140% nos últimos doze meses, apresentando uma excelente *performance*. Em 30/06/2005 o total de depósitos somou R\$228,6 milhões, que compararam com R\$95,3 milhões em 30/06/2004.

No desenvolvimento da estratégia de expansão da operação no Brasil, angariação de novos Clientes para o desenvolvimento das sociedades do Grupo naquele país e do *cross selling* com as sociedades do Grupo em Portugal, principalmente na actividade de *private banking*, procedeu-se, durante o primeiro semestre, à abertura de duas novas agências: Agência Analia Franco, na área metropolitana de São Paulo, e Agencia Down Town, no Bairro da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Importa igualmente mencionar a mudança do Centro do Rio de Janeiro para a Agência Praia do Botafogo, que permitiu uma importante redução de custos operacionais.

Ainda no semestre em causa foi aprovada pelo Banco Central do Brasil e autoridades monetárias a transformação da Banif Primus Corretora de Valores Imobiliários e Câmbio, no Banif Primus Banco de Investimento, SA, passando desta forma a operar num modelo idêntico ao do Grupo em Portugal, com dois Bancos operando separadamente, mas em sinergia, de acordo com as suas características, e desta forma melhor gerindo as respectivas *performances*.

Complementando o modelo idealizado estrategicamente, foi também aprovada pelo Banco Central do Brasil a abertura da nova corretora, a Banif Primus Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio, SA (já que a licença anterior permitiu a criação do Banif Investimento), podendo desta forma ser dada continuidade à actividade de investimento em bolsa, corretagem e intermediação.

O resultado do primeiro semestre de 2005 foi fortemente influenciado pela estabilidade verificada no Brasil e pela competição entre os bancos pelo crédito, resultando na redução substancial dos *spreads* cobrados pelos mesmos. Nesse cenário de elevada concorrência, com perda de receita para os Bancos, o Banif Brasil apresentou uma excelente *performance* no primeiro semestre de 2005, atingindo um resultado líquido positivo de Reais\$.2,9 milhões, suportado pelo excelente desempenho de sua equilibrada carteira de crédito comercial, crédito ao consumidor e comércio externo.

Variação Junho 2005/2004

(Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA e Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA)

(Milhares de Reais)

	Junho 2005	Junho 2004	Var.%
Activo Líquido	698.305	690.209	1,2%
Crédito	632.948	607.782	4,12%
Recursos de Clientes	228.802	95.280	140,12%
Capitais próprios	50.098	36.025	39,1%
Cash-Flow	6.581	799	723,7%
Resultado Líquido	2.971	156	1.804%

1 Real = 0,3510 Euros

6. Finab – International Corporate Management Services

O aspecto mais relevante da actividade da Finab verificado durante o 1º semestre do ano em curso traduz-se no aumento significativo de sociedades constituídas e sob gestão, que passou

de 104 em 31/12/2004 para 148 em 30/06/2005 (um aumento de 42%). Por seu turno, os proveitos da Sociedade passaram de USD 133 milhares no 1º semestre de 2004, para USD 219 milhares no 1º semestre de 2005, o que representa um crescimento de 65%.

1.2 BANCA DE INVESTIMENTO

1.2.1 Banif – Banco de Investimento, SA

O Banif – Banco de Investimento, SA (“Banif Investimento”) é a instituição do Grupo Banif que actualmente centraliza e coordena toda a actividade nacional e internacional do Grupo Banif na área da banca de investimento, nomeadamente a actividade da Banif Securities, Inc. (nos Estados Unidos da América) e do Banif Primus Banco de Investimento, SA (no Brasil).

As actividades de gestão de fundos (mobiliários, imobiliários e de pensões) e de capital de risco são desenvolvidas pelas sociedades participadas do Banif Investimento, enquanto que todas as restantes actividades são desenvolvidas no âmbito do próprio Banco de Investimento.

O principal activo do Banif Investimento, a carteira própria de obrigações, atingiu um valor global de cerca de 260 milhões de Euros em 30 de Junho de 2005. Não obstante o primeiro semestre de 2005 ter registado níveis elevados de volatilidade associados aos *spreads* de *corporate bonds* (*downgrade* da *General Motors* e da *Ford* e risco de *leverage buy-out*), o Banco manteve-se particularmente activo na tomada de posição e venda de instrumentos de renda fixa pela clientela institucional. Neste sentido, esta actividade foi responsável por uma parte relevante dos resultados do Banif Investimento.

No primeiro semestre de 2005 a actividade de gestão de carteira própria de acções registou uma excelente *performance*, com o capital investido a ser remunerado a uma taxa efectiva no período de 6,96% (bruta). Este valor compara favoravelmente com a valorização dos mercados de referência para esta actividade de -0,11%. Refira-se que os resultados desta actividade foram potenciados por uma política de investimentos baseada numa gestão de riscos selectivos e com uma exposição à direccionalidade dos mercados limitada, utilizando para este efeito técnicas de *pair trading* e *long/short*.

Em termos de política de *funding*, manteve-se a estrutura já existente, baseada em alguns recursos de médio prazo, no capital disponível do Banco, nas linhas de *repo* concedidas pelos principais bancos internacionais e na emissão de certificados de depósito.

O Banif Investimento gerou, no período, um produto bancário de 7,5 milhões de Euros, que se traduziu num *cash-flow* de 3,2 milhões de Euros e num resultado líquido individual de 2,3 milhões de Euros:

(Milhares de Euros)

<u>Contas Individuais</u>	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	507.187,3	305.998,9	65,7%
Capitais Próprios	23.931,7	22.699,7	5,4%
Produto Bancário	7.542,7	6.012,0	25,5%
Cash-Flow	3.155,8	1.914,2	64,9%
Resultado do Exercício	2.326,6	901,3	158,1%
ROA	1,02%	0,62%	-
ROE	20,22%	8,10%	-
Cost-to-Income	64,2%	77,0%	-
Rácio de Solvabilidade	8,9%	12,4%	-

A nível consolidado, os resultados líquidos do Banif Investimento cresceram 35,4% no primeiro semestre de 2005 quando comparados com o período homólogo de 2004, atingindo 2,7 milhões de Euros, tendo gerado no semestre um produto bancário de 9,5 milhões de Euros e um *cash-flow* de 4,1 milhões de Euros:

(Milhares de Euros)

<u>Contas Consolidadas</u>	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	506.377,6	304.994,3	66,0%
Capitais Próprios	27.435,1	25.070,8	9,4%
Produto Bancário	9.484,9	8.009,7	18,4%
Cash-Flow	4.087,2	3.447,3	18,6%

Resultado do Exercício	2,739.5	2.023,4	35,4%
ROA	1,20%	1,40%	-
ROE	20,96%	16,87%	-
Cost-to-Income	61,9%	63,9%	-

Os principais elementos caracterizadores do desempenho do Banif – Banco de Investimento, SA no primeiro semestre de 2005, por actividade, foram os seguintes:

1. Financial Advisory

No 1º semestre de 2005 a Direcção de *Financial Advisory* prosseguiu a consolidação da sua actividade no âmbito da prestação de serviços de assessoria financeira e de apoio à montagem de operações estruturadas, continuando a privilegiar a qualidade do trabalho executado e o acompanhamento permanente dos seus Clientes.

Merece especial realce a assessoria ao Governo Regional dos Açores na privatização de 33,92% da EDA – Electricidade dos Açores, SA, operação no montante de 32,7 milhões de Euros. No seguimento desta transacção encontra-se prevista a execução, no 2º semestre de 2005, da Oferta Pública de Venda (OPV) de 5,98% do capital da EDA – Electricidade dos Açores, SA, a qual se encontra reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes.

Foram igualmente concluídos projectos de assessoria financeira à ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA e ao Grupo Custoitex.

A Direcção de *Financial Advisory* continua a desenvolver diversos projectos de relevo respeitantes a fusões e aquisições, reestruturações financeiras, avaliações económico-financeiras, entre outros, os quais deverão estar finalizados no decorrer do 2º semestre de 2005.

No âmbito das operações de securitização e no decurso do 1º semestre de 2005 o Banif Investimento continuou a ser responsável pela gestão das operações de titularização de crédito imobiliário e ao consumo e de contratos de *leasing* efectuadas pelo Grupo Banif. Esta função envolve, nomeadamente: a monitorização dos créditos titularizados; o controlo dos fluxos

financeiros das operações; a preparação de relatórios periódicos; o apoio às entidades participantes nas operações; e a interacção com terceiros, nomeadamente agências de *rating*, Banco de Portugal e investidores.

No decurso do primeiro semestre de 2005 foi efectuado um esforço no sentido de se estender este envolvimento para fora do universo Banif, através de diversos contactos, sobretudo com entidades públicas e privadas que nunca utilizaram esta forma de financiamento.

2. Mercado de Capitais – Dívida

No decurso do primeiro semestre de 2005, o Banif Investimento esteve envolvido num total de 13 operações, entre lideranças e participações em sindicatos de colocações de diversas emissões para entidades nacionais e internacionais.

Relativamente a emissões estruturadas para emitentes do Grupo Banif, destacam-se as seguintes operações: (i) duas emissões de obrigações, uma para o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (“Banif”), no valor de 10 milhões de Euros, e outra para a Sucursal Financeira Exterior do Banif (“Banif SFE”), no valor de 5 milhões de Dólares Americanos, ambas sujeitas a uma remuneração variável indexada à *performance* de cinco índices (três accionistas, um de *commodity* e um de obrigações); (ii) emissão de *Range Accrual Notes* para o Banif, indexada à performance da taxa *Libor* do Dólar Americano a 3 meses, denominada em Euros, no montante de 25 milhões de Euros; (iii) emissão *Step-Up Notes* para o Banif SFE, com remuneração fixa crescente, no montante de 15 milhões de Dólares Americanos; (iv) emissão para a Banif Leasing, SA, indexada à taxa Euribor a 12 meses, no montante de 6 milhões de Euros; e (v) uma emissão de Certificados de Depósito para o Banco Banif Primus, SA, denominada em Euros, no montante de 10 milhões de Euros e prazo de 6 meses.

No que diz respeito a emitentes externos ao Grupo Banif, o Banif Investimento estruturou e liderou as seguintes operações: (i) emissão de *Notes* realizada pelo emitente *Trade Invest Limited*, através do seu Programa de *Asset Backed Notes*, para a GP Investimentos, uma empresa brasileira especializada na gestão de fundos de investimento, com prazo de 4 anos e cujo colateral consiste em acções da Telemar Participações, S.A., no montante global de 4,9

milhões de Dólares Americanos; (ii) emissão de *Notes* realizada pelo emitente *Euro Invest Limited*, através do seu Programa de *Asset Backed Notes*, sob o formato de *Credit Linked Notes*, indexada ao risco de crédito de um cabaz composto por títulos da República Federativa do Brasil e de entidades brasileiras de referência, incluindo nomes como: CNO – Construtora Norberto Odebrecht S.A, Petrobras – Petróleo Brasileiro SA, SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, CSN - Companhia Siderúrgica Nacional, Ipiranga - Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e Braskem SA, com o prazo de 3,5 anos e montante global de 14,75 milhões de Euros; e (iii) em conjunto com o Banco Itaú Europa, SA, uma emissão de *Credit Linked Notes* suportadas num financiamento à exportação para a Dimon do Brasil Tabacos Ltda., no montante de 2,5 milhões de Dólares Americanos.

O Banif foi ainda convidado para participar no sindicato de tomada firme da emissão de *Floating Rate Notes* do Banco Itaú Europa, SA (actuando através de sua Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira), no valor total de 200 milhões de Euros, no qual assumiu o estatuto de *Co-Lead Manager*.

No segmento de empresas portuguesas, o Banif Investimento manteve uma presença activa, tendo concluído com sucesso as seguintes transacções: (i) operação de cobertura de risco de taxa de juro para a ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, SA, no montante de cerca de 10 milhões de Euros; (ii) financiamento para o Grupo Tiner com o intuito de financiar projectos internacionais, no prazo de 5 anos e no montante de 2,5 milhões de Euros; e (iii) um empréstimo *Schuldschein* para a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, SA, em conjunto com o Barclays Capital, no montante de 30 milhões de Euros, com o estatuto de *Joint Arranger*.

3. Mercado de Capitais – Acções

Num ambiente cada vez mais competitivo, confirmado pela adesão de 31 novos membros à Euronext Lisboa em menos de 18 meses, a actividade de corretagem efectuou um volume de intermediação de cerca de 500 milhões de Euros no primeiro semestre de 2005. A conjuntura económica caracterizada por um arrefecimento da economia norte-americana e uma forte estagnação na Europa condicionou o apetite dos investidores por activos de risco. Neste

cenário registou-se uma quebra de cerca de 18% dos volumes transaccionados pelo Banif Investimento nas principais bolsas internacionais. No que se refere ao volume de receitas do negócio corretagem, os 875 mil Euros registados até Junho do corrente ano estão em linha com as expectativas e dentro dos valores orçamentados para o ano de 2005.

Seguindo uma estratégia orientada para a diversificação da base de clientes, com especial ênfase no segmento institucional não residente, o Banif Investimento intensificou os contactos nos principais mercados de referência europeus (Londres e Madrid), promovendo o trabalho efectuado pela sua equipa de *equity research* que tem vindo a divulgar *trading ideas* assentes num conceito de *hedge*, ou seja, cujo resultado final não está directamente correlacionado com o comportamento direccional do mercado global.

No segmento dos clientes particulares, a estratégia está focada, por um lado, no alargamento da gama de produtos oferecidos, designadamente através da disponibilização de novos instrumentos financeiros e de linhas de crédito específicas, e, por outro, no desenvolvimento de parcerias com o Grupo Banif, tendo em vista uma presença mais efectiva junto dos Clientes de elevado património.

4. Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banif Investimento, na gestão de patrimónios de Clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, nos fundos de investimento mobiliário, imobiliário e nos fundos especiais de investimento e pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA., nos fundos de pensões.

A estratégia da Área de Gestão de Activos para o ano de 2005 assenta nos seguintes vectores prioritários:

- Prosseguir o reforço do relacionamento com o Grupo Banif, potenciando os actuais níveis de *cross-selling* e as taxas de penetração deste tipo de produtos junto dos Clientes do Grupo, mas, sobretudo, aumentar o carácter recorrente da comercialização de fundos de investimento junto desses Clientes e o respectivo valor acrescentado,

- apostando na substituição gradual de fundos de tesouraria ou similares por fundos com maior valor acrescentado e margem, como os Fundos Especiais de Investimento, que também potenciam a prestação de serviços de aconselhamento patrimonial integrada aos Clientes, reforçando, assim, a sua vinculação ao Grupo;
- Desenvolver o relacionamento com empresas e investidores institucionais exteriores ao Grupo Banif, de modo a potenciar as aplicações desses investidores em fundos de investimento e em serviços de gestão de patrimónios;
 - Manter a ênfase numa atitude de inovação, expressa na constituição de novos fundos de investimento e no lançamento de novos produtos.

Em 30 de Junho de 2005 a área de gestão de activos administrava um volume total de activos de 1.148 milhões de Euros, que compara com 828 milhões de Euros em 30 de Junho de 2004, ou seja, um crescimento de 39%.

4.1. Banif Gestão de Activos (*Fundos de Investimento Mobiliário e Imobiliário*)

Atendendo aos vectores estratégicos traçados para a área de gestão de activos, a Sociedade colocou o acento tónico no posicionamento regular dos seus fundos acima da média de rendibilidades das respectivas classes, na promoção de um leque de fundos adequado ao interesse comercial por eles suscitado e no reforço do relacionamento com as redes de colocação dos seus fundos. Em termos mais concretos, foi acentuada a ênfase na colocação de Fundos Especiais de Investimento (FEI's), salientando, neste contexto, o papel desempenhado pelo Banif Gestão Patrimonial.

Assim, depois de em 2002 ter colocado mais de metade dos seus fundos no Top 3 das suas classes, e de em 2003 ter posicionado 9 dos 11 fundos geridos no Top 5 dessas classes, em 2004 a Banif Gestão de Activos posicionou 7 dos 12 fundos geridos no Top 5 de rendibilidades das respectivas classes, confirmando a consistência da gestão implementada. No 1º semestre deste ano colocou 6 dos fundos geridos no Top 5 de rendibilidades a 12 meses, destacando-se o posicionamento de 2 fundos no 1º lugar das respectivas classes. Em consequência, a Banif Gestão de Activos continua a apresentar-se como uma das Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento com o melhor *ranking* médio dos respectivos fundos geridos.

É ainda de registar o facto de a Banif Gestão de Activos, depois de em 2004 ter sido galardoada com 4 prestigiados prémios de 1º lugar na 1ª edição dos prémios Diário Económico / Standard & Poor's, destinados a salientar os melhores fundos comercializados em Portugal, ter ganho, em 2005, um 1º lugar na 2ª edição destes prémios, atribuído ao fundo Banif Euro Tesouraria.

Em 30 de Junho de 2005 o volume de activos sob gestão cifrava-se em 739 milhões de Euros, o que representou um acréscimo de 39% relativamente ao valor gerido no final do 1º semestre de 2004 (531 milhões). Neste contexto, a quota de mercado da Banif Gestão de Activos, que se situava nos 1,2 % em Dezembro de 2003, aumentou para cerca de 1,7% no final de Junho de 2004 e situa-se em aproximadamente 2,2 % no final deste 1º semestre.

No que diz respeito aos fundos mobiliários e especiais de investimento, os activos geridos passaram de 223 milhões de Euros em Junho de 2004 para 298 milhões de Euros no final do 1º semestre do corrente ano (34% de crescimento), ao passo que os fundos imobiliários mantiveram um forte ritmo de crescimento, evoluindo de 311 para 441 milhões de Euros, no mesmo período, o que representou uma subida de 42 %.

Em termos de crescimento dos activos geridos destacou-se o Banif Gestão Patrimonial - FEI, constituído em Abril de 2004, que investe em activos tradicionais (mercados monetários, obrigações e acções), e ainda em imobiliário, *hedge funds*, arte, *private equity*, *commodities* ou outros investimentos alternativos, directamente ou mediante a utilização de fundos de investimento. Os activos do fundo passaram de 10 milhões no final do 1º semestre de 2004 para 62 milhões no final de Junho deste ano, ou seja, um crescimento de 540 % no período.

Este acréscimo significativo do nível de actividade da Sociedade traduziu-se num resultado líquido de 1.279 milhares de Euros neste semestre, um acréscimo de 32,6% em relação ao período homólogo de 2004.

(Milhares de Euros)

	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	6.473,3	4.727,3	+ 39,6%
Capitais Próprios	4.839,4	4.112,6	+ 17,7%
Resultado do Exercício	1.279,0	964,4	32,6%

4.2 Banif Açor Pensões (Fundos de Pensões)

A Sociedade tem vindo a desenvolver uma actividade comercial extremamente intensa e que se traduziu no estabelecimento de contactos com cerca de 200 empresas, associações, ordens profissionais e sindicatos, com o intuito de obter novos mandatos de gestão de fundos de pensões. Este empenho comercial permitiu a obtenção, desde o final do ano de 2004, de diversos mandatos extremamente relevantes, para a constituição ou gestão de fundos de pensões para a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, a ANA - Aeroportos de Portugal e o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol e permitiu que a Sociedade se tenha posicionado na “*short list*” final para a obtenção de diversos mandatos, a atribuir até ao final de 2005.

A estratégia de investimento prosseguida nos fundos sob gestão manteve-se com uma tónica conservadora no período, continuando a componente accionista dos investimentos totais a ser relativamente reduzida (cerca de 15%). A rendibilidade média efectiva (não anualizada) atingida no semestre cifrou-se em 2,67%.

O volume de activos sob gestão passou de 128 milhões de Euros em Junho de 2004 para 183 milhões no final deste semestre, o que representou um aumento de 43 %.

O Resultado Líquido obtido pela Sociedade no semestre cifrou-se em 23,5 milhares de Euros, contra 57,5 milhares de Euros no mesmo período de 2004, reflectindo essencialmente o esforço comercial que tem vindo a ser desenvolvido.

(Milhares de Euros)

	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	3.101,3	2.746,2	+ 12,9%
Capitais Próprios	2.794,9	2.647,2	+ 5,6%
Resultado do Exercício	23,5	57,5	- 59,2%

4.3 Banif Investimento (Gestão de Patrimónios)

A actividade de gestão de patrimónios encontra-se numa fase de reestruturação do modelo de negócio, o qual passará a ser baseado na utilização de fundos especiais de investimento, combinados com a selecção de fundos específicos de entidades terceiras. Esta actividade enquadra-se no serviço de gestão global de patrimónios e assessoria patrimonial denominado *Banif Profile*, que foi recentemente lançado em termos comerciais.

O Banif Investimento detinha, em 30 de Junho de 2005, um total de activos sob gestão de 191,4 milhões de Euros, contra os cerca de 139,1 milhões de Euros em Junho de 2004, evidenciando um crescimento de 38%.

5. Cross-selling

Depois do acentuado crescimento registado em 2003 e 2004 nos indicadores de *cross-selling* de produtos de investimento nas redes de comercialização do Grupo Banif, os principais eixos estratégicos do Banif Investimento neste plano centram-se em:

- Reforçar o carácter recorrente da comercialização de fundos de investimento e produtos estruturados junto dos Clientes do Grupo Banif;
- Promover a comercialização de produtos destinados a segmentos distintos de Clientes, fortalecendo ainda a imagem de inovação do Grupo (exemplos: fundos especiais de investimento como o Banif Gestão Patrimonial e fundos imobiliários fechados de subscrição particular);
- Desenvolver a qualidade da venda de produtos de investimento nas redes do Grupo, mediante a execução de adequados planos de formação;

- Promover o *cross-selling* de produtos Banif em ambos os sentidos, reforçando a comercialização de produtos e serviços do Banif – Banco Internacional do Funchal e da Companhia de Seguros Açoreana por parte do Banif Investimento.

Apesar de as vendas efectuadas no período terem sido condicionadas pelo facto de o fundo imobiliário Banif Imopredial ter estado com as subscrições suspensas durante a maior parte do 1º semestre de 2005, foram colocados 155 milhões de Euros de fundos de investimento e produtos estruturados, o que compara com 171 milhões que foram comercializados no mesmo período de 2004. Para além disso, é importante realçar a evolução bastante positiva verificada neste semestre ao nível da margem unitária e recorrência dos produtos vendidos, na linha dos objectivos traçados para o exercício em curso. Finalmente, tem-se conseguido alargar consideravelmente a percentagem de Clientes do Grupo com produtos de investimento.

Neste contexto, salienta-se a significativa evolução nas accções de formação e dinamização comercial efectuadas junto dos Clientes e das redes comerciais do Grupo Banif. Neste plano destacou-se a realização de diversos eventos denominados *Fórum do Investidor*, que tiveram lugar, com grande receptividade e sucesso, em Ponta Delgada e Faro, para além de um evento similar realizado no Funchal aquando da inauguração do Centro Banif Privado.

6. Corporate e Private Banking

Ao longo do primeiro semestre de 2005 o Banif Investimento continuou a reforçar a sua presença no segmento de *private banking*, baseando a sua actuação numa análise integrada das necessidades dos Clientes e disponibilizando, para o efeito, um conjunto de soluções que correspondam, não só, às necessidades financeiras detectadas, mas que também contribuam para a optimização do ponto de vista patrimonial e fiscal.

Neste semestre, a actividade de *private banking* foi também orientada para o alargamento da oferta de produtos, passando a incluir na abordagem e aconselhamento comercial, produtos de terceiros criteriosamente seleccionados. Deste modo, com a proposta de valor definida para esta área de negócio, foi possível adoptar uma política de investimento que, preservando o activo dos Clientes, permitiu a construção de soluções de investimento capazes de proporcionar

bons retornos dos activos sobre gestão, visando sempre a crescente satisfação e fidelização dos Clientes.

A estratégia adoptada conduziu a um crescimento de 25% do número de Clientes directos, atingindo em Junho de 2005 um total de cerca de 294 Clientes. Este incremento verificado permitiu efectuar uma abordagem comercial estruturada, que assenta num significativo conhecimento do perfil dos Clientes e que se traduziu num crescimento dos activos totais sob gestão para cerca de 165 milhões de Euros (+20%), e num crescimento expressivo dos montantes de crédito concedido para apoio dos investimentos dos Clientes, que ultrapassa agora os 55 milhões de Euros.

7. *Private Equity*

A NewCapital, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (“NewCapital”) é a sociedade de capital de risco constituída pelo Banif – Banco de Investimento, SA, para concretizar a sua actividade de *private equity*.

No início de 2005, a ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários adquiriu uma participação de 5% no capital social da NewCapital, passando o Banif Investimento a deter apenas 55% do capital da Sociedade. O estabelecimento desta parceria ao nível da NewCapital entre o Banif Investimento, a FLAD e a AEP para a área de *Private Equity*, permite usufruir de um elevado potencial de *deal-flow* em termos de oportunidades de investimento.

No final do primeiro semestre de 2005 a NewCapital lançou um novo Fundo de Capital de Risco para investidores qualificados vocacionado para a tomada de participações em empresas familiares denominado NEW FAMILY COMPANIES FUND. Este novo fundo iniciou a sua actividade com 2,4 milhões de Euros, podendo vir a atingir um valor global final de 6 milhões de Euros. Este fundo é detido em 55% pelo Banif Investimento e é participado em 45% pelo FSCR (Fundo de Sindicação de Capital de Risco). Os alvos de participação serão PME's familiares bem estabelecidas no mercado, com produtos, marcas ou serviços reconhecidos e com notoriedade, mas que atravessem problemas de gestão familiar ou de sucessão. O Fundo pretende também apoiar operações de MBO, MBI e LBO na transmissão de empresas familiares, dotando-as de equipas de gestão dinâmicas e competentes, que garantam a sustentabilidade da sua capacidade de inovação e a continuidade da empresa.

Actualmente a NewCapital gere, assim, quatro fundos de capital de risco, num valor total de capital comprometido de 16 milhões de Euros: (i) Fundo CAPVEN, com o capital subscrito e realizado de 7,5 milhões de Euros, destinado predominantemente a investimentos de expansão em PMEs portuguesas de acordo com os critérios da União Europeia; (ii) Fundo New Early Stage Fund, com o capital comprometido de 4,5 milhões de Euros e realizado de 1,8 milhões de Euros, com enfoque em *Start-Ups*, primeiras fases de financiamento e projectos inovadores de PMEs portuguesas; (iii) Fundo Madeira Capital, com o capital comprometido de 4 milhões de Euros e realizado de 1 milhão de Euros, destinado a investir em PMEs sediadas na Região Autónoma da Madeira, com enfoque em *start-ups*, primeiras fases de financiamento e projectos inovadores; e (iv) o referido Fundo New Family Companies Fund.

A Sociedade registava a 30 de Junho de 2005 um activo líquido total de 3.078,9 milhares de Euros, capitais próprios de 853,4 milhares de Euros e um resultado líquido de 36,9 milhares de Euros.

(Milhares de Euros)

	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	3.078,9	3.062,5	+ 0,5%
Capitais Próprios	853,4	777,8	+ 9,7%
Resultado do Exercício	36,9	11,2	+ 230,2%

8. A actividade de Banca de Investimento no Brasil e Estados Unidos da América

A actividade de Banca de Investimento do Grupo Banif é coordenada pelo Banif – Banco de Investimento, SA e abrange a actividade desenvolvida, nos Estados Unidos da América (Nova Iorque e Miami), pela Banif Securities Inc e, no Brasil, pelo Banif Primus – Banco de Investimento, SA.

Neste contexto, foram as seguintes as linhas gerais da actividade desenvolvida por estas 2 entidades no decurso do primeiro semestre de 2005:

- *Banif Securities, Inc.*

Prosseguiu-se, no decurso do primeiro semestre de 2005, o processo de racionalização e de focagem da actividade desenvolvida pela Banif Securities, Inc e do seu enquadramento na actividade global de Banca de Investimento desenvolvida pelo Grupo.

Nesse contexto, deu-se início à deslocalização parcial das actividades da sociedade de Nova Iorque para Miami, com a consequente alteração da dimensão e composição dos respectivos quadros de pessoal.

A actividade desenvolvida em Nova Iorque foi centrada no negócio de venda de activos de renda variável a Clientes institucionais nos Estados Unidos, o que, conjugado com o alargamento da oferta e com o aproveitamento das oportunidades de *cross-selling* com outras entidades do Grupo Banif, se traduziu numa melhoria da eficiência operacional e da qualidade do serviço prestado.

O escritório da Sociedade em Miami foi vocacionado para a venda de activos de renda fixa a investidores institucionais, tendo-se igualmente dado início a um projecto de *private banking*, dirigido a Clientes particulares oriundos daquela zona geográfica e da América Latina.

Em Janeiro de 2005 foi reembolsado o empréstimo subordinado obtido no valor de 5 milhões de Dólares americanos, tendo, simultaneamente, sido reforçados os capitais próprios da Sociedade, através de um aumento de capital no montante de 2,2 milhões de Dólares americanos. Este reembolso, associado à redução da actividade de carteira própria, justifica o decréscimo verificado no volume de activos.

O Resultado Líquido da actividade desenvolvida no primeiro semestre de 2005 foi negativo em 490 mil Dólares americanos, em resultado do processo de reestruturação em Nova Iorque e ao investimento subjacente ao início de actividade do escritório de Miami.

	<i>(Milhares de USD)</i>		
	Junho 2005	Junho 2004	Variação %
Activo Líquido	1.090,4	5.373,2	-79,7%
Capitais Próprios	938,7	-613,8	-252,9%
Resultados	-490,2	-673,3	-27,2%

- Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA

O processo de reestruturação iniciado em 2004, foi formalmente aprovado pelo Banco Central do Brasil em Junho de 2005, resultando na transformação da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio S.A. em Banif Primus Banco de Investimento SA e na criação de uma nova corretora.

Na área de mercado de capitais o Banif Investment Banking (BIB) actuou como coordenador da emissão de “debêntures” da Gafisa S.A., no valor de R\$ 64 milhões. Esta emissão teve prazo de vencimento de 4 anos e 50% do seu montante encontrava-se garantido com “recebíveis” imobiliários.

O BIB actuou ainda como assessor financeiro exclusivo da Atmosfera Gestão e Higienização de Têxteis Ltda., líder sul-americana em gestão e higienização de têxteis e

na estruturação e distribuição de R\$21,0 milhões de “Cédulas de Crédito Bancário” com prazo de 3 anos, destinadas a financiar a construção da sua nova unidade industrial na Região Sudeste do Brasil.

O BIB foi igualmente contratado como assessor financeiro exclusivo da Tiner Empreendimentos e Participações, (empresa do sector imobiliário, responsável pela estruturação do FII Europar no Brasil, e de Fundos Imobiliários em Portugal), na estruturação de um financiamento de R\$ 10,0 milhões em Cédulas de Crédito Bancário.

Na Área de Renda Fixa Internacional, o Banco intensificou os seus esforços na expansão da sua base de Clientes na América Latina e do volume de negociação de títulos no mercado secundário. Aumentou a oferta de produtos estruturados aos seus Clientes e tem procurado afirmar a sua presença junto das principais companhias brasileiras no que diz respeito a produtos de mercado de capitais.

O 1º semestre de 2005 foi marcado por uma alta volatilidade, especificamente no mercado de taxa de juros. Em função disso, a actividade de fundos de investimento passou por períodos de realoação de *portfolios*, tendo os “Fundos Multimercados” perdido espaço para outros fundos mais conservadores, tais como, “Fundos de Renda Fixa” e “Referenciados DI”.

Neste período, a actividade de gestão de activos no Brasil registou um crescimento de 9%, tendo encerrado o semestre com R\$ 643 bilhões. Por seu turno, a Banif Primus Asset Management ampliou a sua base de Clientes institucionais, corporativos e *private*, e incorporou novos produtos à sua administração, chegando a um património sob gestão, no final de Junho de 2005, de R\$ 200 milhões, o que representa um crescimento de 5% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

Continuando a sua estratégia de expansão, a Banif Primus Corretora de Valores ampliou a sua mesa de operações em São Paulo e no Rio de Janeiro, no primeiro semestre de 2005, e retomou as suas operações na Bolsa de Mercadorias e Futuros. No âmbito desta estratégia foram fechados contratos com vários parceiros nas regiões sul e nordeste do Brasil.

Ao longo do primeiro semestre de 2005, a corretora continuou o seu esforço de ampliar a sua base de atendimento aos Clientes institucionais, Clientes *private* e pessoas físicas. No conjunto das actividades, destacamos a produção constante de relatórios contendo ideias de investimento, desenvolvidas pelo seu departamento de análise, e os programas de aproximação “empresas-clientes”, através da realização de diversos eventos, tais como visitas a unidades industriais e “reuniões-almoço”, juntando dirigentes de algumas empresas cotadas nas Bolsas de Valores Brasileiras e importantes investidores institucionais brasileiros. Foram, ainda, realizados ao longo do período, diversos *road shows* levando aos clientes e potenciais clientes, principalmente institucionais, uma assessoria de investimento personalizada que coloca a *expertise* da nossa equipa de análise junto do Cliente.

Em parceria com o Departamento de Mercado de Capitais e com a Área de Clientes Private do Banif Investment Banking, a Banif Primus Corretora de Valores participou em todas as Ofertas Públicas de Acções realizadas no Brasil ao longo da primeira metade de 2005, que somadas atingiram montante superior a R\$ 4 bilhões.

Por outro lado, a equipa de *private banking* foi reforçada, contando actualmente com 6 consultores financeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo igualmente sido lançados vários produtos dentro da sua área de acção, entre os quais a criação de “clubes de investimento”.

Neste semestre foi criada ainda a área de investimentos imobiliários, disponibilizando aos seus clientes dois tipos de instrumentos: o Fundo de Investimento Imobiliário (FII) e o Fundo de Investimento em Participações (FIP), para atender a investidores com diferentes perfis de risco, aliados ao profundo conhecimento de mercado imobiliário dos seus gestores.

A Beta Securitizadora constituída no fim de 2004, realizou neste semestre, com sucesso, a sua primeira operação de securitização de “recebíveis” imobiliários com um volume de R\$ 7 milhões, totalmente colocada junto de investidores institucionais.

1.3 SEGUROS

1.3.1 Companhia de Seguros Açoreana, SA

No ano 2004, tal como já tinha sucedido no ano anterior, as condições de exploração da actividade seguradora evoluíram de forma favorável, o que permitiu recuperar parcialmente o índice de autonomia financeira do sector que, em anos anteriores, tinha sido afectado por resultados negativos e por menos valias potenciais que consumiram grande parte das reservas das seguradoras. Esta recuperação, reflecte, sobretudo, a melhoria das condições de exploração técnica da actividade, resultante de uma expressiva contenção na taxa de sinistralidade e a melhoria da rubrica dos resultados financeiros

No 1º semestre de 2005, de acordo com os dados disponibilizados pela APS – Associação Portuguesa de Seguradores, o sector segurador registou um acréscimo do volume de prémios de 32,5%.

Mantendo a tendência de crescimento verificada desde o início do ano, o ramo Vida apresentou, no final de Junho, um excelente desempenho, ao registar uma variação do volume de prémios de 54%, impulsionando assim o crescimento do sector.

O ramo Não Vida voltou a demonstrar uma fraca *performance*, ao registar até Junho de 2005, uma variação na produção de 3,2%, valor que se encontra ligeiramente abaixo do crescimento verificado no final do ano anterior (3,5%). A desaceleração da produção dos ramos Não Vida é claramente condicionada por uma conjuntura macro-económica depressiva, afectando sobretudo os ramos com maior expressividade como o Acidentes de Trabalho (1,4%) e o Automóvel (4,2%).

Na linha das orientações estratégicas prosseguidas ao longo dos últimos anos com as adaptações e movimentos tácticos que as circunstâncias impuseram, a Companhia de Seguros Açoreana propôs-se para 2005:

- Prosseguir o esforço de comunicação e reforço da notoriedade da marca Açoreana;
- Intensificar o *cross selling*, nas vertentes de “*assurfinance*” e “*bancassurance*”, procurando tirar o maior proveito dos diferentes canais de distribuição e captando a maior quota de valor dos Clientes;
- Aprofundar a parceria com a rede de mediação através de uma estratégia selectiva, com uma proposta de valor diferenciadora, destinada a valorizar a fixação dos agentes de maior potencial e a promover uma parceria duradoura e rendível. O compromisso com os agentes deve, também, contribuir, para criar uma cultura de risco e garantir rigorosos critérios de selectividade e avaliação dos riscos, matéria que se afigura decisiva para a manutenção e salvaguarda de adequadas margens do negócio;
- Intensificar o esforço de inovação e desenvolvimento de novas soluções e produtos, alargando o leque da oferta disponível e promovendo a renovação e rejuvenescimento de algumas das soluções actuais;
- Prosseguir a continuada modernização tecnológica e das operativas, nomeadamente através da simplificação e automatização dos diferentes processos de negócio, tendo em vista a melhoria dos indicadores de eficiência e produtividade. Nesse sentido deverá prosseguir a 2ª fase do projecto de automatização da gestão de sinistros automóvel (vulgo *work flow*), devendo esta tecnologia ser progressivamente alargada à gestão de outros ramos. Prosseguir e intensificar a utilização das ferramentas de CRM para extrair o potencial dos Clientes, com base na segmentação e no desenvolvendo de abordagens através de campanhas intensivas de comercialização;

- Intensificar a utilização da tecnologia Web, como instrumento para melhorar o desempenho dos negócios, interligar cadeias de valor, ligar a Companhia aos seus fornecedores de serviços e, nas áreas da formação, valorizar os recursos humanos, aproveitando a actual Intranet e os investimentos na plataforma de *e-learning*;
- Continuar a promover a valorização do potencial humano das Companhia, prosseguindo e intensificando o esforço de formação específica, genérica e comportamental;
- Prosseguir o esforço de redução dos custos com sinistros, através do melhor controlo da rede de prestadores e reparadores; do melhor controlo dos níveis de serviço e da negociação de condições mais favoráveis com fornecedores;
- Dar continuidade ao esforço de melhoria incremental e contínua, em todas as áreas e serviços da Companhia, tendo em vista a melhoria da precisão, da velocidade, dos tempos de resposta e a redução dos ciclos dos processos;
- Prosseguir, finalmente, o desenvolvimento e melhoria das soluções no âmbito da informação de gestão e avaliação de desempenho, tendo em vista promover uma monitorização e avaliação, objectiva, tempestiva e rigorosa dos resultados conseguidos.

O volume de negócios da Companhia de Seguros Açoreana, SA atingiu, durante o 1º semestre de 2005, o montante global de 211 400 milhares de Euros, dos quais 126 546 milhares de Euros referentes ao ramo Vida e 84 854 milhares de Euros referentes aos ramos Não Vida, correspondendo, respectivamente, a acréscimos de 19,0%, 32,7% e 3,2%, comparativamente aos valores verificados no período homólogo do ano anterior.

A distribuição dos produtos de seguros, ao longo dos últimos anos, tem vindo a ser efectuada através da rede de mediação, das agências do Banif e do BCA e por 57 Escritórios próprios.

A rede de mediação, que integra cerca de 5 123 mediadores, representava, no final do 1º semestre de 2005, 40,7% na estrutura de distribuição da CSA, valor percentual acima da média do sector.

O canal bancário foi responsável pela distribuição de 86,6% da produção do ramo Vida, representando 53% na estrutura de distribuição global da CSA. No sector, a sua quota equivalia, em 2004, a 80,7% e 52,6%, respectivamente.

Os resultados líquidos antes de impostos situaram-se nos 7 920 milhares de Euros, o que traduz um crescimento de 16,8% relativamente aos resultados alcançados no 1º semestre do ano de 2004.

A evolução do *cash-flow* operacional da Companhia de Seguros Açoreana, SA reflecte, também, uma dinâmica de crescimento e a melhoria da situação económica e financeira, tendo atingido o montante de 11764 milhares de Euros, cerca de 24,6% acima do valor registado no período homólogo de 2004. Em termos de solvabilidade, a margem de solvência e o fundo de garantia, calculados de acordo com o modelo em vigor, reflectem ter a Companhia de Seguros Açoreana uma capacidade excedentária para cumprir os seus compromissos futuros, evidenciando um grau de cobertura de 130%.

O Activo Líquido da Companhia, no 1º semestre de 2005, atingiu o montante de 734 381 milhares de Euros que compara com o Activo Líquido de 679 606 milhares de Euros no início do ano, traduzindo um acréscimo patrimonial de cerca de 8,1%. Considerando o período homólogo do ano anterior o activo líquido registou uma variação positiva de 19,7%.

Os capitais próprios evoluíram de 75 292 milhares de Euros para cerca de 76 480 milhares de Euros, assinalando um acréscimo de 1,6% no 1º semestre de 2005, pese embora o facto de ter ocorrido distribuição de dividendos aos accionistas, já este ano, no montante de 4712,5 milhares de Euros. Se compararmos com o período homólogo do ano de 2004, o acréscimo situa-se nos 15,7%.

A rentabilidade dos capitais próprios no período em análise foi de cerca de 16,8%.

No final do 1º semestre de 2005 a quota de mercado da CSA era de 3,1%, ocupando o 7º lugar no ranking das Companhias de Seguros. No segmento Vida a quota era de 2,8% e no segmento Não Vida de 3,8%.

(Millhares de Euros)

	Junho	Dezembro	Junho	↓ Jun. 05/Jun. 04		↓ 1º Sem. 2005	
	2005	2004	2004	Valor	%	Valor	%
Volume Negócios	211 400	386 151	177 629	33 771	19,0%		
Vida	126 546	223 770	95 391	31 156	32,7%		
Não Vida	84 854	162 381	82 238	2 616	3,2%		
Activo Líquido	734 381	679 606	613 320	121 061	19,7%	54 775	8,1%
Capitais Próprios	76 480	75 292	66 097	10 383	15,7%	1 189	1,6%
Investimentos	679 110	622 999	556 324	122 786	22,1%	56 112	9,0%
Cash-Flow Operacional	11 764	14 925	9 442	2 321	24,6%		
Resultado Antes Imposto	7 920	12 947	6 779	1 141	16,8%		
Resultados Líquidos	6 320	10 896	5 879	441	7,5%		

1.4 OUTRAS ACTIVIDADES DO GRUPO BANIF

1.4.1 Banif Imobiliária, SA

A Banif Imobiliária, SA tem por missão a gestão dos imóveis “afectos à actividade das sociedades integradas na Banif Comercial, SGPS, SA, do Grupo Banif”, através do seu arrendamento, especialmente aos bancos comerciais do Grupo (Banif e BCA). A sociedade desenvolve, também, a sua actividade no âmbito dos imóveis “não afectos à exploração”, propriedade das sociedades do Grupo, localizados quer no Continente, quer nas Regiões Autónomas, tendo como principal objectivo proceder à sua venda, arrendamento ou, ainda, à sua valorização para posterior alienação ou arrendamento.

O valor total do conjunto dos activos imobiliários sob gestão na Banif Imobiliária, reportados a 30 de Junho de 2005, para os imóveis “não afectos à exploração” foi de 51,8 milhões de Euros, contra 45,1 milhões de Euros em igual período do ano transacto,

enquanto que para os imóveis “afectos à exploração” foi de 99,8 milhões de Euros, tendo-se situado em 99,1 milhões de Euros no período homólogo de 2004.

Durante o 1º. semestre de 2005 a sociedade contratou vendas no montante de 1,7 milhões de Euros, contra 1,9 milhões de Euros em igual período do ano anterior, representando um decréscimo de 11 % na actividade de promoção e vendas desenvolvida.

Por outro lado, em 30 de Junho de 2005, os proveitos gerados ascenderam a 3,35 milhões de Euros, essencialmente provenientes do arrendamento do seu património imobiliário às diferentes sociedades do Grupo Banif, tendo os custos atingido o montante de 2,65 milhões de Euros.

Também no decurso do 1º semestre de 2005, prosseguiu um conjunto de acções tendentes à aquisição, valorização, alienação e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira, tendo, para o efeito, sido estabelecidos contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se negociações em curso, para alguns imóveis de elevado montante.

(*Milhares de Euros*)

	Junho 2005	Junho 2004	% Variação
Activo Líquido	107.322	112.801	(5%)
Capitais Próprios	2.250	2.030	11%
Resultado do Exercício	704	702	s/s

1.4.2 Banifserv – Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação, ACE

A Banifserv, enquanto prestadora de serviços de tecnologias de informação, tem como objectivos principais a disponibilização de um bom nível de serviço ao Cliente, a redução de custos e a diminuição do risco operacional. Toda a actividade desenvolvida pela Banifserv se subordina, de uma forma ou de outra, a estes objectivos, servindo-os em maior ou menor grau, dependendo do tipo de processo envolvido, mas sempre no sentido do seu progresso global.

O plano de actividades da Banifserv comportava, no início de 2005, 42 projectos, dos quais foram concluídos 12. Encontram-se em curso 28 projectos e 2 estão em fase de análise, tendo em vista o seu eventual lançamento. Deste conjunto de projectos, cerca de 25% (10 projectos) abrangem mais do que uma Agrupada.

Os principais projectos em desenvolvimento no primeiro semestre de 2005 foram os seguintes:

- Adequação dos sistemas de informação aos requisitos dos acordos Basileia II e às novas regras derivadas das IAS/IFRS – encontra-se em curso e espera-se terminá-lo em 2006.
- Implementação da segunda fase da nova solução de Balcões, a qual disponibilizou também as transacções cruzadas entre o Banif e o BCA, permitindo aos Clientes de qualquer um dos bancos movimentar as suas contas e efectuar operações nos balcões do outro Banco, alargando assim significativamente o número de pontos de venda acessíveis aos Clientes. O termo previsto desta fase, que conclui o projecto, é Março de 2006.
- Suporte à Banca Electrónica
- Arranque da rede própria de ATMs multifuncionais (já foram instaladas 10 máquinas em produção). Esta nova rede também vai servir o Banif e o BCA, podendo os Clientes dos dois bancos utilizar os seus cartões, indiferentemente, nas várias máquinas da rede, independentemente do Banco onde estejam instaladas.
- Novo Sistema de Empréstimos que, com base no Catálogo de Produtos e Serviços, possibilita o lançamento fácil e rápido de novos produtos, cuja arranque se estima que seja feito no último trimestre de 2005
- Sistema de Crédito Vencido, com previsão de arranque no terceiro trimestre.
- Subsidiaria Cruzada de Produtos, processo que ajudará a aumentar a venda de produtos por Cliente e que se espera implementar durante o corrente ano.
- Novo sistema da Sala de Mercados, nas três componentes de *front-office* (já instalada), *middle-office* e *back-office*.

No âmbito mais infra-estrutural continuou-se a implementação do Plano de Continuidade de Operações, foi feita a reestruturação de *gateway* Internet, procedeu-se à integração do CPD do

BCA no sistema instalado na Banifserv e reformularam-se as configurações de balcão com a descontinuação dos respectivos servidores.

O número de Colaboradores da Banifserv é de 77, dos quais 20 em regime de contrato a termo. Destes 77 elementos, 35 estão afectos ao desenvolvimento de projectos, 24 à Exploração do Sistema (inclui Operação, Planificação de Trabalhos e Manutenção dos Sistemas Operativos e Suporte de Microinformática), 12 estão afectos às funções de *Help-Desk* e de Certificação de Qualidade, 5 ao Suporte Administrativo, 1 está cedido em regime de *outsourcing* a uma Agrupada e 4 são elementos de gestão.

No primeiro semestre de 2005, a BanifServ apresentou proveitos de 5.123 milhares de Euros (incluem 56 mil Euros de proveitos financeiros e extraordinários), sendo 3.553 milhares de Euros respeitantes à prestação de serviços às Agrupadas e 1.514 milhares de Euros de trabalhos para o próprio ACE.

Os custos operacionais no primeiro semestre ascenderam a 5.123 milhares de Euros.

O Imobilizado no termo do semestre era de 15.324 milhares de Euros, dos quais 10.109 milhares de Euros imobilizados em curso.

2 . ANÁLISE ÀS CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em consequência do disposto no Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, que determina que as sociedades cujos valores mobiliários estiverem admitidos à negociação num mercado regulamentado de qualquer Estado Membro elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas em cada momento pela União Europeia, em relação a cada exercício com início em ou após 1 de Janeiro de 2005, a Banif-SGPS, SA preparou as suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas a 30 de Junho de 2005, de acordo com as referidas normas. As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), em conformidade com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005. As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato

Financeiro, tal como adoptadas em cada momento pela União Europeia, com as excepções previstas no nº 3º do referido Aviso do Banco de Portugal.

Em consequência da referida alteração das regras contabilísticas, as presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Banif – SGPS, SA, apresentadas de acordo com o modelo de reporte determinado na Instrução nº 18/2005 do Banco de Portugal, não são directamente comparáveis com as divulgadas durante o exercício de 2004, as quais haviam sido preparadas de acordo com as normas contabilísticas então aplicáveis ao sector bancário (Instruções nº 4/96 e 71/96 do Banco de Portugal).

De forma a assegurar a comparabilidade com as demonstrações financeiras divulgadas em 2004, o Grupo Banif procedeu à conversão das mesmas para a nova base contabilística em IAS/IFRS, com as excepções permitidas pelo IFRS 1 relativamente à informação comparativa que decorreria da aplicação dos IAS 32 e IAS 39.

2.1 - Contas Individuais

Da análise comparativa dos documentos contabilísticos com referência a 30 de Junho de 2005 e de 2004, em base NCA, destaca-se o seguinte:

Demonstração de Resultados

- A Margem Financeira, incluindo “Rendimentos de instrumentos de capital”, apresentava no final do 1º semestre de 2005, um decréscimo no montante de 775 milhares de Euros, cifrando-se em 3.788 milhares de Euros, justificado pelo pagamento de dividendos de sociedades participadas cujo montante foi inferior ao montante pago no período homólogo do ano anterior.
- Os Outros Resultados de Exploração elevaram-se a 21.312 milhares de Euros, um crescimento em valores absolutos de 21.148 milhares de Euros, em resultado das mais-valias de 21,3 milhões de Euros registadas com a operação de permuta de acções da Companhia de Seguros Açoreana (CSA), atrás descrita.

- Como consequência, o Resultado Líquido de Impostos registado pelo Banif SGPS, no 1º semestre de 2005, apresentou um acréscimo de 20.251 milhares de Euros, quando comparado com o 1º semestre de 2004 (Pró-forma NCA), ascendendo a 24.499 milhares de Euros.

O Balanço

- O Activo Líquido registou um crescimento de 7,5%, para 454,0 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, que compara com 422,5 milhões de Euros em igual data de 2004.
- A rubrica “Disponibilidades em outras instituições de crédito” elevou-se para 21,0 milhões de Euros, apresentando um acréscimo de 17,8 milhões de Euros, que decorre, em parte, da referida operação de permuta das acções da CSA.
- A rubrica “Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos” totalizou 288,7 milhões de Euros, um acréscimo de 6,0% relativamente ao período homólogo de 2004. É nesta rubrica que se encontram registadas a totalidade das participações directas da Sociedade nas empresas do Grupo, pelo que, para além de prestações suplementares à Banif Comercial SGPS, no valor de 4,95 milhões de Euros, reflecte também a operação da CSA já referida.
- A rubrica “Outros activos”, que atingiu 135,2 milhões de Euros no final do primeiro semestre de 2005, registou um decréscimo de 5,5%, devido a uma diminuição no montante de empréstimos concedidos a título de suprimentos pela Sociedade à Banif Comercial SGPS, SA, e Banif Imobiliária, SA.
- A rubrica “Recursos de Clientes e outros empréstimos” eleva-se a 27,4 milhões de Euros, um acréscimo de 37,2% relativamente a igual data de 2004, devido ao empréstimo de apoio à tesouraria concedido pela Rentipar SGPS, no valor de 7,4 milhões de Euros.

2.2 - Contas Consolidadas

Relativamente às contas consolidadas do 1º semestre de 2005, destacamos em primeiro lugar os factos essenciais que caracterizaram a actividade neste período:

- Os lucros consolidados da Banif SGPS, SA, a *holding* do Grupo Banif, elevaram-se a 28,6 milhões de Euros, o que representa um acréscimo de 73,2% em relação ao período homólogo do ano anterior;

- O rácio de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, atinge 9,2%, confortavelmente acima do valor mínimo de 8%;
- O rácio de Crédito Vencido/Crédito Total melhorou de 1,9% para 1,8%, enquanto a cobertura do Crédito Vencido por provisões totais para riscos de crédito passou de 115,6% para 120,8%;
- O rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Depreciações e Amortizações / Produto da Actividade) reduziu de 64,8% para 62,2%, em consequência do aumento da actividade e de um eficiente controlo de custos;
- De forma a melhor se adaptar aos novos condicionalismos impostos pela adopção das IAS/IFRS e do Acordo de Basileia II, o Grupo procedeu a alterações ao nível da estrutura de participações financeiras, no final do 1º semestre de 2005, passando agora a deter, directa e indirectamente, 47,69% da Companhia de Seguros Açoreana. Em consequência, em 30 de Junho de 2005, esta participada deixou de integrar o perímetro de consolidação integral do Grupo, situação em que se encontrava na sequência da transição para as IAS/IFRS, passando a ser consolidada pelo método da equivalência patrimonial. Caso a referida alteração não tivesse sido realizada, os resultados consolidados do Grupo Banif no 1º Semestre de 2005, por aplicação das IAS/IFRS, teriam sido superiores em 1,4 milhões de Euros.

Para efeitos da análise comparativa com o período homólogo de 2004 apresentada nos quadros seguintes desta análise, para além dos ajustamentos relativos à conversão da base contabilística para IAS/IFRS, conforme anteriormente referido, preparou-se um Pró-forma IAS/IFRS (sem CSA), no qual a CSA é integrada pelo método da equivalência patrimonial, de forma a assegurar um perímetro de consolidação comparável com Junho de 2005.

De seguida, apresenta-se com maior detalhe a análise às demonstrações financeiras com referência a 30 de Junho de 2005 e respectivos comparativos de 2004:

Demonstração de Resultados:

	Milhares de Euros			
	Jun-05 IAS/IFRS	Jun-04 IAS/IFRS Pró-forma (sem CSA)	Var.	Var. %
Margem Financeira (Incluindo Rendimentos de instrumentos de capital)	100.815	87.816	12.999	14,8%
Lucros em Operações Financeiras	2.895	2.753	142	5,2%
Comissões e Outros Proveitos Líquidos	30.893	26.662	4.231	15,9%
Produto da Actividade	134.603	117.231	17.372	14,8%
Custos Administrativos	76.042	69.521	6.521	9,4%
Cashflow	58.561	47.710	10.851	22,7%
Depreciações e Amortizações	7.740	6.465	1.275	19,7%
Provisões e Imparidade	16.490	23.223	-6.733	-29,0%
Resultados de Associadas e Empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	5.303	3.540	1.763	49,8%
Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	39.634	21.562	18.072	83,8%
Impostos	9.565	4.911	4.654	94,8%
Interesses Minoritários	1.516	164	1.352	824,4%
Resultado consolidado do exercício	28.553	16.487	12.066	73,2%
Indicadores de Eficiência (1)				
Custos de Funcionamento + Depreciações e Amortizações / Produto da Actividade	62,2%	64,8%	-2,6%	-
Custos com Pessoal / Produto da Actividade	34,0%	34,3%	-0,3%	-

(1) Nos termos da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

- A Margem Financeira (incluindo “Rendimento de instrumentos de capital”) apresentou um expressivo acréscimo de 14,8% relativamente ao semestre homólogo de 2004, elevando-se a 100.815 milhares de Euros, como resultado do aumento de volume registado na actividade creditícia, apesar da margem de intermediação financeira, ao nível do Banif SA, ter apresentado um ligeiro decréscimo de 2 b.p. (3,19% registados no final do 1º semestre de 2004 para 3,17% no final do 1º semestre de 2005). De referir que, com a introdução das IAS/IFRS, as comissões e outros custos associados à originação de operações de crédito passam a ser classificadas na margem financeira.
- Os Lucros em Operações Financeiras, no final de Junho de 2005, cifraram-se em 2.895 milhares de Euros, um acréscimo de 5,2% quando comparado com o período homologo de 2004. Importa sublinhar que a maioria dos títulos detidos pelo Grupo estão classificados na rubrica de “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, no seguimento da adopção das IAS/IFRS, situação que não é comparável com Junho de 2004, atendendo à excepção permitida pelo IFRS 1 relativamente à informação comparativa que decorreria da aplicação dos IAS 32 e IAS 39.

- No primeiro semestre de 2005, os Custos Administrativos totalizaram 76,0 milhões de Euros, apresentando um aumento de 9,4% relativamente ao 1º Semestre de 2004. Para este aumento contribuíram os acréscimos de 14,1% ao nível dos “Custos com pessoal” e de 3,0 % ao nível dos “Gastos gerais administrativos”. O acréscimo de 5.647 milhares de Euros, em termos absolutos, verificado ao nível dos Custos com o Pessoal deveu-se, em parte, ao crescimento dos custos dos serviços correntes com Fundos de Pensões em 2005, e ao aumento de pessoal devido à expansão do negócio no Grupo Banif.
- O Cash Flow de Exploração consolidado do Grupo Banif ascendeu a 58,6 milhões de Euros, mais 22,7% relativamente ao 1º Semestre de 2004, enquanto o rácio *Cost to Income* (Custos de Funcionamento + Depreciações e Amortizações / Produto da Actividade) se reduziu no mesmo período de 64,8% para 62,2%.
- As Depreciações e Amortizações elevaram-se a 7.740 milhares de Euros, um acréscimo de 19,7% quando comparado com o período homólogo de 2004, que resulta, em parte, da entrada da Banif Rent no perímetro de consolidação pelo método da consolidação integral e também devido aos impactos dos ajustamentos dos IAS/IFRS relativamente à amortização de imóveis de serviço próprio.
- As Provisões e Imparidade líquidas do exercício apresentaram um decréscimo de 29,0%, elevando-se a 16,5 milhões de Euros. A comparabilidade desta rubrica está limitada pelo facto das metodologias de determinação das provisões e da imparidade serem significativamente diferentes. Em 2004, as provisões foram calculadas de acordo com as regras fixadas pelo Banco de Portugal no Aviso nº 3/95 e, em 2005, na sequência da adopção das IAS/IFRS, as perdas por imparidade em crédito concedido foram calculadas de acordo com os critérios definidos pelo IAS 39.
- O aumento de 1.352 milhares de Euros verificado ao nível da rubrica Interesses Minoritários é resultante do facto de a Banif Finance Ltd distribuir dividendos preferenciais para entidades exteriores ao Grupo relativos às ações preferenciais emitidas, no montante de 1.516 milhares de Euros.
- O lucro líquido depois de impostos do Grupo Banif, que se cifrou em 28.553 milhares de Euros, apresentou um significativo crescimento de 73,2%, quando comparado com os 16.487 milhares de Euros atingidos no semestre homólogo de 2004, apesar do aumento

superior a 1% registado na carga fiscal, de 22,8% para 24,1% e do aumento de 1.352 milhares de Euros verificado nos Interesses Minoritários.

- Relativamente ao contributo das diversas empresas do Grupo Banif, para a formação do Resultado Líquido Consolidado do 1º Semestre de 2005, destacam-se o Banif – Banco Internacional do Funchal SA (com um resultado líquido de 11,8 milhões de Euros), o Banco Comercial dos Açores (com um resultado líquido de 6,6 milhões de Euros), a Companhia de Seguros Açoreana (com um contributo de 5,4 milhões de Euros para o resultado consolidado do Grupo Banif), o Banif – Banco de Investimento (com um resultado consolidado de 2,7 milhões de Euros), o Banif (Cayman) Ltd (com um resultado de 1,2 milhões de Euros) e o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (com um resultado consolidado de 1,0 milhão de Euros).

Balanço

	Jun-05 IAS/IFRS	Jun-04 IAS/IFRS Pró-forma (sem CSA)	Milhares de Euros	
			Var.	Var. %
Total do Activo Líquido	7.487.906	6.420.215	1.067.691	16,6%
Caixa e Disponibilidades	214.431	243.332	-28.901	-11,9%
Aplicações em Instituições de crédito	291.397	121.121	170.276	140,6%
Crédito a Clientes	5.886.315	5.184.416	701.899	13,5%
Aplicações em Títulos e Derivados	706.383	445.941	260.442	58,4%
Imobilizações	170.620	148.941	21.679	14,6%
Investimentos em Associadas e Filiais excluídas da Consolidação	38.008	37.550	458	1,2%
Outros Activos	180.752	238.914	-58.162	-24,3%
Total do Passivo	7.048.291	6.081.858	966.433	15,9%
Recursos de Banco Centrais e Instituições de Crédito	967.710	811.726	155.984	19,2%
Recursos de Clientes	5.702.439	4.914.087	788.352	16,0%
Passivos Financeiros e Derivados	17.134	172	16.962	9861,6%
Passivos Subordinados	216.136	154.037	62.099	40,3%
Outros Passivos	144.872	201.836	-56.964	-28,2%
Total do Capital	439.615	338.357	101.258	29,9%
Capital	200.000	200.000	0	0,0%
Prémios de Emissão	58.214	58.214	0	0,0%
Reservas e Resultados Transitados	59.525	21.897	37.628	171,8%
Resultados do Exercício	28.553	16.487	12.066	73,2%
Capitais Próprios (excluídos de Interesses Minoritários)	346.292	296.598	49.694	16,8%
Interesses Minoritários	93.323	41.759	51.564	123,5%
Indicadores de Qualidade do Crédito				
Crédito Vencido / Crédito Total	1,8%	1,9%	-0,1%	-
Provisões totais de crédito / Crédito vencido	120,8%	115,6%	5,2%	-
Crédito com Incumprimento / Crédito Total (1)	2,32%	2,27%	0,0%	-
Crédito com Incumprimento Líquido / Crédito Total Líquido (1)	0,73%	0,69%	0,04%	-
Indicadores de Rendibilidade				
ROE (2)	18,0%	10,0%	8,0%	-
ROA (2)	0,7%	0,6%	0,1%	-
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido Médio (1) (2)	1,0%	0,7%	0,3%	-
Produto Bancário / Activo Líquido Médio (1) (2)	3,5%	4,0%	-0,5%	-
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios Médios (incluindo interesses minoritários) (1) (2)	25,0%	13,1%	11,9%	-
Indicador de Solvabilidade				
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,2%	8,8%	0,4%	-

(1) Nos termos da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal

(2) Valores anualizados

- O Activo Líquido do Grupo Banif registou um crescimento de 16,6%, passando de 6.420,2 milhões de Euros, no final de Junho de 2004, para 7.487,9 milhões de Euros no final do 1º Semestre do corrente exercício, como resultado da expansão do negócio.
- As Aplicações em Instituições de Crédito apresentaram um acréscimo de 140,6%, elevando-se a 291,4 milhões de Euros no final do 1º semestre de 2005, contra 121,1 milhões no final do 1º semestre de 2004, maioritariamente em aplicações de curto prazo em instituições de crédito no estrangeiro, no montante de 196 milhões de Euros.
- No período em análise, o volume do Crédito a Clientes (líquido de imparidade / provisões) fixou-se nos 5.886,3 milhões de Euros, superior em 13,5% ao valor registado no período homólogo de 2004. Apesar da actual conjuntura económica, a manutenção de apertados controlos sobre análise e acompanhamento do risco de crédito têm proporcionado a manutenção de níveis adequados da qualidade da carteira de crédito pelo que o rácio de Crédito Vencido/Crédito Total melhorou de 1,9% para 1,8%, enquanto a cobertura do Crédito Vencido por provisões totais para riscos de crédito, calculados nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, passou de 115,6% para 120,8%. O Crédito com incumprimento, de acordo com a terminologia da Instrução nº 16/2004 do Banco de Portugal, representava 2,3% do Crédito Total, no final do 1º semestre de 2005, enquanto o Crédito com incumprimento líquido representava 0,7% do Crédito Total Líquido, no mesmo período, contribuindo positivamente para a melhoria dos rácios de rendibilidade do Grupo.
- As Aplicações em Títulos e Derivados, que abrangem as diversas categorias de instrumentos financeiros previstos nas IAS/IFRS, incluindo as operações com derivados, apresentam uma variação de 260,4 milhões de Euros. As carteiras do Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., Banco Comercial dos Açores, SA e Banif – Banco de Investimento, SA foram classificadas em “Activos financeiros detidos para negociação” e em “Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados”, cuja variação é reconhecida em resultados do exercício, com excepção das participações estratégicas do Grupo que foram registadas como “Activos financeiros disponíveis para venda” cuja variação do justo valor é reconhecida por contrapartida de reservas.
- As Imobilizações, que agrupam as rubricas de “Outros activos tangíveis” e “Activos intangíveis”, apresentam um acréscimo de 21.679 milhares de Euros, relativamente à data

homóloga de 2004, que reflecte a nova política contabilística de registo dos imóveis ao justo valor, conforme opção permitida pelas IAS/IFRS, bem como o impacto da entrada da Banif Rent no perímetro de consolidação pelo método integral.

- A rubrica “Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação” totalizou 38,0 milhões de Euros em finais de Junho de 2005, o que representa uma subida de 1,2% quando comparado com igual data de 2004, justificado pela valorização das participações em causa (equivalência patrimonial), apesar da redução da posição na Companhia de Seguros Açoreana em consequência da operação de permuta de acções anteriormente referida.
- Os Recursos de Clientes aumentaram uns expressivos 16,0%, passando de 4.914,1 milhões de Euros em Junho de 2004 para 5.702,4 milhões de Euros no final do 1º Semestre de 2005, em grande parte impulsionados pelo forte crescimento registado ao nível do número de clientes bancários do Grupo, em resultado das campanhas de captação de novos clientes desenvolvidas no 2º Semestre de 2004 e em 2005. Ao nível das acções de *cross-selling* desenvolvidas no Grupo Banif salienta-se o significativo aumento da colocação, nas redes bancárias do Grupo, de produtos de investimento (nomeadamente Fundos de Investimento, com um crescimento líquido de cerca de 113 milhões de Euros), de Leasing Mobiliário e Imobiliário (+44,6% que em igual período do ano anterior), de Seguros Financeiros (+94,7%) e de Seguros Não Financeiros (+28,4%).
- O rácio de cobertura de crédito por recursos de clientes manteve-se dentro dos níveis dos últimos anos e próximo de 100% (103,2% em 30 de Junho de 2005 contra 105,5% no final do 1º Semestre de 2004), permitindo assegurar um equilíbrio entre as posições do Grupo nos mercados interbancários como colocador e tomador de fundos nesses mercados e manter níveis razoáveis de liquidez.
- A rubrica de “Outros passivos subordinados” apresenta um acréscimo de 40,3% relativamente ao 1º semestre de 2004, cifrando-se em 216,1 milhões de Euros, decorrendo o referido aumento de obrigações subordinadas emitidas pela Banif Finance Ltd no montante de 50 milhões Euros, pelo Banif Primus no montante de 6,1 milhões de Euros e pela Banif Leasing no montante de 6,3 milhões de Euros, colocadas em Clientes e Investidores Institucionais nacionais e estrangeiros.

- Relativamente aos Capitais Próprios do Grupo (excluídos de Interesses Minoritários), o crescimento situou-se nos 16,8%, passando de 296,6 milhões de Euros, no final do 1º Semestre de 2004, para 346,3 milhões de Euros no final do período homólogo de 2005.
- Face ao resultado líquido obtido pelo Grupo Banif no 1º Semestre de 2005, de 28,6 milhões de Euros, foi alcançado um ROE (*Return on Equity*) em 18,0%, contra 10,0% no final do 1º Semestre de 2004, enquanto o ROA (*Return on Assets*) atingiu os 0,7%, contra 0,6% no mesmo período do ano anterior, ambos os rácios calculados a valores médios dos Capitais Próprios e dos Activos do Grupo Banif.
- Apesar dos ajustamentos decorrentes da introdução IAS/IFRS, e explicados em nota específica do Anexo às Demonstrações Financeiras, o rácio de solvabilidade, calculado nos termos das Instruções do Banco de Portugal, aumentou de 8,83% para 9,24% entre os finais do 1º semestre de 2004 e do 1º semestre de 2005, como resultado do reforço dos fundos próprios em cerca de 108,8 milhões de Euros e, por outro lado, do aumento dos Activos ponderados resultantes do crescimento da actividade do Grupo Banif, em mais de 924 milhões de Euros.

Lisboa, 21 de Setembro de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Horácio da Silva Roque – Presidente

Joaquim Filipe Marques dos Santos - Vice-Presidente

Carlos David Duarte de Almeida – Vice-Presidente

António Manuel Rocha Moreira

Artur Manuel da Silva Fernandes

Artur de Jesus Marques

José Marques de Almeida

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1- Demonstrações Financeiras Individuais

BANIF SGPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	Valor antes de Imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	30-06-2005	30-06-2004	31-12-2004	31-12-2004
						Pró-forma NCA	Pró-forma NCA
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	21.005	-	21.005	3 241	1.217	1.217	1.217
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Crédito a clientes	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos detidos até a maturidade	-	-	-	-	-	-	-
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	3.813	-	3.813	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Propriedades de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	2	-	2	-	-	-	-
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	7
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	288.714	288.714	272 364	283.764	283.764	283.764
Activos por impostos correntes	4.494	-	4.494	2 779	3.761	1.503	-
Activos por impostos diferidos	715	-	715	942	721	-	-
Outros activos	135.249	-	135.249	143 165	151.659	153.916	-
Total do Activo	453.992	-	453.992	422.491	441.122	440.407	
Recursos de bancos centrais	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	27.441	20 000	27.406	27.406	-
Responsabilidades representadas por títulos	4	-	124.207	122 499	120.628	120.628	-
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-
Provisões	5	-	578	578	578	578	578
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	466	136	1.978	1.978	-
Total do Passivo	-	-	152.692	143.213	150.590	150.590	
Capital	-	-	200.000	200 000	200.000	200.000	-
Prémios de emissão	-	-	58.214	58.214	58.214	58.214	-
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas e resultados transitados (Acções próprias)	-	-	18.587	16 816	16.816	15.784	-
Resultado do exercício (Dividendos antecipados)	-	-	24.499	4 248	15.502	15.819	-
Total do Capital	6	-	301.300	279.278	290.532	289.817	
Total do Passivo + Capital			453.992	453.992	422.491	441.122	440.407

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS INDIVIDUAIS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2005 NCA	30-06-2004 Pró-forma NCA	30-06-2004 PCSB
Juros e rendimentos similares		4.180	4.190	4.190
Juros e encargos similares		(4.666)	(4.601)	(4.601)
Margem financeira		(486)	(411)	(411)
Rendimentos de instrumentos de capital		4.274	4.974	4.974
Rendimentos de serviços e comissões		-	-	-
Encargos com serviços e comissões		(76)	(58)	(58)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-	-
Prémios líquidos de resseguro		-	-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-	-
Outros resultados de exploração	7	21.312	164	164
Produto da actividade		25.024	4.669	4.669
Custos com pessoal		(41)	(53)	(53)
Gastos gerais administrativos		(168)	(192)	(192)
Depreciações e amortizações		-	-	(36)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber		-	-	-
de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-	-
Resultado antes de impostos		24.815	4.424	4.388
Impostos				
Correntes		(40)	-	-
Diferidos		(275)	(176)	-
Resultado apóis impostos		24.499	4.248	4.388
Do qual : Resultados apóis impostos de operações descontinuadas		-	-	-
Resultado do exercício	6	24.499	4.248	4.388
Número de acções em circulação		40.000.000	40.000.000	40.000.000
Resultados por acção (€/acção)		0,61	0,11	0,11

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF SGPS, S A

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Total reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos em 31.12.2004	6	200.000	58.214	14.020	1.764	15.784	-	15.819	289.817
Ajustamentos da primeira aplicação IAS/IFRS	8	-	-	-	-	-	984	-	984
Aplicação do resultado líquido de 2004									
Incorporação em Reservas		-	-	1.582	237	1.819	-	(1.819)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(14.000)	(14.000)
Resultado líquido de 2005		-	-	-	-	-	-	24.499	24.499
Saldos em 30.06.2005	6	200.000	58.214	15.602	2.001	17.603	984	24.499	301.300

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Outras reservas	Total reservas	transitados	líquido	Total
Saldos em 31.12.2003		200.000	58.214	12.777	1.648	14.425	(1.083)	12.442	283.998
Ajustamentos da primeira aplicação IAS/IFRS	8	-	-	-	-	-	1.032	-	1.032
Aplicação do resultado líquido de 2003									
Incorporação em Reservas		-	-	1.243	116	1.359	1.083	(2.442)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Resultado líquido de 2004		-	-	-	-	-	-	4.248	4.248
Saldos em 30.06.2004	6	200.000	58.214	14.020	1.764	15.784	1.032	4.248	279.278

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

30-06-2005

Resultados de Exploracão:

Resultado líquido do exercício	24.499
Impostos	315

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

Diminuição de Outros Activos	16.410
Aumento responsabilidades representadas por títulos	3.579
Aumento de Recursos de Clientes	35
Diminuição de Outros Passivos	(1.512)
Outras variações em activos e passivos operacionais	(4.533)
<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades operacionais	38.793

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Alienação de subsidiárias	23.325
Aquisição de Imobilizado	(2)
Aquisição de subsidiárias	(28.275)
<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades de investimento	(4.952)

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Dividendos distribuídos no exercício	(14.000)
Impostos	(315)
Outros	262
<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades de financiamento	(14.053)
<hr/>	<hr/>
	19.788

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no inicio do período	1.217
Caixa e seus equivalentes no fim do período	21.005
<hr/>	<hr/>
	(19.788)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Banif, SGPS, S.A. ("Sociedade"), empresa-mãe do Grupo Banif, com sede em Rua de João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades.

As acções da Banif, SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

As demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de Setembro de 2005.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

2.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas pela primeira vez de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS, conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita ao IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização", nas seguintes áreas:

- Restrição à utilização da "fair value option" relativamente à valorização de passivos financeiros;
- Eliminação de certas restrições no que se refere à aplicação de contabilidade de cobertura.

As divulgações requeridas pela norma IFRS 1 – "A Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro", são apresentadas na Nota 8.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

2.2 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

2.4 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerce influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.5 Instrumentos financeiros

2.5.1 Derivados e Contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do contrato não é registada ao justo valor por contrapartida de resultados.

Os instrumentos derivados utilizados na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor").

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, incluindo os seguintes aspectos:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco do Grupo;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

Os resultados apurados diariamente no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação. Por seu turno, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos no IAS 39 (80%-125%), a Sociedade reflecte a reavaliação do instrumento coberto atribuível ao risco coberto, independentemente da sua classificação inicial, sendo os resultados desta reavaliação também reconhecidos na demonstração de resultados em simultâneo com o instrumento derivado de cobertura.

2.5.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros emitidos pela Sociedade respeitam a dívida e são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

2.5.3 Informação comparativa

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1 de não apresentação de informação comparativa de acordo com os requisitos dos IAS 32 e 39, as rubricas nas demonstrações financeiras pró-forma relacionada com activos e passivos financeiros (incluindo derivados) obedecem aos princípios contabilísticos previstos pelo anterior Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB).

A classificação e princípios de valorização de operações com instrumentos financeiros derivados e passivos financeiros, utilizados na preparação das demonstrações financeiras de acordo com os critérios do PCSB foram resumidamente os seguintes:

- Interest Rate Swaps (IRS): estes contratos estavam registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional. As operações classificadas como de negociação eram valorizadas pelo seu justo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

valor de mercado por contrapartida de resultados. As operações classificadas como de cobertura eram valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável ao elemento coberto;

- Passivos financeiros: os passivos financeiros encontravam-se valorizados com base no seu valor nominal, sendo os juros decorridos registados em contas de regularização passivas. Nas demonstrações financeiras comparativas pró-forma, procedeu-se à reclassificação do valor dos juros corridos inerentes a estes contratos para as correspondentes rubricas de outros passivos financeiros.

2.6 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor.

A Sociedade regista como impostos diferidos activos os valores respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.7 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

3. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

4. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30.06.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Empréstimo obligacionista 2003/ 2008	120.000	120.000
Encargos financeiros	4.207	628
Total	124.207	120.628

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

5. PROVISÕES

O saldo da rubrica de provisões, no valor de 578 mil Euros, não sofreu alterações entre 31 de Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2005.

6. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, as rubricas de capital próprio apresentam a seguinte composição:

	<u>30.06.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Capital social	200.000	200.000
Prémios de emissão	58.214	58.214
Reserva legal	15.602	14.020
Outras reservas	2.001	1.764
Resultados transitados	984	1.032
Resultado do exercício	24.499	15.502
-----	-----	-----
Total	301.300	290.532
=====	=====	=====

No decorrer do semestre findo em 30 de Junho de 2005, a Sociedade distribuiu dividendos no valor de 14.000 mil Euros, relativos ao exercício de 2004.

7. ALTERAÇÃO AO NÍVEL DA ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

No decorrer do semestre findo em 30 de Junho de 2005, a Banif SGPS, S.A. alienou à Soil, SGPS, S.A. (empresa do Grupo Rentipar) a totalidade do capital social da Banif Seguros, SGPS, SA, a qual detinha 3.792.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., correspondentes a 52,31% do respectivo capital, por 44.642.800 Euros, tendo sido obtida uma valia de 21.318 mil Euros a qual se encontra reflectida na rubrica "Outros resultados de exploração" da Demonstração de Resultados.

Posteriormente, adquiriu à mesma entidade 2.437.500 acções representativas de 33,62% do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. por 28.275.000 Euros.

Os preços de referência para a transacção das acções representativas do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e da Banif Seguros, SGPS, S.A., resultaram da média de duas avaliações independentes.

8. RECONCILIAÇÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS ENTRE IAS/IFRS E PLANO DE CONTAS BANCÁRIO

Na sequência da adopção das Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), conforme descrito na Nota 2.1, são apresentadas as reconciliações entre os capitais próprios preparados de acordo com as referidas normas e os capitais próprios preparados de acordo com o Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB), relativamente às seguintes datas:

- 1 de Janeiro de 2004
- 30 de Junho de 2004
- 1 de Janeiro de 2005

Os impactos relacionados com a adopção das NCA relativamente aos resultados da Sociedade para os períodos findos em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2004 encontram-se apresentados no ponto 2 desta nota.

Conforme descrito na Nota 2.1, o apuramento dos impactos de transição para as NCA, abaixo apresentados, foi efectuado de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos por estas normas com referência a 30 de Junho de 2005. Estes impactos poderão ser sujeitos a revisão até ao final do exercício de 2005, caso o actual texto das normas em vigor venha a sofrer alterações ou no âmbito de uma eventual revisão das políticas ou opções tomadas pelo Grupo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 30 DE JUNHO DE 2005
 (Montantes expressos em milhares de Euros, excepto quando expressamente indicado)

8.1 – Reconciliação de Capitais Próprios

Natureza do Ajustamento	01.01.2005	30.06.2004	01.01.2004
Impostos Diferidos	723	942	1.118
Activos intangíveis	(8)	(50)	(86)
Outros	269	-	-
Total Ajustamentos	984	892	1.032

8.2 – Reconciliação de resultados do exercício

Natureza do Ajustamento	31.12.2004	30.06.2004
Impostos Diferidos	(395)	(176)
Activos intangíveis	78	36
Total Ajustamentos	(317)	(140)

Activos intangíveis

Os impactos apurados na rubrica de activos intangíveis, referem-se na sua totalidade à anulação de despesas de constituição.

Impostos diferidos

De acordo com as IAS/IFRS, os impostos diferidos activos deverão ser reconhecidos na medida da expectativa da sua recuperabilidade futura. O impacto da transição para as NCA com referência a 1 de Janeiro de 2005, respeitante ao reconhecimento de impostos diferidos activos ascende a 723 mil Euros, dos quais 721 mil euros respeitantes a prejuízos fiscais reportáveis.

3.2- Demonstrações Financeiras Consolidadas

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS

EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

Notas	30-06-2005 Perímetro de Consolidação IAS/IFRS			30-06-2004		31-12-2004	
	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Pró-forma IAS/IFRS (sem CSA)	Perímetro de Consolidação IAS/IFRS	PCSB	
				Valor líquido			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	107.104	-	107.104	93.104	228.943	228.929	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	107.327	-	107.327	150.228	153.990	86.310	
Activos financeiros detidos para negociação	85.611	-	85.611	42.721	164.295	73.026	
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	589.770	-	589.770	398.020	530.931	567.376	
Activos financeiros disponíveis para venda	23.223	-	23.223	4.291	421.454	5.245	
Aplicações em instituições de crédito	291.397	-	291.397	121.121	287.242	284.619	
Crédito a clientes	6.002.192	(115.877)	5.886.315	5.184.416	5.509.173	4.656.027	
Investimentos detidos até à maturidade	1.064	-	1.064	909	944	944	
Activos com acordo de recompra	3.521	-	3.521	-	-	-	
Derivados de cobertura	3.194	-	3.194	-	-	-	
Activos não correntes detidos para venda	63.606	(5.431)	58.175	56.344	57.399	57.387	
Propriedades de investimento	2.981	-	2.981	5.532	41.214	-	
Outros activos tangíveis	197.186	(49.417)	147.769	123.849	173.479	134.594	
Activos intangíveis	49.842	(29.972)	19.870	19.560	17.472	36.552	
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	5	38.008	-	38.008	37.550	3.691	55.288
Activos por impostos correntes	6.576	-	6.576	7.655	2.894	2.894	
Activos por impostos diferidos	15.363	-	15.363	19.058	22.178	-	
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	19.675	-	
Outros activos	102.943	(2.305)	100.638	155.857	210.376	217.574	
Total do Activo	7.690.908	(203.002)	7.487.906	6.420.215	7.845.350	6.406.765	
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-	
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	6.157	172	22.099	19.423	
Recursos de outras instituições de crédito	-	-	967.710	811.726	846.454	853.594	
Recurso de clientes e outros empréstimos	-	-	3.902.388	3.721.411	3.809.401	3.859.021	
Responsabilidades representadas por títulos	7	-	1.800.051	1.192.676	1.713.659	811.890	
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	56	-	-	-	
Derivados de cobertura	-	-	10.921	-	-	-	
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	
Provisões	8	-	20.645	19.518	21.232	7.491	
Provisões técnicas	-	-	-	-	573.051	-	
Passivos por impostos correntes	-	-	5.820	4.026	3.141	1.219	
Passivos por impostos diferidos	-	-	6.648	1.869	3.405	-	
Instrumentos representativos de capital	-	-	327	-	-	-	
Outros passivos subordinados	7	-	215.809	154.037	204.068	204.068	
Outros passivos	-	-	111.759	176.423	235.486	205.763	
Total do Passivo	-	-	7.048.291	6.081.858	7.431.996	5.962.469	
Capital	9	-	200.000	200.000	200.000	200.000	
Prémios de emissão	9	-	58.214	58.214	58.214	58.214	
Reservas de reavaliação	9	-	26.309	645	1.381	1.940	
Outras reservas e resultados transitados	9	-	33.321	21.252	15.739	56.214	
(Acções próprias)	9	-	(105)	-	-	-	
Resultado do exercício	9 , 11	-	28.553	16.487	27.421	37.306	
(Dividendos antecipados)	-	-	-	-	-	-	
Interesses minoritários	9 , 10	-	93.323	41.759	110.599	90.622	
Total do Capital	-	-	439.615	338.357	413.354	444.296	
Total do Passivo + Capital	-	-	7.487.906	6.420.215	7.845.350	6.406.765	

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		30-06-2005	30-06-2004	
	Notas	Perímetro de Consolidação IAS/IFRS	Pró-forma IAS/IFRS (sem CSA)	Perímetro de Consolidação IAS/IFRS
Juros e rendimentos similares		224.455	191.036	201.358
Juros e encargos similares		(124.869)	(104.725)	(104.799)
Margem financeira		99.586	86.311	96.559
Rendimentos de instrumentos de capital		1.229	1.505	1.505
Rendimentos de serviços e comissões		26.459	26.297	26.297
Encargos com serviços e comissões		(4.884)	(3.310)	(12.585)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		2.644	320	320
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		58	-	2.708
Resultados de reavaliação cambial		193	2.433	2.433
Resultados de alienação de outros activos		803	(119)	(119)
Prémios líquidos de resseguro		-	-	162.177
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-	(117.743)
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-	(24.020)
Outros resultados de exploração		8.515	3.794	5.857
Produto da actividade		134.603	117.231	143.389
Custos com pessoal		(45.808)	(40.161)	(50.697)
Gastos gerais administrativos		(30.234)	(29.360)	(34.262)
Depreciações e amortizações		(7.740)	(6.465)	(8.113)
Provisões líquidas de anulações	8	(3.058)	(385)	(385)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações		(11.648)	(24.898)	(24.898)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		(323)	3.740	3.740
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		(1.461)	(1.680)	(1.682)
Diferenças de consolidação negativas		-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)		5.303	3.540	(268)
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		39.634	21.562	26.824
Impostos		(9.565)	(4.911)	(8.197)
Correntes		(7.787)	(4.397)	(6.868)
Diferidos		(1.778)	(514)	(1.329)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		30.069	16.651	18.627
Interesses minoritários		(1.516)	(164)	(2.140)
Resultado consolidado do exercício	11	28.553	16.487	16.487
Número de acções em circulação		40.000.000	40.000.000	40.000.000
Resultados por acção (€/ acção)		0,71	0,41	0,41
				0,38

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Acções Próprias	Prémios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício deduzido de interesses minoritários	Total
Saldos em 31.12.2004 (PCSB)		200.000	-	58.214	1.940	56.214	-	37.306	353.674
Impacto da adopção dos IAS/IFRS em 1 de Janeiro de 2005	12	-	-	-	18.054	(45.059)	-	-	(27.005)
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas		-	-	-	-	37.306	-	(37.306)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(14.000)	-	-	(14.000)
Aquisição de acções próprias		-	(105)	-	-	-	-	-	(105)
Activos financeiros disponíveis para venda -									
Ganhos e perdas não realizados no período		-	-	-	4.372	-	-	-	4.372
Variações cambiais		-	-	-	3.032	-	-	-	3.032
Reservas por impostos diferidos									
Reforços no período		-	-	-	(1.152)	-	-	-	(1.152)
Reversões no período		-	-	-	65	-	-	-	65
Utilização de reservas de reavaliação		-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Resultado líquido do período	11	-	-	-	-	-	-	28.553	28.553
Outras variações em capital próprio		-	-	-	-	(1.140)	-	-	(1.140)
Saldos em 30.06.2005	9	<u>200.000</u>	<u>(105)</u>	<u>58.214</u>	<u>26.309</u>	<u>33.321</u>	<u>-</u>	<u>28.553</u>	<u>346.292</u>
Saldos em 31.12.2003 (PCSB)		200.000	-	58.214	1.940	49.220	(1.084)	25.358	333.648
Impacto da adopção dos IAS/IFRS em 1 de Janeiro de 2004	12	-	-	-	209	-	(39.997)	-	(39.788)
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior									
Transferência para reservas		-	-	-	-	24.274	1.084	(25.358)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)
Variações cambiais		-	-	-	(1.501)	-	-	-	(1.501)
Resultado líquido do período	11	-	-	-	-	-	-	16.487	16.487
Outras variações em capital próprio		-	-	-	(3)	(2.248)	3	-	(2.248)
Saldo em 30.06.2004	9	<u>200.000</u>	<u>-</u>	<u>58.214</u>	<u>645</u>	<u>61.246</u>	<u>(39.994)</u>	<u>16.487</u>	<u>296.598</u>

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2005 (*)

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

30.06.2005

Resultados de Exploração:

Resultado líquido do exercício	28.553
Imparidade em Credito Vencido	11.647
Outras perdas por imparidade	1.784
Provisões do exercício	3.058
Amortizações do Exercício	7.740
Dotação para impostos do exercício	9.565
Interesses Minoritários	1.517
Derivados de Cobertura (líquido)	2.917
Resultado de empresas Excluídas da Consolidação	(5.303)

Variacão dos Activos e Passivos Operacionais:

Aumento de empréstimos a Clientes	(380.509)
Aumento de Activos financeiros ao justo valor através de resultados	(58.840)
Aumento de outros activos	(13.117)
Diminuição de Activos financeiros detidos para negociação	5.530
Diminuição de outros Activos	81.643
Aumento Responsabilidades representadas por títulos	84.413
Aumento de Recursos de Outras Instituições de Crédito	121.256
Aumento de Recursos de Clientes	57.094
Diminuição Passivos financeiros detidos para negociação	(32.256)
Impostos sobre o Rendimento	(6.868)
Diminuição de Outros Passivos	(85.011)
Fluxos das actividades operacionais	<u>(165.187)</u>

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Alienação de subsidiárias	16.378
Aquisição de Imobilizado	(18.300)
Alienação de Imobilizado	-
Outros	383
Fluxos das actividades de investimento	<u>(1.539)</u>

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Dividendos distribuídos no exercício	(14.000)
Aquisição de acções próprias	(104)
Emissão de Passivos subordinados	11.741
Fluxos das actividades de investimento	<u>(2.363)</u>
	<u>(169.089)</u>

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no inicio do período	383.520
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas de caixa e seus equivalentes	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	214.431
	<u>(169.089)</u>

(*) Para efeitos de preparação desta demonstração de Fluxos de Caixa para o semestre findo em 30 de Junho de 2005, foram expurgados da base de 1 de Janeiro de 2005 (a qual inclui os ajustamentos relativos à adopção do IAS 39), os efeitos da consolidação da Companhia de Seguros Açoreana.

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Banif (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Banif, SGPS, S.A. ("Sociedade"), empresa-mãe do Grupo, com sede na Rua João Tavira, nº 30, 9004 – 509 Funchal, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas notas 3 e 5.

As acções da Banif, SGPS, S.A. encontram-se admitidas à cotação na Euronext Lisboa.

As demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração da Sociedade em 21 de Setembro de 2005.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLITÍCAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banif relativas ao exercício de 2005 serão preparadas pela primeira vez de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme aprovadas pela União Europeia (EU), no âmbito das disposições do Regulamento do Conselho e do Parlamento Europeu nº 1606/2002. Tendo em consideração este aspecto, bem como a regulamentação emitida pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre esta matéria, as demonstrações financeiras consolidadas intercalares em 30 de Junho de 2005 são apresentadas de acordo com os requisitos definidos na IAS 34 – Relato financeiro intercalar.

As divulgações requeridas pela norma IFRS 1 – "A Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro", são apresentadas na Nota 12.

As Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme aprovadas pela União Europeia diferem da versão integral das IAS/IFRS conforme publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no que respeita ao IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Valorização", nas seguintes áreas:

- Restrição à utilização da "fair value option" relativamente à valorização de passivos financeiros;
- Eliminação de certas restrições no que se refere à aplicação de contabilidade de cobertura.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de imóveis e de instrumentos financeiros. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

De forma a assegurar a comparabilidade com as demonstrações financeiras divulgadas em 2004, preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), são apresentados comparativos convertidos para a nova base contabilística em IAS/IFRS, com as excepções permitidas pelo IFRS 1 relativamente à informação comparativa que decorreria da aplicação dos IAS 32 e IAS 39 (Perímetro de Consolidação IAS/IFRS). Adicionalmente apresentam-se os mesmos comparativos com referência a 30 de Junho de 2004 convertidos para a nova base contabilística em IAS/IFRS, mas com integração da CSA pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, com um perímetro de consolidação comparável com Junho de 2005 (Pró-forma IAS/IFRS (sem CSA)).

2.2 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão do Grupo, os quais afectam o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

2.3 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Banif SGPS, S.A. e entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), e entidades de propósito especial (SPE'S). Considera-se que existe controlo sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade. As entidades de finalidades especiais, relativamente às quais

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas na consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo no âmbito de operações de titularização de créditos e de emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo Banif.

Os saldos e transacções significativas existentes entre as empresas do Grupo são eliminados no decorrer do processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", incluída no capital próprio.

2.4 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

A aquisição de subsidiárias é registada de acordo com o método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, de activos entregues, passivos assumidos, instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados. Sempre que, após reanálise, se verifique que o justo valor excede o custo de aquisição ("goodwill negativo"), o diferencial é reconhecido imediatamente em resultados.

O goodwill é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

As perdas por imparidade em goodwill não são revertidas.

2.5 Investimentos em associadas

Trata-se de investimentos em entidades em que o Grupo tem influência significativa e que não sejam nem subsidiárias nem "Joint ventures". Considera-se que existe influência significativa sempre que o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são registados de acordo com o método da equivalência patrimonial. O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Deste modo, o goodwill originado na aquisição fica reflectido no valor do investimento, sendo objecto de análise de imparidade como parte do valor do investimento. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

2.6 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio contratadas na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação do activo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os activos e passivos de entidades não residentes com moeda funcional distinta do Euro são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto que itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio até à alienação das respectivas entidades, momento em que são transferidas para resultados.

2.7 Instrumentos financeiros

2.7.1 Activos financeiros

Os activos financeiros registados em balanço pelo Grupo foram enquadrados nas seguintes categorias específicas:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

- Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Activos financeiros detidos até à maturidade;
- Empréstimos e contas a receber.

Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados

Esta categoria comprehende:

- Os activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o propósito de realização de lucros a partir de flutuações de curto prazo no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura; e
- Os activos financeiros classificados pelo Grupo de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor por contrapartida de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39.

O Grupo classifica nesta rubrica a quase totalidade da carteira de títulos constituída no âmbito da actividade bancária, com excepção das participações estratégicas e de títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os activos financeiros classificados nestas categorias são registados pelo seu justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do período.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica instrumentos que podem ser alienados em resposta ou em antecipação a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado, e que o Grupo não classificou em qualquer uma das outras categorias. Deste modo, em 30 de Junho de 2005 esta rubrica inclui essencialmente participações consideradas estratégicas e títulos para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

Os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente de activos financeiros disponíveis para venda são reflectidos em rubrica específica de capital próprio até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual são transferidos para resultados. Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

É efectuada uma análise da existência de evidência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda em cada data de referência das demonstrações financeiras.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Os activos financeiros detidos até à maturidade encontram-se reconhecidos ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade. Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados no seu reconhecimento inicial (“fair value option”). Esta rubrica inclui essencialmente crédito concedido a clientes do Grupo.

No reconhecimento inicial estes activos são registado pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente ao valor desembolsado e inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço. Subsequentemente estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado e sujeitos a testes de imparidade.

Os juros de activos classificados como empréstimos e contas a receber são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e outros custos directos associados à originação da operação diferidos e amortizados durante a vida do empréstimo de acordo com o método da taxa efectiva.

Justo valor

O justo valor utilizado na valorização de activos financeiros registados ao justo valor por contrapartida de resultados e activos financeiros disponíveis para venda é determinado de acordo com os seguintes critérios:

- No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- No caso de activos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.);
- Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e instrumentos derivados que os tenham como subacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.7.2 Passivos Financeiros

Passivos financeiros de negociação

Os passivos financeiros de negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, e encontram-se registados pelo justo valor.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

2.7.3 Imparidade

O Grupo avalia com uma periodicidade trimestral, se existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros. Um activo financeiro encontra-se em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tiver um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos. Perdas esperadas em resultado de eventos futuros, independentemente da sua probabilidade de ocorrência, não são reconhecidas.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo Grupo prende-se com a observação de diversos eventos de perda, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - das condições e/ou capacidade de pagamento;
 - das condições económicas nacionais ou do sector económico relevante, com correlação ao incumprimento de determinado activo.

Se existir evidência de que o Grupo incorreu numa perda de imparidade em empréstimos e contas a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de imparidade futuras ainda não incorridas), descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato.

De acordo com o modelo conceptual de imparidade em vigor no Grupo, quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares aos que integram o grupo. Sempre que o Grupo entenda necessário, os dados históricos são actualizados com base nos dados correntes observáveis, afim de reflectirem os efeitos das condições actuais.

Sempre que num período subsequente, se registe uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

2.7.4 Derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos derivados transaccionados pelo Grupo são sempre reconhecidos em balanço pelo seu justo valor.

Os derivados embutidos noutras instrumentos financeiros (nomeadamente em dívida emitida) são separados do instrumento de acolhimento sempre que os seus riscos e características não estão intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento e a totalidade do instrumento não é registado ao justo valor por contrapartida de resultados.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado, são contabilizados de acordo com os critérios definidos pela norma IAS 39, caso cumpram os requisitos de elegibilidade previstos pela norma, nomeadamente para o registo de coberturas da exposição à variação do justo valor de elementos cobertos ("Coberturas de justo valor").

Os instrumentos derivados têm sido utilizados no Grupo Banif, essencialmente, para efeitos de cobertura. O Grupo não possui um livro de derivativos e não efectua, por sistema, trading *short/long* sobre estes activos e passivos financeiros.

O recurso a derivativos ocorre, principalmente, em 4 situações:

- 1) Cobertura de passivos com indexação a activos de referência: Na prática o Grupo emite passivos financeiros cuja remuneração e pagamento de principal estão ligados à performance de um activo de referência (acções, crédito e taxa de juro, etc.) e faz a cobertura contratando derivativos OTC para transformar estes passivos em operações indexadas à Euribor.
- 2) Cobertura do risco de operações de derivativos com clientes: O Grupo contrata derivativos OTC (cross currency swap, interest rate swap, equity swap, etc.) com clientes cujo risco é coberto com operações de back-to-back com contrapartes no mercado.
- 3) Cobertura de risco de activos financeiros com derivados embutidos e cuja valorização é efectuada, de uma forma global, ao justo valor por contrapartida de resultados: O Grupo contrata operações de back-to-back (cross currency swap, interest rate swap, etc.) com contrapartes no mercado de derivativos OTC, para cobertura do risco subjacente a estes activos.
- 4) Operações de swap de taxa de juro relacionadas com as operações de titularização de créditos e de contratos de leasing efectuadas pelo Grupo Banif, encontrando-se os swaps com risco significativo (taxa fixa contra taxa variável) cobertos na integra com contrapartes no mercado.

De acordo com o disposto na IAS 39, nas demonstrações financeiras apenas estão classificados como instrumentos financeiros de cobertura os instrumentos derivados referidos nos pontos 1), 3) e 4) anteriores (operações de micro cobertura).

Nas demonstrações financeiras não se encontra considerada qualquer operação de macro-cobertura.

Na designação de uma operação de cobertura, a relação entre o elemento de cobertura e o elemento coberto é formalmente documentada, incluindo os seguintes aspectos:

- Natureza do(s) risco(s) subjacente(s) e estratégia da operação de cobertura de acordo com as políticas de risco do Grupo;
- Descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia da cobertura e periodicidade da sua realização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

Periodicamente, são efectuadas análises da eficácia realmente atingida com a relação de cobertura, nomeadamente, através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto, atribuíveis ao risco coberto.

Os resultados apurados no âmbito dos instrumentos derivados de cobertura são reconhecidos nos proveitos e custos do exercício, tal como no caso dos instrumentos derivados de negociação. Por seu turno, caso o resultado do teste de eficácia efectuado se encontre dentro dos parâmetros definidos no IAS 39 (80%-125%), o Grupo reflecte a reavaliação do instrumento coberto atribuível ao risco coberto, independentemente da sua classificação inicial, sendo os resultados desta reavaliação também reconhecidos na demonstração de resultados em simultâneo com o instrumento derivado de cobertura.

2.7.5 Informação comparativa

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1 de não apresentação de informação comparativa de acordo com os requisitos dos IAS 32 e 39, as rubricas nas demonstrações financeiras pró-forma relacionada com activos financeiros obedecem aos princípios contabilísticos previstos pelo anterior Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB).

A classificação de títulos em carteira e princípios de valorização subjacentes, utilizados na preparação das demonstrações financeiras de acordo com os critérios do PCSB foram resumidamente os seguintes:

- Títulos de negociação: Os activos financeiros classificados de acordo com o PCSB nesta categoria, são apresentados nas demonstrações financeiras comparativas pró-forma na categoria de "Activos financeiros detidos para negociação". Esta categoria inclui os títulos adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderia exceder os seis meses e encontram-se valorizados da seguinte forma:
 - Os títulos de rendimento fixo eram valorizados ao custo de aquisição e reavaliamos diariamente de acordo com a cotação de mercado, acrescida de juros corridos; os juros corridos relativos a estes títulos estão reconhecidos na demonstração de resultados em "Juros e rendimentos similares" e o valor da reavaliação da componente de capital na rubrica de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados";
 - Os títulos de rendimento variável eram registados pelo seu valor de aquisição e reavaliamos diariamente de acordo com a cotação de mercado. As diferenças de reavaliação apuradas em títulos que integrem a composição do PSI 20 estão registadas em custos ou proveitos do exercício. Para os restantes títulos, as diferenças de reavaliação são registadas em contas internas de regularização, sendo relevadas em custos ou proveitos após a efectivação da venda.
- Títulos de investimento: Os activos financeiros classificados de acordo com o PCSB na categoria de títulos de investimento, estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas pró-forma na categoria de "Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados". Esta categoria inclui os títulos adquiridos com o objectivo de retenção por um prazo superior a seis meses, sendo valorizados da seguinte forma:
 - Os títulos de rendimento fixo emitidos pelo seu valor nominal eram registados ao custo de aquisição e os emitidos a valor descontado encontram-se reconhecidos pelo seu valor de reembolso; os juros corridos relativos a estes títulos estão reconhecidos na demonstração de resultados em "Juros e rendimentos similares";
 - Os títulos de rendimento variável eram mantidos ao custo de aquisição; as diferenças negativas entre o valor de aquisição e o respectivo valor de mercado estavam integralmente provisionadas.
- Participações financeiras: Os activos financeiros classificados de acordo com o PCSB na categoria de participações financeiras estão apresentados nas demonstrações financeiras comparativas pró-forma na categoria de "Activos financeiros disponíveis para venda" e encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição. As diferenças negativas entre o valor de aquisição e o respectivo valor de mercado são integralmente provisionadas.

As operações com instrumentos financeiros derivados mantidos pelo Grupo obedecem aos seguintes critérios de valorização:

- Operações de permuta de divisas ("Currency Swaps"): as operações de permuta de divisas não eram consideradas na reavaliação das posições à vista e a prazo. O prémio ou desconto destas operações eram amortizados linearmente até à data do seu vencimento por contrapartida de resultados;
- IRS, CIRS, Equity Swaps, Credit Default Swaps e FRA: estes contratos estavam registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional. As operações classificadas como de negociação eram valorizadas pelo seu justo valor de mercado por contrapartida de resultados. As operações classificadas como de cobertura eram valorizadas e reconhecidas em resultados de acordo com o critério aplicável ao elemento coberto;
- Futuros e Opções negociadas em mercados organizados: estes contratos estavam registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional e eram valorizados com base em cotações de mercado, sendo as diferenças apuradas reconhecidas em resultados do exercício. O montante dos prémios pagos ou recebidos em contratos de opções eram contabilizados em contas de regularização até à data de execução do contrato;
- Opções negociadas em mercado de balcão: estes contratos estavam registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nocional. O montante dos prémios pagos ou recebidos em contratos de opções eram contabilizados em contas de regularização até à data de execução do contrato.

Os outros passivos financeiros encontravam-se valorizados com base no seu valor nominal, sendo os juros decorridos registados em contas de regularização passivas. Nas demonstrações financeiras comparativas pró-forma, procedeu-se à reclassificação do valor dos juros corridos inerentes a estes contratos para as correspondentes rubricas de outros passivos financeiros.

2.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual. A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido.

Os activos registados nesta categoria são valorizados ao menor do custo de aquisição e do justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de custos a incorrer na venda.

2.9 Propriedades de investimento

São propriedades de investimento os imóveis detidos pelo Grupo para arrendamento e/ou valorização. As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor, determinado anualmente com base em avaliações de peritos independentes, sendo as variações no justo valor reflectidas em resultados.

2.10 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui os imóveis de serviço próprio, veículos e outros equipamentos.

São classificados como imóveis de serviço próprio, os imóveis utilizados pelo Grupo no desenvolvimento das suas actividades. Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se como referência um período de três anos entre reavaliações.

A variação no justo valor de cada activo é registada directamente numa rubrica específica de capital próprio, se acima do custo histórico amortizado, sendo as reduções abaixo desse valor reflectidas em resultados. As reservas de reavaliação podem ser transferidas para resultados transitados no momento da sua realização (por venda ou uso) não afectando no entanto os resultados do período.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, que é:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outro equipamento	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004 ao abrigo da legislação portuguesa.

2.11 Locação financeira

As operações de locação são classificadas como de locação financeira sempre que os respectivos termos façam com que sejam transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção para o locatário. Estas operações são registadas da seguinte forma:

Como locatário

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor do activo, em “Outros activos fixos tangíveis” e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

Como locador

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

2.12 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra entre 3 e 4 anos.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas na norma IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

2.13 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que o Grupo opera.

O Grupo regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões temporariamente não dedutíveis para efeitos fiscais, reavaliações de títulos e derivados apenas tributáveis no momento da sua realização, o regime de tributação das responsabilidades com pensões e outros benefícios dos empregados e mais-valias não tributadas por reinvestimento. Adicionalmente, são reconhecidos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis apresentados por algumas empresas do Grupo.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e imóveis de serviço próprio. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.14 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios dos trabalhadores foram reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 30 de Junho de 2005 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo nomeadamente planos de benefício definido e, num reduzido número de situações, de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a Companhias de Seguros.

As entidades do Grupo Banif, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- Banif, S.A. e Banco Comercial dos Açores, S.A. (BCA): de acordo com as condições estabelecidas no Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões (plano de benefício definido), e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário, estas entidades assumem responsabilidades no pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos seus funcionários ou às suas famílias, na sua integra no caso de trabalhadores não integrados no regime geral da Segurança Social, caso da maioria dos trabalhadores do BCA, ou em regime complementar ao da Segurança Social, no caso dos trabalhadores do Banif. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, o Fundo de Pensões assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o Serviço de Assistência Médico Social (SAMS).
- Companhia de Seguros Açoreana (Açoreana): esta entidade assume a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez e pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Segurador. Este Plano de Pensões apenas abrange trabalhadores admitidos pela Açoreana até Junho de 1995.
- Banif Leasing e Banif Crédito: as responsabilidades, decorrem do regime estabelecido num Contrato de Seguro Grupo celebrado com a Açoreana, o qual prevê o pagamento de montantes determinados em caso de vida da pessoa segura na idade de reforma ou em caso de morte da pessoa segura durante a vigência do contrato.

A responsabilidade reconhecida relativamente a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões, considerando ajustamentos relativos a ganhos e perdas actuariais diferidos. O valor das responsabilidades é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Unit Credit Projected", e pressupostos actuariais considerados adequados. A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são diferidos numa rubrica de activo ou passivo ("corredor"), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor do fundo de pensões, dos dois o menor, reportados ao final do ano corrente. O valor de ganhos e perdas actuariais acumulados, que excedam o corredor são reconhecidos por contrapartida de resultados ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados abrangidos pelo plano.

Na data de transição, o Grupo adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de "reset"). Deste modo, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo em 31 de Dezembro de 2003 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados, no âmbito da determinação dos ajustamentos de transição para IAS/IFRS (Nota 12).

Outros benefícios de longo prazo

Para além das pensões, o Grupo tem ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores, incluindo responsabilidades com assistência médica, prémios de antiguidade e outros subsídios.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões.

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais utilizados para os cálculos efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2004 são os seguintes:

	31.12.2004				
	Banif	BCA	CSA	Banif Leasing	Banif Crédito
Tábuas de mortalidade			TV 73/77		
Taxa de desconto		5,25%		5,00%	
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	4%		3%		
Taxa de crescimento das pensões		2%		3%	

Em 30 de Junho de 2005 não foram preparados estudos actuariais específicos, tendo as responsabilidades com benefícios aos empregados sido determinadas com referência ao custo normal estimado com base nos estudos efectuados para 31 de Dezembro de 2004, ajustados, quando aplicável, a flutuações significativas no mercado ou alterações nos planos de benefícios com impacto relevante no apuramento dessas responsabilidades.

2.15 Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.16 Comissões por serviços prestados

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Estas incluem comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

2.17 Operações de titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. O interesse residual nos activos titularizados é usualmente retido pelo Grupo através da detenção de títulos de natureza residual. Os veículos constituídos no âmbito de operações de titularização são incluídos nas contas consolidadas do Grupo Banif.

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

3. EMPRESAS DO GRUPO

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, as empresas do Grupo incluídas no processo de consolidação são as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade Principal	Detentor do Capital	30.06.2005		31.12.2004		
				% participação	% de direitos de voto controlados	Interesses minoritários	% participação	% de direitos de voto controlados
Banif Comercial - SGPS, SA	Rua João Tavira, 30 Funchal	Holding	Banif SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Banco Internacional do Funchal, SA	Rua João Tavira, 30 Funchal	Banca Comercial	Banif Comercial - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banco Comercial dos Açores, SA	Largo da matriz, 42 Ponta Delgada	Banca Comercial	Banif Comercial - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Leasing, SA	Av. Columbano Bordalo Pinheiro Lt A - 81 2º Lisboa	Crédito especializado	Banif Comercial - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Crédito - SFAC	Av. Columbano Bordalo Pinheiro Lt A - 81 2º Lisboa	Crédito especializado	Banif Comercial - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA	Av. República do Chile, 230-9º Rio de Janeiro Brasil	Banca de Investimentos	Banif Comercial - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif (Açores) SGPS, SA	Rua Dr. José Bruno Tavares Carreiro Ed. Sol Mar - Ponta Delgada	Holding	Banif Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif - Imobiliária, SA	Avº. José Malhoa, lote 1792, 1099-012	Imobiliário	Banif SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Investimentos - SGPS, SA	Rua João Tavira, 30 Funchal (Ámbito Institucional da Zona Franca da Madeira	Holding	Banif SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Banco de Investimentos, SA	Avº. José Malhoa, lote 1792, 1099-012	Banca de Investimentos	Banif Investimentos - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	PO Box 30124 Georgetown Grand Cayman	Banca Comercial	Banif Investimentos - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Gestão Activos, SA	Rua Tierno Galván, Torre 3 - 14º Lisboa	Gestão de Activos	Banif Banco de Investimentos, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif (Brasil), SA	Alameda Jaú nr 389 - 14º Sala 141 São Paulo - Brasil	Angariação de negócio	Banif Investimentos - SGPS, AS Banif Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif International Holding Ltd	Genesis Building - 3rd Floor Grand Cayman	Holding	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%
Banif Securities Holding, Ltd	Genesis Building - 3rd Floor Grand Cayman	Holding	Banif Investimentos - SGPS, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Financial Services, Inc	1001 Brickell Bay Drive suite 1712 Miami - USA	Angariação de negócio	Banif International Holding Ltd	85,00%	85,00%	15,00%	85,00%	85,00%
Banif Securities Inc	40 Wall Street 33rd floor New York NY 10005-1304 USA	Corretagem	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Mortgage Company	1001 Brickell Bay Drive suite 1712 Miami - USA	Banca Comercial	Banif International Holding Ltd	85,00%	85,00%	0,00%	85,00%	85,00%
FINAB	PO Box 30124 Georgetown Grand Cayman	Consultadoria Empresarial	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	60,00%	60,00%	0,00%	60,00%	60,00%
Econofinance	Av. República do Chile, 230-8º Rio de Janeiro Brasil	Portal Informático	Banif Securities Holding, Ltd	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif International Asset Management	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco de Investimentos, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Finance Ltd	PO Box 1093 GT Queensgate House South Church Street, Georgetown Grand Cayman	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Newcapital	Rua Tierno Galván, Torre 3 - 14º Lisboa	Sociedade de Risco	Banif Banco de Investimentos, SA	55,00%	55,00%	45,00%	60,00%	60,00%
Sociedade Imobiliária Piedade	Avº. José Malhoa, lote 1792, 1099-012	Imobiliário	Banif - Imobiliária, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Banif Rent, SA	Av. Columbano Bordalo Pinheiro Lt A - 81 2º Lisboa	Aluguer de veículos automóvel	Banif Comercial - SGPS, SA	70,00%	70,00%	30,00%	70,00%	70,00%
Com. Açores - San José	2 B North 33 rd Street S. José California	Angariação de negócio	Banco Comercial dos Açores, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Com Açores - Fall River	1645, Pleasant Street Fall River -- Massachusetts	Angariação de negócio	Banco Comercial dos Açores, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00%

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade Principal	Detentor do Capital	% participação	30.06.2005		31.12.2004	
					% de direitos de voto controlados	Interesses minoritários	% participação	% de direitos de voto controlados
Banif Açor Pensões	Largo da Matriz, 45 9500-118 Ponta Delgada	Gestão Fundo Pensões	Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Companhia de Seguros Açoreana	58,38%	58,38%	41,62%	77,76%	0,00% 100,00%
Agressive Strategy Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal, SA Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00% 0,00%
Balanced Strategy Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA	93,88%	93,88%	6,12%	100,00%	100,00% 0,00%
Brazilian Bond Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal SA Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Agressive Strategy Fund	99,92%	99,92%	0,08%	100,00%	100,00% 0,00%
Brazilian Equity Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA	100,00%	100,00%	0,00%	100,00%	100,00% 0,00%
Brazilian Money Market Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Conservative Strategy Fund	96,49%	96,49%	3,51%	99,26%	99,26% 0,74%
Conservative Strategy Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal, SA Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA	92,63%	92,63%	7,37%	88,12%	88,12% 11,88%
European Bond Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) LTD Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Conservative Strategy Fund	98,19%	98,19%	1,81%	96,28%	96,28% 3,72%
European Equity Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal SA Banco Comercial dos Açores, SA Conservative Strategy Fund	98,51%	98,51%	1,49%	99,29%	99,29% 0,71%
European Money Market Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal (Cayman) LTD Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA	97,83%	97,83%	2,17%	97,32%	97,32% 2,68%
Portugal Equity Fund	Genesis Building - 3rd Floor PO Box 32338-SMB, Grand Cayman, Cayman Islands	Gestão de Activos	Banif Banco Internacional do Funchal SA Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Agressive Strategy Fund	99,53%	99,53%	0,47%	99,76%	99,76% 0,24%
Banifserv, ACE	Rua de João Tavira, 30 Funchal	Serviços Informáticos	Banif Banco Internacional do Funchal SA Banco Comercial dos Açores, SA Banif Banco de Investimentos, SA Companhia de Seguros Açoreana Banif Crédito Banif Gestão de Activos Banif Investimentos SGPS	99,53%	99,53%	0,47%	99,76%	99,76% 0,24%

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, as entidades de propósitos especiais incluídas na consolidação são as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede Social	Natureza	% integrada na consolidação	
			30.06.2005	31.12.2004
Atlantes Nº1 Limited	St Paul's Gate - New Street, St. Hilier, Jersey JE4 8ZB Channel Islands	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Nº2 plc	Guild House, Guild Street, International Financial Services Center Dublin 1 - Ireland	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Atlantes Mortgage Nº1 plc	Guild House, Guild Street, International Financial Services Center Dublin 1 - Ireland	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Azor Mortgage Nº 1	5 Harbourmaster Place, International Financial Services Center - Dublin 1 - Ireland	Veículos de Securitização	100,00%	100,00%
Trade Invest Series 10	PO Box 1093 GT Queensgate House South Church Street Georgetown Grand Cayman	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%
Euro Invest Series 2, 3A e 3B	PO Box 1093 GT Queensgate House South Church Street Georgetown Grand Cayman	Emissão de Dívida Estruturada	100,00%	100,00%

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

No decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005, as alterações verificadas no Grupo foram as seguintes:

- a) Alienação, pela Banif SGPS S.A., da totalidade do capital social da Banif Seguros, SGPS, SA à Soil SGPS, S.A. (empresa do Grupo Rentipar) por 44.642.800 Euros, tendo sido gerada uma mais valia de 2.458 mil Euros. A Banif Seguros SGPS, S.A. detinha 3.792.500 acções da Companhia de Seguros Açoreana, S.A., correspondentes a 52,31% do seu capital social. Posteriormente, a Banif SGPS, S.A. adquiriu à Soil SGPS, S.A. 2.437.500 acções representativas de 33,62% do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. por 28.275.000 Euros.

Em 30 de Junho de 2005 a percentagem de participação efectiva detida pelo Grupo na Companhia de Seguros Açoreana, S.A. ascende a 47,69%, da qual 14,07% detida através do Banco Comercial dos Açores S.A., encontrando-se reconhecida na rubrica de Investimentos em Associadas, de acordo com o método da equivalência patrimonial (Nota 5). Em 31 de Dezembro de 2004, esta entidade integrava o perímetro de consolidação integral do Grupo em base IAS/IFRS.

Os preços de referência para a transacção das acções representativas do capital social da Companhia de Seguros Açoreana, S.A. e da Banif Seguros, SGPS, S.A. resultaram da média de duas avaliações independentes.

- b) Constituição do Banco Banif International Bank, Ltd, sediado em Nassau, Bahamas, através da subscrição de 24.975.000 acções pela Banif Investimentos SGPS, S.A. e 25.000 acções pela Banif Comercial SGPS, S.A., representativas de 99,9% e 0,1% do seu capital social, respectivamente.
- c) Alienação de 5% do Capital Social da Newcapital, pelo montante de 44 mil Euros.

4. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo Banif encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, através de duas sub-holdings: Banif Comercial SGPS, SA, que agrupa a actividade bancária e de crédito especializado, e Banif Investimentos SGPS, SA, que engloba a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras. O Grupo detém ainda uma unidade autónoma que se dedica exclusivamente à gestão dos imóveis do Grupo.

No relato por segmentos do Grupo, com referência a 30 de Junho de 2005, o reporting primário é feito por áreas de negócio, as quais incluem Corporate finance, trading and sales, corretagem, banca de retalho, banca comercial, pagamentos e liquidações, custódia, gestão de activos e outras actividades (rubrica residual).

O reporting secundário é feito por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, resto da Europa, América do Norte, América Latina e resto do Mundo.

4.1 – Segmentos de negócio

	30.06.2005									
	Corporate Finance	Trading and Sales	Corretagem (retalho)	Banca de Retalho	Banca Comercial	Pagamentos e Liquidações	Custódia	Gestão de Activos	Outros	Total
Juros e rendimentos similares	-	43.531	-	67.617	107.129	-	-	-	6.178	224.455
Juros e encargos similares	-	(26.186)	-	(34.848)	(56.268)	-	-	-	(7.567)	(124.869)
Margem financeira	-	17.345	-	32.769	50.861	-	-	-	(1.389)	99.556
Rendimentos de serviços e comissões	2.331	349	1.100	3.291	9.046	8.034	569	1.739	-	26.459
Outros rendimentos e receitas operacionais	-	-	-	5.448	4.351	6.963	-	-	5.000	21.762
Encargos com serviços e comissões	-	(471)	(5)	(1.330)	(112)	(41)	(127)	(59)	(2.739)	(4.884)
Outros encargos e gastos operacionais	-	-	-	-	(5.399)	-	-	-	(5.117)	(10.516)
Rendimento de instrumentos de capital	-	1.229	-	-	-	-	-	-	-	1.229
Ganhos em operações financeiras	-	77.725	-	-	-	-	-	-	-	77.725
Perdas em operações financeiras	-	(74.830)	-	-	-	-	-	-	-	(74.830)
Outros impostos	(31)	(174)	(9)	(429)	(989)	(208)	(5)	(25)	(58)	(1.928)
Produto bancário	2.300	21.173	1.086	39.749	57.758	14.748	437	1.655	(4.303)	134.603
Gastos com pessoal	(783)	(7.206)	(369)	(10.598)	(19.656)	(5.019)	(149)	(564)	(1.464)	(45.808)
Gastos gerais administrativos	(517)	(4.756)	(244)	(6.995)	(12.973)	(3.313)	(98)	(372)	(966)	(30.234)
Provisões líquidas de anulações	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.058)	(3.058)
Reversões e recuperações de perdas de imparidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.026
- Outros	-	1.371	-	-	-	-	-	-	-	1.371
Perdas por imparidade	-	-	-	-	(12.709)	(12.965)	-	-	-	(25.674)
- Crédito	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.155
- Outros	-	-	(1.609)	(45)	-	-	-	-	(1.501)	(7.740)
Amortização do exercício	(132)	(1.217)	(63)	(2.037)	(3.074)	(848)	(25)	(95)	(249)	-
Apropriação de resultados em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	5.303	5.303
Resultados antes de impostos do segmento	868	7.756	366	14.353	16.173	5.568	165	624	(6.238)	39.634
Imposto sobre lucros	(147)	(1.317)	(62)	(2.437)	(2.745)	(945)	(28)	(105)	(1.779)	(9.565)
Outros não alocados a segmentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.516)	(1.516)
Resultado líquido consolidado do exercício por segmento	721	6.439	303	11.916	13.428	4.623	137	519	(9.533)	28.553

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

4.2 – Segmentos geográficos

	30.06.2005					
	Portugal	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	
					Total	
Juros e rendimentos similares	175.431	23.780	799	16.818	7.627	224.455
Juros e encargos similares	(71.784)	(20.745)	-	(6.914)	(25.426)	(124.869)
Margem financeira	<u>103.647</u>	<u>3.035</u>	<u>799</u>	<u>9.904</u>	<u>(17.799)</u>	<u>99.586</u>
Rendimentos de serviços e comissões	23.041	-	553	2.351	514	26.459
Outros rendimentos e receitas operacionais	19.535	32	556	1.344	295	21.762
Encargos com serviços e comissões	(3.351)	(29)	-	(989)	(515)	(4.884)
Outros encargos e gastos operacionais	(7.531)	-	(4)	(659)	(2.322)	(10.516)
Rendimento de instrumentos de capital	1.177	-	2	-	50	1.229
Ganhos em operações financeiras	26.803	201	-	47.389	3.332	77.725
Perdas em operações financeiras	(22.014)	(321)	-	(49.209)	(3.286)	(74.830)
Outros impostos	(743)	-	(44)	(1.093)	(48)	(1.928)
Produto bancário	<u>140.564</u>	<u>2.918</u>	<u>1.862</u>	<u>9.038</u>	<u>(19.779)</u>	<u>134.603</u>
Gastos com pessoal	(41.344)	-	(874)	(3.361)	(229)	(45.808)
Gastos gerais administrativos	(25.789)	(231)	(649)	(3.023)	(542)	(30.234)
Provisão líquida de anulações	(3.000)	-	-	(342)	284	(3.058)
Reversões e recuperações de perdas de imparidade						
.) Crédito	12.977	1.049	-	-	-	14.026
.) Outros	1.371	-	-	-	-	1.371
Perdas por imparidade						
.) Crédito	(25.674)	-	-	-	-	(25.674)
.) Outros	(1.545)	(1.610)	-	-	-	(3.155)
Amortização do exercício	(7.443)	-	(21)	(133)	(143)	(7.740)
Apropriação de resultados em filiais excluídas da consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos	5.303	-	-	-	-	5.303
Resultados antes de impostos do segmento	<u>55.420</u>	<u>2.126</u>	<u>318</u>	<u>2.179</u>	<u>(20.409)</u>	<u>39.634</u>
Imposto sobre lucros	(8.835)	-	-	(730)	-	(9.565)
Outros não alocados a segmentos	-	-	-	-	(1.516)	(1.516)
Resultado líquido do exercício do segmento	<u>46.585</u>	<u>2.126</u>	<u>318</u>	<u>1.449</u>	<u>(21.925)</u>	<u>28.553</u>

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte decomposição:

Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	30.06.2005			
				% de participação	Valor da participação	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido
Companhia de Seguros Açoreana, SA	Largo da Matriz 45-52 1500 Ponta Delgada	Seguradora	Banif SGPS, SA	47,69%	34.272	71.865	8.110
Investaçor, SGPS, SA	Rua de Santa Catarina 9500 Ponta Delgada	Holding	Banif (Açores) SGPS, SA	48,37%	3.736	7.723	(131)
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	(930)	(68)
					38.008	78.658	7.911

Nome da Sociedade	SEDE SOCIAL	ACTIVIDADE PRINCIPAL	DETENTOR DE CAPITAL	31.12.2004			
				% de participação	Valor da participação	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido
Investaçor, SGPS, SA	Rua de Santa Catarina 9500 Ponta Delgada	Holding	Banif (Açores) SGPS, SA	48,37%	3.690	7.775	(662)
Espaço 10	Av. Barbosa do Bocage 83-85 1050-050 Lisboa	Imobiliário	Banif Investimentos - SGPS, SA	25,00%	1	(862)	(68)
					3.691	6.913	(730)

6. CRÉDITO A CLIENTES

Em 30 de Junho de 2005 a rubrica de Crédito a Clientes apresenta a seguinte decomposição:

30/06/2005

Crédito a Empresas:

. Crédito em Conta Corrente	1.210.005
. Desconto e outros créditos titulados por Efeitos	322.344
. Empréstimos	509.885
. Descobertos	71.613
. Factoring	139.443
. Locação Financeira	302.870
. Outros	527.148

	3.083.308

Crédito a Particulares:

. Crédito à Habitação	1.801.577
. Crédito ao Consumo	258.644
. Crédito Concedido – Outras finalidades	
Empréstimos	375.783
Créditos em Conta Corrente	137.994
Outros	202.777

	2.776.775

Outros Créditos e valores a receber (titulados)	5.119

	5.865.202

Crédito e Juros Vencidos	109.651
Proveitos Financeiros a receber	34.981
Encargos Financeiros (associados ao custo amortizado)	(7.642)

Imparidade em crédito concedido	6.002.192
	(115.877)

	5.886.315
	=====

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em crédito concedido no período findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31.12.2004	Ajustamento IAS/ IFRS em 01.01.2005	Reforços	Utilizações	Reposições e anulações	Saldo em 30.06.2005
Provisões sobre crédito concedido	117.136	(117.136)	-	-	-	-
Imparidade em crédito concedido a clientes						
. Carteira deteriorada	-	69.878	18.639	(8.901)	(3.044)	76.572
. Carteira não deteriorada	-	38.603	7.035	-	(6.333)	39.305
Total	117.136	(8.655)	25.674	(8.901)	(9.377)	115.877

Em 1 de Janeiro de 2005, o valor do ajustamento “IAS/IFRS” evidenciado no mapa de movimentação de imparidade corresponde à diferença entre o valor de provisões sobre crédito constituídas no âmbito do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal e o valor de imparidade em crédito concedido de acordo com a análise efectuada pelo Grupo (Nota 12).

O montante registado na carteira deteriorada corresponde ao valor total das perdas apuradas considerando as responsabilidades totais de clientes que tenham pelo menos uma operação de crédito com evidência de imparidade, de acordo com o descrito na Nota 2.7.3. Na carteira não deteriorada estão considerados todos os clientes cujas responsabilidades não evidenciem qualquer evento de imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

7. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS E PASSIVOS SUBORDINADOS

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de responsabilidades representadas por títulos tem a seguinte composição:

	<u>30/06/2005</u>	<u>31/12/2004</u>
Certificados de depósito	181.637	118.891
Obrigações	1.612.978	1.589.095
Encargos financeiros	5.436	5.673
	-----	-----
	1.800.051	1.713.659
	=====	=====

As emissões de títulos de dívida pelo Grupo no decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005 apresentam as seguintes características:

- a) Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. emitiu Obrigações de Caixa no montante de 10 milhões de Euros por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano.

O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência.

A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond index), com um valor mínimo de 1%.

- b) Em 28 de Fevereiro de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. – SFE emitiu Obrigações de Caixa no montante de 5 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 28 de Fevereiro de cada ano.

O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (28 de Fevereiro de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência

A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução de um cabaz subjacente, o qual integra três índices de acções (S&P 500 Index, DJ Euro Stoxx 50 Index e Nikkei 225 Index), um índice de commodity (Contrato Genérico de Futuro sobre o preço do petróleo) e um índice de obrigações (Citigroup World Government Bond index), com um valor mínimo de 1%.

- c) Em 11 de Maio de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A., emitiu Obrigações de Caixa no montante de 25 milhões de Euros por um prazo de dois anos. Os juros são pagos trimestral e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 11 de Fevereiro, 11 de Maio, 11 de Agosto e 11 de Novembro de cada ano.

A taxa de juro nominal bruta encontra-se sujeita à evolução da USD Libor a três meses, sendo apurada em função do número de dias úteis no período de referência em que a USD Libor seja igual ou superior ao limite inferior ou igual ou inferior ao limite superior estabelecidos nas condições subjacentes à emissão, e aos quais será aplicada uma taxa anual de 4%.

- d) Em 16 de Junho de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. - SFE, emitiu Obrigações de Caixa no montante de 15 milhões de Dólares por um prazo de cinco anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 16 de Junho de cada ano.

O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado a totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 2º cupão (16 de Junho de 2007), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos dez dias de antecedência.

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

As taxas de juro serão de 4% no pagamento do primeiro cupão, 4,4% no pagamento do segundo cupão, 4,7% no pagamento do terceiro cupão, 5% no pagamento do quarto cupão e 6% no pagamento do quinto e último cupão.

e) Em 29 de Março de 2005, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu Certificados de Depósito no montante de 9.843 mil Euros por um prazo de seis meses, com um valor de reembolso de 10.000 mil Euros. A taxa de juro implícita na operação é igual à Euribor 6 meses adicionada de 1% (3,19%).

f) Em 16 de Abril de 2005, o Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu Notas Promissórias no montante de 9.756 mil Dólares por um prazo de seis meses. Os juros, a liquidar na data de reembolso da emissão, ascendem a 244 mil Dólares.

No decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005, verificaram-se os seguintes reembolsos:

g) Em 25 de Fevereiro de 2002, a Banif Leasing S.A., emitiu Papel Comercial no montante de 16.500 mil Euros por um prazo de três anos, prorrogável automaticamente por períodos de três anos, com taxa de juro igual à Euribor em vigor no segundo dia útil anterior à data de subscrição, para o período de emissão respectivo, adicionada de 0,5%.

Em 25 de Fevereiro de 2005 (data de vencimento da operação), a Banif Leasing S.A. procedeu ao reembolso dos valores mobiliários emitidos.

h) O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito. Estas entidades, como forma de financiamento, emitiram instrumentos de dívida com diferentes níveis de subordinação e de remuneração. No decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005, o valor do reembolso de capital das obrigações emitidas pelos veículos ascendeu a 50.550 mil Euros, de acordo com a evolução evidenciada no quadro abaixo:

Obrigações emitidas	Obrigações em circulação	
	30.06.2005	31.12.2004
Atlantes nº 1	200.000	15.732
Atlantes nº 2	150.000	150.000
Atlantes Mortgage	500.000	400.038
Azor Mortgage	281.000	264.757
	1.131.000	830.527
		881.077

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de passivos subordinados tem a seguinte composição:

	30/06/2005	31/12/2004
Obrigações	215.290	203.297
Encargos financeiros	519	771
	-----	-----
	215.809	204.068
	=====	=====

As emissões de passivos subordinados pelo Grupo no decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005 apresentam as seguintes características:

a) Em 30 de Junho de 2005, a Banif Leasing S.A. emitiu Obrigações de Caixa Subordinadas no montante de 6 milhões de Euros por um prazo de dez anos. Os juros são pagos anual e posticipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Junho de cada ano.

A Banif Leasing S.A. poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal ("call option"), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
 (Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

5º cupão (30 de Junho de 2010), inclusive, desde que seja publicada tal intenção no Boletim de Cotações da Euronext Lisbon e num jornal de grande circulação, com pelo menos trinta dias de antecedência.

A taxa de juro nominal bruta é igual à Euribor a doze meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início do período de juros, adicionada de 1,5%.

b) Em 17 de Dezembro de 2004, o Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), emitiu Notas Subordinadas no montante de 10 milhões de Dólares por um prazo de dez anos. Os juros são pagos anual e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 17 de Dezembro de cada ano.

O Banco poderá proceder ao reembolso antecipado da totalidade da emissão, pelo seu valor nominal (“call option”), em qualquer data de pagamento de juros a partir da data de vencimento do 5º cupão (17 de Dezembro de 2009), inclusive, mediante autorização prévia do Banco Central do Brasil.

A taxa de juro em vigor durante os primeiros cinco anos de vida da emissão é de 7%. Nos cinco anos remanescentes a taxa de juro será igual à USD Libor a doze meses em vigor no segundo dia útil anterior ao início do período de juros, adicionada de 4,5%.

8. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 30 de Junho de 2005 foi o seguinte:

Provisões	Saldo em 31.12.2004	Ajustamento IAS/ IFRS em 01.01.2005	Reforços	Utilizações	Reposições e anulações	Outras regularizações	Saldo em 30.06.2005
Encargos com benefícios a empregados	9.198	-	302	(136)	-	-	9.364
Contingências fiscais	4.845		596	-	-	-	5.441
Outras provisões	7.189	(3.711)	2.832	-	(672)	202	5.840
Total	21.232	(3.711)	3.730	(136)	(672)	202	20.645

As provisões constituídas pelo Grupo relativamente a benefícios a empregados referem-se a responsabilidades assumidas pelo Banif Banco Internacional do Funchal, S.A. e Banco Comercial dos Açores, relativamente ao pagamento de Prémios de Antiguidade e Subsídio por Morte, previstos no âmbito do ACTV. Os principais pressupostos inerentes à quantificação destas responsabilidades encontram-se descritos na Nota 2.14.

Em 1 de Janeiro de 2005, o ajustamento “IAS/IFRS” evidenciado no mapa de movimentação de provisões, refere-se ao valor da reposição de provisões constituídas para Garantias Prestadas, de acordo com as estimativas do Grupo para as responsabilidades a liquidar (Nota 12). As provisões para garantias prestadas em balanço a 31 de Dezembro de 2004 foram apuradas de acordo com o disposto no Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal.

As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, apresentam a seguinte decomposição:

	30.06.2005	31.12.2004
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales	572.224	571.208
Cartas de Crédito Stand-by	4.222	3.531
Créditos documentários abertos	22.537	22.565
Fianças e indemnizações	12.000	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais	10.312	10.177
Activos dados em Garantia	565.360	299.082
Compromissos perante terceiros	988.187	896.695
	2.174.842	1.803.258

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

9. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte decomposição:

	30.06.2005	31.12.2004
Capital Social	200.000	200.000
Prémios de Emissão	58.214	58.214
Reservas de Reavaliação	26.309	1.381
Outras Reservas e Resultados Transitados	33.321	15.739
Acções Próprias	(105)	-
Resultado do exercício	28.553	27.421
	346.292	302.755
Interesses Minoritários	93.323	110.599
Total	439.615	413.354

No decorrer do período findo em 30 de Junho de 2005, o Grupo distribuiu dividendos no valor de 14.000 mil Euros relativos ao exercício de 2004.

10. INTERESSES MINORITÁRIOS

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de interesses minoritários apresenta a seguinte decomposição:

Entidade	30.06.2005	31.12.2004
Banif Finance	75.000	76.068
Banif Cayman	13.943	12.352
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	2.176	1.618
Banif Açor Pensões	1.165	616
Banif International Holdings	424	130
Newcapital	384	328
Fundos Banif Multi Fund	190	395
Finab	95	31
Banif Mortgage Company	19	212
Banif Financial Services Inc	(18)	23
Banif Rent	(55)	(154)
Companhia de Seguros Açoreana	-	25.313
Impacto da adopção dos IAS/IFRS	-	(6.347)
Banco Comercial dos Açores	-	14
	93.323	110.599

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de interesses minoritários relativa à Banif Finance respeita à emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, trimestral e postecipadamente em 22 de Março, 22 de Junho, 22 de Setembro e 22 de Dezembro de cada ano.

A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial (“call option”), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman.

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, a rubrica de interesses minoritários relativa ao Banif Cayman respeita à emissão, em 12 de Novembro de 2003, de 16.000.000 Acções Preferenciais com um valor de liquidação preferencial unitário de 1 Dólar, emitidas em dois montantes de 10.000 mil Dólares e 6.000 mil Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração da Sociedade, anual e postecipadamente em 12 de Dezembro de cada ano.

11. RESULTADO CONSOLIDADO

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado do Grupo foi determinado da seguinte forma:

Entidade	30.06.2005	31.12.2004
Banif SGPS, S.A.	24.500	15.819
Banif Comercial SGPS, S.A.	18.576	15.126
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	11.761	20.512
Banco Comercial dos Açores	6.589	10.246
Companhia de Seguros Açoreana	5.383	7.233
Banif Banco de Investimento	2.326	1.788
Banif Finance	1.513	1.218
Banif Gestão de Activos	1.280	1.529
Banif Cayman	1.235	2.692
Veículos de Securização	1.127	(*)
Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil)	1.015	1.057
Banif Crédito	803	586
Banif Investimentos SGPS, S.A.	468	2.477
Banif Leasing	457	1.644
Banif Imobiliária	315	1.226
Banif International Asset Management	104	13
Banif Açores SGPS, S.A.	96	2.045
Fundos Banif Multi Fund	94	(*)
Finab	84	30
Banif Mortgage Company	62	133
Banif International Holdings	40	116
Newcapital	20	32
Banif Açor Pensões	16	106
Veículos de emissão de dívida estruturada	1	(*)
Banif (Brasil) S.A.	-	(3)
Banif Seguros SGPS S.A.	-	(13)
Fall River	-	(7)
Sociedade Imobiliária Piedade	(4)	(15)
Econofinance	(9)	(20)
Espaço 10	(17)	(7)
Banif Financial Services Inc	(61)	49
Investaçor SGPS, S.A.	(63)	(320)
Banif Securities Holdings	(71)	(492)
Banif Rent	(121)	(342)
Banif Securities Inc	(403)	(603)
	77.116	83.855
Anulação de dividendos	(26.869)	(40.742)
Correcção da mais valia no consolidado gerada na alienação de 18,69% do capital social da Companhia de Seguros Açoreana	(18.866)	-
Impacto da adopção dos IAS/IFRS (Nota 12.2)		(9.885)
Anulação de Provisões constituídas para empresas do Grupo	-	(1.058)
Anulação de outras operações entre empresas do grupo	(2.828)	(4.749)
Total do Resultado Consolidado	28.553	27.421

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

(*) Em 31 de Dezembro de 2004, o impacto da inclusão dos veículos de securitização, dos Fundos da Banif Multifund e dos veículos de emissão de dívida estruturada no perímetro de consolidação do Grupo encontra-se relevada em "impacto da adopção dos IAS/IFRS", apresentando a seguinte decomposição:

Entidade	<u>31.12.2004</u>
Veículos de securitização	
Atlantes 1	(3.455)
Atlantes 2	(979)
Atlantes Mortgage	(424)
Azor Mortgage	178
Fundos Banif Multi Fund	593
Veículos de emissão de dívida estruturada	(750)
	<u>(4.837)</u>
Ajustamentos de consolidação (veículos de securitização)	
Anulação da mais valia gerada no Grupo	(2.012)
Anulação de encargos com a emissão das notes gerados no Grupo	644
Anulação da amortização de certificados residuais emitidos pelos veículos e detidos pelo Grupo	6.405
	<u>200</u>
Total	<u>200</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, o impacto em resultados do exercício da adopção das normas internacionais de contabilidade, apresenta a seguinte decomposição:

Entidade	<u>31.12.2004</u>
Banco Comercial dos Açores	(6.422)
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	(3.205)
Companhia de Seguros Açoreana	(2.211)
Outras entidades	250
	<u>(11.588)</u>
Ajustamentos de consolidação	
Anulação das amortizações do Goodwill registadas no	1.413
Outros ajustamentos de consolidação	290
	<u>(9.885)</u>

12. RECONCILIACÃO DE RESULTADOS E CAPITAIS PRÓPRIOS ENTRE IAS/IFRS E PLANO DE CONTAS PARA O SISTEMA BANCÁRIO

No âmbito das disposições do IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, são apresentadas as reconciliações entre os capitais próprios consolidados preparados de acordo com o Plano de Contas para o Sector Bancário (PCSB) e os capitais próprios consolidados após a introdução das normas internacionais de contabilidade(IAS/IFRS), relativamente às seguintes datas:

- 1 de Janeiro de 2004
- 30 de Junho de 2004
- 1 de Janeiro de 2005

Os impactos relacionados com a adopção dos IAS/IFRS relativamente aos resultados consolidados para os períodos findos em 30 de Junho e 31 de Dezembro de 2004 encontram-se apresentados no ponto 2 desta nota.

Conforme descrito na Nota 2.1, o apuramento dos impactos de transição para os IAS/IFRS apresentados foi efectuado de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos por estas normas, conforme aprovadas pela União Europeia com referência a 30 de Junho de 2005. Estes impactos poderão ser sujeitos a revisão até ao final do exercício de 2005, caso o actual texto das normas em vigor venha a sofrer alterações ou no âmbito de uma eventual revisão das políticas ou opções tomadas pelo Grupo.

12.1 – Reconciliação de Capitais Próprios

Natureza do Ajustamento	01.01.2005	30.06.2004	01.01.2004
Benefícios a empregados	(43.010)	(27.184)	(34.720)
Diferenças de consolidação	(19.222)	(20.546)	(19.131)
Activos Intangíveis	(6.500)	(5.112)	(4.024)
Consolidação de SPE	(7.069)	(5.868)	(7.741)
Impostos Diferidos	18.645	17.292	18.283
Valorização pelo justo valor de Imóveis de Serviço Próprio e Propriedades de Investimento	7.712	6.955	7.205
Outros	(1.475)	760	340
<i>Sub-total impacto dos ajustamentos (sem IAS 39)</i>	<u>(50.919)</u>	<u>(33.703)</u>	<u>(39.788)</u>
Impostos Diferidos	(8.057)	-	-
Comissões associadas a crédito	(4.278)	-	-
Mais Valias em Títulos	26.626	-	-
Imparidade de crédito concedido (Notas 6 e 8)	12.366	-	-
Outros	(2.743)	-	-
<i>Sub-total impacto dos ajustamentos (IAS 39)</i>	<u>23.914</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total Ajustamentos	<u>(27.005)</u>	<u>(33.703)</u>	<u>(39.788)</u>

12.2 – Reconciliação de resultados do exercício

Natureza do Ajustamento	31.12.2004	30.06.2004
Benefícios a empregados	(9.383)	(107)
Activos Intangíveis	(2.473)	(1.004)
Provisões	(1.142)	-
Anulação de diferenças de consolidação	2.209	864
Outros	904	1.446
Total Ajustamentos	<u>(9.885)</u>	<u>1.199</u>

12.3 – Notas explicativas à reconciliação de Capitais Próprios e Resultados do exercício PCSB / IAS/IFRS

Os principais ajustamentos identificados, decorrentes da adopção dos IAS/IFRS pelo Grupo, são os seguintes:

Benefícios aos empregados

Na data de transição (1 de Janeiro de 2004), de acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo procedeu à aplicação prospectiva da norma, tendo efectuado o reconhecimento de ganhos e perdas actuariais acumulados por contrapartida de resultados transitados, assim como da insuficiência de cobertura de responsabilidades, apurada na referida data.

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

Ainda no âmbito da aplicação desta norma, o Grupo procedeu à revisão dos pressupostos actuariais e financeiros aplicados no apuramento de responsabilidades com benefícios a empregados, tendo procedido às seguintes alterações:

	IAS/ IFRS					
	01.01.2004			01.01.2005		
	Banif	BCA	CSA	Banif	BCA	CSA
Tábua de mortalidade		TV 73/77		TV 73/77		
Taxa de desconto		5,50%		5,25%		
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	4%	3%		4%	3%	
Taxa de crescimento das pensões		2%		2%		
Tábua de invalidez		EVK 80		EVK 80		

	PCSB					
	01.01.2004			01.01.2005		
	Banif	BCA	CSA	Banif	BCA	CSA
Tábua de mortalidade		TV 73/77		TV 73/77		
Taxa de desconto		6,00%	5,00%	5,25%	5,00%	
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	3%	3%	3%	3%	3%	3%
Taxa de crescimento das pensões	2%	2%	2%	2%	2%	2%
Tábua de invalidez		EVK 80		EVK 80		

O valor dos ajustamentos apurados apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2004	30.06.2004	01.01.2004
Anulação de custos e proveitos diferidos com pensões	(18.085)	(4.722)	(12.986)
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	(2.926)	(2.272)	(2.249)
Responsabilidades (pressupostos actuariais e SAMS)	(12.801)	(12.014)	(11.276)
Outros benefícios de empregados	(9.198)	(8.176)	(8.209)
Total	(43.010)	(27.184)	(34.720)

No âmbito da adopção dos IAS/IFRS, os encargos com reformas antecipadas ocorridas no exercício de 2004 no Banco Comercial dos Açores S.A., no valor de 8.844 mil Euros, foram integralmente reconhecidos como custos do exercício. De acordo com as disposições do Banco de Portugal (alínea c) do nº1 do nº2 do Aviso 12/2001, estes encargos encontravam-se a ser diferidos num prazo de dez anos. O ajustamento no resultado do exercício de 2004, pelo valor não reconhecido de encargos com reformas antecipadas, ascendeu a (7.960) mil Euros.

Diferenças de Consolidação

O Goodwill originado em operações de concentração de actividades empresariais é registado em balanço como um activo da entidade e sujeito a testes de imparidade numa base anual. No âmbito do PCSB, o Goodwill era amortizado linearmente ao longo da vida útil estimada.

Na transição para IAS/IFRS, o Grupo Banif anulou por contrapartida de resultados transitados o goodwill negativo que se encontrava reflectido nas suas contas consolidadas. O goodwill reflectido foi igualmente anulado.

Activos Intangíveis

Em consequência da adopção dos IAS/IFRS, o Grupo procedeu à anulação de despesas não enquadráveis no âmbito das normas internacionais de contabilidade, de acordo com a seguinte decomposição:

BANIF SGPS, S.A. E SUBSIDIÁRIAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2005
(Montantes expressos em milhares de Euros – m€)

	31.12.2004	30.06.2004	01.01.2004
Publicidade	(2.601)	(3.108)	(1.609)
Despesas de investigação e desenvolvimento	(2.506)	(989)	(1.263)
Despesas de constituição	(795)	(105)	(315)
Outros	(598)	(910)	(837)
Total	(6.500)	(5.112)	(4.024)

Consolidação de SPE

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as demonstrações financeiras da Banif SGPS (empresa-mãe), das suas subsidiárias (entidades nas quais exerce um poder de voto superior a 50%) e entidades de propósitos especiais, não qualificáveis enquanto subsidiárias, mas nas quais retém a maioria dos riscos e benefícios inerentes à respectiva actividade. Estas entidades compreendem essencialmente veículos de securitização e veículos de emissão de dívida estruturada.

As demonstrações financeiras do Grupo preparadas de acordo com o PCSB não incluíam entidades de finalidades especiais.

O valor dos ajustamentos apurados apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2004	30.06.2004	01.01.2004
Veículos de Securitização	(5.224)	(4.549)	(6.660)
Veículos de emissão de dívida estruturada	(2.075)	(1.252)	(1.325)
Outros	230	(67)	244
Total	(7.069)	(5.868)	(7.741)

Impostos Diferidos

De acordo com o IAS 12 – Impostos sobre o rendimento, deverão registar-se impostos diferidos pelo reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis. Os impostos diferidos activos apenas deverão ser reconhecidos na medida da expectativa da sua recuperabilidade futura.

Em função das regras aplicáveis ao sector Bancário, o Grupo não registava nas suas demonstrações financeiras consolidadas impostos diferidos activos. Os ajustamentos de transição decorrentes da aplicação dos IAS/IFRS apresentam a seguinte decomposição:

	31.12.2004	30.06.2004	01.01.2004
Impostos Diferidos - Situações já existentes	8.712	8.997	9.775
Impostos Diferidos - Ajustamentos de transição (sem IAS 39)	9.933	8.295	8.508
Impostos Diferidos - Ajustamentos de transição (IAS 39)	(8.057)	-	-
Total	10.588	17.292	18.283

Imóveis de Serviço Próprio e Propriedades de Investimento

Os imóveis de serviço próprio detidos pelo Grupo encontram-se valorizados ao justo valor deduzido de subsequentes amortizações e perdas por imparidade. As revalorizações, quando superiores ao custo histórico, são registadas por contrapartida de capital próprio, e quando inferiores são reconhecidas directamente em resultados.

As propriedades de investimento são reconhecidas pelo seu justo valor, determinado com recurso a peritos independentes, sendo as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados do período.

De acordo com os critérios decorrentes da aplicação dos princípios contabilísticos do sector bancário, os imóveis de serviço próprio e as propriedades de investimento encontravam-se reconhecidas pelo seu custo histórico, e eram amortizadas linearmente ao longo de um período de 50 anos. No caso da Companhia de Seguros Açoreana, e de acordo com os princípios do Plano de Contas das Empresas de Seguros, os imóveis detidos pela entidade encontravam-se valorizados pelo seu justo valor de mercado, não sendo sujeitos a amortização.

O impacto da valorização ao justo valor de imóveis de serviço próprio e propriedades de investimento apresenta a seguinte decomposição:

	31.12.2004	30.06.2004	01.01.2004
Imóveis de Serviço Próprio	7.817	7.344	7.641
Propriedades de Investimento	(105)	(389)	(436)
Total	7.712	6.955	7.205

Carteira de Títulos

A carteira de títulos detida pela Grupo à data da transição para o IAS 39 foi reclassificada, de acordo com os critérios estabelecidos no referido IAS, nas seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda;
- Activos financeiros detidos até à maturidade;

No âmbito das normas internacionais de contabilidade, os títulos classificados nas categorias ao justo valor por contrapartida de resultados e na categoria de disponíveis para venda, são valorizados ao justo valor, sendo as mais e menos valias potenciais reconhecidas por contrapartida de resultados e por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, respectivamente.

Os títulos classificados na categoria de activos financeiros detidos até à maturidade são valorizados pelo seu custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa efectiva, e deduzido de perdas por imparidade.

Os critérios de contabilização da carteira de títulos de acordo com o PCSB encontram-se descritos em maior detalhe na Nota 2.7.5.

Com referência à data de transição, o impacto da valorização ao justo valor da carteira de títulos do Grupo ascendeu a 26.626 m€, dos quais 24.437 m€ relativos à carteira de activos disponíveis para venda.

Imparidade

A avaliação da imparidade em rubricas de crédito a clientes é efectuada de acordo com os critérios previstos no IAS 39 – “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração”, sendo determinada em resultado da diferença entre o valor de balanço dos activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados conforme descrito na Nota 2.7.3. Com referência à data de transição, o Grupo reconheceu um ajustamento positivo de 12.366 m€, dos quais 8.655 m€ relativos à carteira de crédito concedido (Nota 6) e 3.711 m€ relativos a Garantias prestadas (Nota 8).

Nas demonstrações financeiras do Grupo, preparadas de acordo com o PCSB, as provisões afectas à rubrica de crédito eram calculadas de acordo com as disposições do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, de 30 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso nº 8/2003, de 30 de Janeiro. As provisões constituídas para risco de crédito obedeciam aos seguintes critérios:

- a) Provisões para créditos e juros vencidos: a determinação da provisão relativa a prestações vencidas e não pagas em crédito concedido era efectuada em função da aplicação de uma percentagem decorrente da antiguidade do vencimento e da existência de garantia;
- b) Provisões para riscos gerais de crédito: provisão constituída para fazer face a riscos da não realização em crédito concedido e em garantias e avales prestados, sendo calculada pela aplicação das seguintes percentagens sobre a totalidade do crédito não vencido (incluindo garantias e avales prestados):

- 0,5% em operações de crédito garantidas por hipoteca sobre imóvel destinado à habitação do mutuário;
 - 1,5% em operações de crédito ao consumo e operações de crédito a particulares em que a finalidade não possa ser determinada;
 - 1% ao restante crédito.
- c) Provisões para crédito de cobrança duvidosa: provisão constituída sobre crédito vincendo em operações de crédito que apresentem prestações vencidas e não pagas ou referentes a clientes que apresentem outras responsabilidades vencidas, de acordo com as seguintes condições:
- as prestações vincendas de uma operação de crédito, quando as prestações vencidas da referida operação excederem em 25% o respectivo capital em dívida acrescido dos juros ou apresentarem incumprimento superior a seis meses em operações com prazo inferior a cinco anos, 12 meses em operações com prazo superior a cinco anos mas inferior a dez, e vinte e quatro meses em operações com prazo igual ou superior a dez anos;
 - as prestações vincendas afectas a um mesmo cliente, quando o total das prestações vencidas excederem 25% do total do capital em dívida desse cliente, acrescido de juros.
- d) Provisões para risco país: constituída sobre operações de crédito concedido a residentes em países considerados de risco pelo Banco de Portugal.

Comissões associadas a crédito

As comissões associadas à originação de uma operação de crédito deverão, de acordo com os critérios definidos pelas normas internacionais de contabilidade, ser reconhecidas ao longo do período da operação a que respeitam, de acordo com o método da taxa efectiva. A taxa efectiva da operação, é a taxa que torna equivalentes o valor actual do activo financeiro e o valor descontado dos fluxos futuros estimados a realizar.

Nas demonstrações financeiras do Grupo preparadas de acordo com o PCSB, as comissões associadas a crédito concedido com natureza de juro eram reconhecidas em resultados do período no momento da sua realização.

O ajustamento decorrente do diferimento de comissões em produtos de crédito foi negativo em (4.278) m€ e foi registado por contrapartida de resultados transitados com referência a 1 de Janeiro de 2005.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

4.1 Órgãos Sociais e Estatutários

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa

Secretários: Comendador Jorge de Sá

Dr. José Lino Tranquada Gomes

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque

Vice-Presidentes: Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Dr. Artur de Jesus Marques

Dr. José Marques de Almeida

Suplente: Dr. Fernando José Inverno da Piedade

CONSELHO FISCAL

Presidente: Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida

Vogais Efectivos: Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de

Revisores Oficiais de Contas, SA, representada por

Dr. Alfredo Guilherme da Silva Gândara

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Vogais Suplentes: Dr. José Pedro Lopes Trindade

Dr. João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: Comendador Horácio da Silva Roque, em representação da Rentipar Financeira – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA

Vice-Presidentes: Dr. Fernando José Inverno da Piedade, em representação da Renticapital - Investimentos Financeiros, SA
Comendador João Francisco Justino

Dr. Fernando Mário Teixeira de Almeida
Dr. Rui Alberto Faria Rebelo, em representação da Empresa de Electricidade da Madeira, SA.
Dr. Gonçalo Cristóvam Meirelles de Araújo Dias
Prof. Doutor Luís Manuel Moreira Campos e Cunha
Engº António Fernando Couto dos Santos
Dr. Miguel José Luís de Sousa
Engº Nicolau de Sousa Lima

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

- Rentipar Financeira SGPS, SA, representada pela Senhora Dra. Teresa Henriques da Silva Moura Roque
- Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, representada pelo Senhor Dr. Carlos Gomes Nogueira
- Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, representada pelo Senhor Vítor Hugo Simons.

1.2 Carteira de Acções Próprias

Durante o primeiro semestre de 2005, o Banif– Banco de Investimento, SA, sociedade dominada pela Banif SGPS, SA, efectuou as transacções a seguir descritas de acções da Banif SGPS, SA, as quais foram todas executadas na Euronext Lisboa (operações em bolsa), em execução do contrato de liquidez celebrado entre o Banco e a Euronext Lisboa. Face ao

disposto no artº 325-A do Código das Sociedades Comerciais, são as referidas acções consideradas acções próprias da sociedade dominante.

Data Bolsa	Data Liq.	Tipo	Quant.	Pr. Unit.	Valor Bruto
Posição em 31/12/2004					0
18-Mar-05	23-Mar-05	Compra	76	7,50	570,00
21-Mar-05	24-Mar-05	Compra	200	7,59	1.518,00
21-Mar-05	24-Mar-05	Compra	400	7,60	3.040,00
23-Mar-05	30-Mar-05	Compra	406	7,75	3.146,50
23-Mar-05	30-Mar-05	Compra	1.900	8,00	15.200,00
23-Mar-05	30-Mar-05	Venda	-640	7,97	-5.100,80
23-Mar-05	30-Mar-05	Venda	-500	8,20	-4.100,00
29-Mar-05	01-Abr-05	Compra	200	8,00	1.600,00
29-Mar-05	01-Abr-05	Compra	200	8,15	1.630,00
29-Mar-05	01-Abr-05	Compra	500	8,19	4.095,00
29-Mar-05	01-Abr-05	Compra	7.738	8,20	63.451,60
30-Mar-05	04-Abr-05	Compra	417	7,85	3.273,45
30-Mar-05	04-Abr-05	Compra	100	8,20	820,00
30-Mar-05	04-Abr-05	Compra	617	8,11	5.003,87
30-Mar-05	04-Abr-05	Compra	500	8,00	4.000,00
31-Mar-05	05-Abr-05	Compra	1.000	8,21	8.210,00
01-Abr-05	06-Abr-05	Compra	100	8,25	825,00
04-Abr-05	07-Abr-05	Compra	1.000	8,07	8.070,00
04-Abr-05	07-Abr-05	Compra	50	8,20	410,00
05-Abr-05	08-Abr-05	Compra	1.122	8,03	9.009,66
05-Abr-05	08-Abr-05	Compra	100	8,19	819,00
06-Abr-05	11-Abr-05	Compra	100	8,15	815,00
06-Abr-05	11-Abr-05	Compra	50	8,24	412,00
06-Abr-05	11-Abr-05	Venda	-15.636	8,20	-128.215,20
12-Abr-05	15-Abr-05	Compra	189	8,19	1.547,91
12-Abr-05	15-Abr-05	Compra	811	8,18	6.633,98
12-Abr-05	15-Abr-05	Compra	300	8,01	2.403,00
13-Abr-05	18-Abr-05	Compra	1.000	7,96	7.960,00
13-Abr-05	18-Abr-05	Compra	500	7,97	3.985,00
14-Abr-05	19-Abr-05	Compra	1.500	7,97	11.955,00
14-Abr-05	19-Abr-05	Compra	6.536	7,98	52.157,28
15-Abr-05	20-Abr-05	Compra	1.000	7,96	7.960,00
15-Abr-05	20-Abr-05	Compra	1.000	7,90	7.900,00
15-Abr-05	20-Abr-05	Compra	259	7,75	2.007,25
15-Abr-05	20-Abr-05	Compra	100	7,95	795,00
18-Abr-05	21-Abr-05	Compra	1.841	7,75	14.267,75
18-Abr-05	21-Abr-05	Compra	95	7,62	723,90
18-Abr-05	21-Abr-05	Compra	1.000	7,80	7.800,00
18-Abr-05	21-Abr-05	Compra	500	7,66	3.830,00
19-Abr-05	22-Abr-05	Compra	157	7,75	1.216,75
19-Abr-05	22-Abr-05	Compra	1	7,62	7,62
19-Abr-05	22-Abr-05	Compra	796	7,77	6.184,92
20-Abr-05	25-Abr-05	Compra	1.000	7,80	7.800,00

21-Abr-05	26-Abr-05	Compra	260	7,74	2.012,40
26-Abr-05	29-Abr-05	Compra	571	7,99	4.562,29
27-Abr-05	02-Mai-05	Compra	200	7,93	1.586,00
27-Abr-05	02-Mai-05	Compra	2.000	8,05	16.100,00
28-Abr-05	03-Mai-05	Compra	200	7,97	1.594,00
02-Mai-05	05-Mai-05	Compra	100	8,05	805,00
05-Mai-05	10-Mai-05	Compra	1.000	8,05	8.050,00
05-Mai-05	10-Mai-05	Compra	696	8,03	5.588,88
05-Mai-05	10-Mai-05	Compra	1.000	8,12	8.120,00
06-Mai-05	11-Mai-05	Compra	1.000	8,00	8.000,00
06-Mai-05	11-Mai-05	Compra	304	8,03	2.441,12
10-Mai-05	13-Mai-05	Compra	500	8,02	4.010,00
11-Mai-05	16-Mai-05	Compra	100	8,09	809,00
12-Mai-05	17-Mai-05	Compra	108	8,00	864,00
12-Mai-05	17-Mai-05	Compra	100	8,09	809,00
13-Mai-05	18-Mai-05	Compra	892	8,00	7.136,00
16-Mai-05	19-Mai-05	Compra	400	8,00	3.200,00
18-Mai-05	23-Mai-05	Venda	-1.000	8,15	-8.150,00
19-Mai-05	24-Mai-05	Compra	2.000	8,09	16.180,00
19-Mai-05	24-Mai-05	Venda	-25.000	8,15	-203.750,00
23-Mai-05	26-Mai-05	Compra	1	8,03	8,03
23-Mai-05	26-Mai-05	Compra	100	8,19	819,00
26-Mai-05	31-Mai-05	Compra	500	8,15	4.075,00
26-Mai-05	31-Mai-05	Compra	100	8,19	819,00
30-Mai-05	02-Jun-05	Compra	10.331	8,19	84.610,89
30-Mai-05	02-Jun-05	Compra	400	8,15	3.260,00
31-Mai-05	03-Jun-05	Compra	100	8,20	820,00
31-Mai-05	03-Jun-05	Venda	-100	8,32	-832,00
31-Mai-05	03-Jun-05	Venda	-100	8,25	-825,00
02-Jun-05	07-Jun-05	Compra	110	8,20	902,00
02-Jun-05	07-Jun-05	Compra	100	8,27	827,00
08-Jun-05	13-Jun-05	Compra	163	8,17	1.331,71
09-Jun-05	14-Jun-05	Compra	205	8,17	1.674,85
09-Jun-05	14-Jun-05	Venda	-1.000	8,30	-8.300,00
10-Jun-05	15-Jun-05	Compra	99	8,24	815,76
14-Jun-05	17-Jun-05	Compra	110	8,18	899,80
15-Jun-05	20-Jun-05	Compra	220	8,18	1.799,60
16-Jun-05	21-Jun-05	Compra	100	8,25	825,00
16-Jun-05	21-Jun-05	Compra	50	8,35	417,50
17-Jun-05	22-Jun-05	Compra	100	8,25	825,00
21-Jun-05	24-Jun-05	Compra	2.060	8,33	17.159,80
22-Jun-05	27-Jun-05	Compra	200	8,30	1.660,00
24-Jun-05	29-Jun-05	Compra	150	8,34	1.251,00
24-Jun-05	29-Jun-05	Compra	50	8,35	417,50
27-Jun-05	30-Jun-05	Compra	800	8,29	6.632,00
27-Jun-05	30-Jun-05	Compra	600	8,35	5.010,00
27-Jun-05	30-Jun-05	Venda	-703	8,40	-5.905,20
28-Jun-05	01-Jul-05	Compra	93	8,29	770,97
28-Jun-05	01-Jul-05	Compra	306	8,34	2.552,04

28-Jun-05	01-Jul-05	Compra	2.000	8,35	16.700,00
28-Jun-05	01-Jul-05	Venda	-100	8,45	-845,00
30-Jun-05	05-Jul-05	Compra	400	8,45	3.380,00
30-Jun-05	05-Jul-05	Compra	1.985	8,52	16.912,20
30-Jun-05	05-Jul-05	Venda	-11.300	8,55	-96.615,00
30-Jun-05	05-Jul-05	Venda	-200	8,60	-1.720,00
30-Jun-05	05-Jul-05	Venda	-100	8,50	-850,00
Posição em 30/06/2005				11.846	

Refere-se, adicionalmente, que a Banif Multifund, Ltd. adquiriu na sessão da Euronext Lisboa, de 30/06/2005, para a carteira do Portugal Equity Fund, 1.000 acções da Banif SGPS, SA, ao preço unitário de € 8,55, tendo a respectiva liquidação física e financeira ocorrido em 4/07/2005. Dado que a quase totalidade das acções representativas das unidades de participação daquele fundo são detidas por entidades do Grupo Banif, as mencionadas acções da Banif SGPS, SA são igualmente de considerar como acções próprias.

Assim, o total de acções próprias existente em 30/06/2005 era de 12.846 unidades.

4.3 Titulares de Participações Sociais Qualificadas

Nos termos do artº 9 nº1 d) do Regulamento nº4/2004 da CMVM, informa-se sobre os accionistas titulares de participações qualificadas, com referência ao final do 1º semestre de 2005, de acordo com o artigo 20º do CVM, em conformidade com os elementos existentes na sociedade:

- **HORÁCIO DA SILVA ROQUE**, residente na Av. Conde de Barcelona, 4, Estoril, detinha directamente 124.656 acções da Banif – SGPS, SA., correspondentes a 0,31% do capital social, sendo-lhe imputáveis os direitos de voto correspondentes a
- 22.468.280 acções detidas pela **Rentipar Financeira SGPS, SA** (sociedade detida maioritariamente por Horácio da Silva Roque), correspondentes a 56,17% do capital social;
- 93.056 acções detidas por **membros do Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA** correspondentes a 0,23% do capital social;

- 3.989.998 acções detidas pela **Renticapital – Investimentos Financeiros, S.A.**(sociedade maioritariamente detida pela Rentipar Financeira, SGPS, SA), correspondentes a 9,97% do capital social;
 - 1.853 acções detidas pela **Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A.** (sociedade detida maioritariamente e indirectamente por Horácio da Silva Roque), correspondentes a 0,005% do capital social.
 - 40.000 acções da **Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda** (sociedade detida maioritariamente e indirectamente por Horácio da Silva Roque), correspondentes a 0,1% do capital social;
 - 30.000 acções detidas por um **gerente da Espace Dez – Sociedade Imobiliária, Lda**, correspondentes a 0,075% do capital social.
-
- **INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL – FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**, pessoa colectiva nº 501 328 599, com sede na Av. de Berna, nº 19, 1050-037, Lisboa, era titular de 1.528.560 acções da Banif SGPS, SA representativas de 3,82% do capital social.
 - **FUNDO DE PENSÕES DO GRUPO BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS**, gerido por Pensões Gere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, pessoa colectiva nº 503 455 229, com sede na Av. José Malhoa, Lote 1686, em Lisboa, matriculado na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa com o nº04529 e com o capital social de 1.200.000 Euros, era titular de 1.468.877 acções representativas de 3,67% do capital social.
 - **VESTIBAN – GESTÃO E INVESTIMENTOS, SA** – Pessoa colectiva nº 505 775 212, com sede na Av. José Malhoa Lote 1792, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 12161 e com o capital social de 250.000 Euros, era titular de 1.381.666 acções, correspondentes a 3,45% do capital social.
A esta participação imputam-se direitos de voto correspondentes a 9.666 acções detidas por membros do Conselho de Administração da Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, correspondentes a 0,02% do capital social. (*Nota: Verificando-se a existência de dois membros comuns aos Conselhos de Administração da Rentipar Financeira SGSP, SA e da*

Vestiban – Gestão e Investimentos, SA, as acções da Banif SGPS, SA por eles detidas são apenas consideradas uma vez - na primeira daquelas empresas - para efeitos de imputação de direitos de voto).

- **JORGE SÁ**, residente à Rua do Til, n.º 56, no Funchal, detinha directamente 836.652 acções, correspondentes a 2,09% do capital social, sendo-lhe ainda imputáveis os direitos de voto correspondentes a 13.450 acções (correspondentes a 0,03% do capital social) e 150.000 acções (correspondentes a 0,38% do capital social) da Banif SGPS, SA, detidos pelas sociedades por si controladas **J. Sá & Filhos, Lda** e **Oliveira, Freitas & Ferreira, Lda**, respectivamente.
- **MILLENIUM BCP FORTIS GRUPO SEGURADOR, SGPS, SA**, titular do cartão de pessoa colectiva nº 507 112 741, com sede na Av. José Malhoa, Lote 1686, em Lisboa, com o capital social de 1.000.002.375 Euros e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 13.676, não detinha, directamente, acções da Banif SGPS, SA, tendo contudo como sociedades dependentes a **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, SA** e a **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, SA**, que detinham globalmente uma participação correspondente a 907.800 acções (875.830 e 31.970, respectivamente) representativas de 2,27% do capital social (2,19% e 0,08%, respectivamente).

Atendendo à existência, em 30/06/2005, de 12.846 acções próprias, sem direito a voto, os direitos de voto das participações accionistas a seguir mencionadas sofrem um acréscimo percentual correspondente, decorrente de, a 39.987.154 acções, corresponderem 100% dos direitos de voto.

Participante	Nº de Acções (total imputável)	% Direitos de voto (total imputável)
Horácio da Silva Roque	26.747.843	66,89%
Instituto de Seguros de Portugal -FGA	1.528.560	3,82%
Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português	1.468.877	3,67%

Vestiban – Gestão e Investimentos, SA	1.391.332	3,48%
Jorge Sá	1.000.102	2,50%
Millennium BCP Fortis Grupo Segurador, SGPS, SA	907.800	2,27%

4.4 Valores Mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA e Sociedades do Grupo Banif detidos por Titulares de Órgãos Sociais

Em conformidade com o disposto no artº 9º nº1 b) do Regulamento nº4/2004 da CMVM, informa-se sobre o número de valores mobiliários emitidos pela Banif SGPS, SA e sociedades que com ela estejam em relação de domínio ou de grupo, detidos, adquiridos, onerados ou transmitidos por titulares dos órgãos sociais durante o período a que se refere o presente relatório.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Prof. Doutor António Soares Pinto Barbosa

Detinha em 30/06/05 15.000 acções da Banif SGPS, SA, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Dr. José Lino Tranquada Gomes

Detinha, em 30/06/05, 25 obrigações Banif SGPS, SA, 2003/2006 e 100 Obrigações Banif SGPS, SA, 2003/2008, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Comendador Jorge Sá

Detinha, em 30/06/05, 836.652 acções da Banif SGPS, SA, tendo, durante o período considerado, efectuado as seguintes aquisições daqueles títulos:

Data	Quantidade	Preço
19/01/2005	1000	6.65 €
21/01/2005	800	6.66 €
24/01/2005	100	6.66 €
25/01/2005	47	6.61 €
26/01/2005	480	6.61 €

27/01/2005	425	6.61 €
28/01/2005	200	6.62 €
03/02/2005	1000	6.66 €
04/02/2005	500	6.67 €
22/02/2005	500	6.71 €
02/03/2005	1040	7.25 €
02/03/2005	5	7.23 €
03/03/2005	500	7.22 €
15/06/2005	62	8.20 €
16/06/2005	650	8.28 €
16/06/2005	1017	8.29 €
16/06/2005	360	8.30 €
17/06/2005	500	8.26 €
23/06/2005	2400	8.33 €
27/06/2005	1000	8.28 €

Durante o período em causa procedeu, ainda, às seguintes alienações:

11/02/2005	1175	6.75 €
15/02/2005	6500	6.80 €
15/02/2005	4900	6.85 €

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Comendador Horácio da Silva Roque

Detinha directamente, em 30/06/2005, 124.656 acções da Banif SGPS, SA; detinha, ainda, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (anteriormente designado Banco Banif Primus, SA) e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, ambas acções preferenciais sem direito a voto, sendo as quantidades de acções detidas idênticas às já detidas em 31/12/2004.

Dr. Joaquim Filipe Marques dos Santos

Detinha, em 30/06/2005, 100.676 acções da Banif SGPS, SA; detinha, ainda, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (anteriormente designado Banco Banif Primus, SA) e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, ambas acções preferenciais, sem direito a voto, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Dr. Carlos David Duarte de Almeida

Detinha, em 30/06/2005, 15.000 acções da Banif SGPS, SA; detinha, ainda, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (anteriormente designado Banco Banif Primus, SA) e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, ambas acções preferenciais, sem direito a voto, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Dr. António Manuel Rocha Moreira

Detinha, em 30/06/2005, 6.666 acções da Banif SGPS, SA e 5000 obrigações Rentipar SGPS 2002/2007, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Dr. Artur Manuel da Silva Fernandes

Detinha, em 30/06/2005, 1 acção do Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA (anteriormente designado Banco Banif Primus, SA) e 1 acção da Banif Primus Corretora de Valores e Câmbio, SA, ambas acções preferenciais sem direito a voto, não tendo efectuado quaisquer transacções durante o 1º semestre de 2005.

Dr. Artur de Jesus Marques

Detinha, em 30/06/2005, 6.666 acções da Banif SGPS, SA, não tendo efectuado qualquer movimento destes títulos no período em apreço.

Dr. José Marques de Almeida

Detinha, em 30/06/2005, um total de 90.942 acções da Banif, SGPS, SA.

Detinha, ainda, € 39.903,83 em Obrigações de Caixa Subordinadas BANIF/96/2005, € 410.000,00 em Obrigações de Caixa Subordinadas BANIF 2000/10 – 2ª Emissão e € 50.000,00 em Obrigações BANIF SGPS 2003/2008, não tendo efectuado transacções no período em apreciação.

CONSELHO FISCAL

Dr. José Luís Pereira de Macedo

Detinha, em 30/06/2005, 5.000 acções da Banif SGPS, SA, número idêntico ao detido em 31/12/2004.



■ Ernst & Young Audit & Associados S.R.L. ■ Tel: (351) 217 912 0
Edifício República Fax: (351) 217 957 5
Avenida da República, 90 - 6.^o
1600-206 Lisboa
Portugal

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 246.^º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da BANIF – SGPS, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 453.992 milhares de euros e um total de capital próprio de 301.300 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 24.499 milhares de euros), na Demonstração dos resultados do período findo naquela data, na Demonstração dos fluxos de caixa e na Demonstração de variações em capitais próprios e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações e fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditória emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e, supletivamente, nas Normas Internacionais de Auditoria, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da BANIF – SGPS, S.A. não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 27 de Setembro 2005

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:

Alfredo Guilherme da Silva Gândara



RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 246.^º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da BANIF – SGPS, S.A, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 7.487.906 milhares de euros e um total de capital próprio de 346.292 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 28.553 milhares de euros), na Demonstração consolidada dos resultados do período findo naquela data, na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e na Demonstração consolidada de variações em capitais próprios e no correspondente Anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e o resultado consolidado das suas operações e fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

- d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e, supletivamente, nas Normas Internacionais de Auditoria, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
 - a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2005, da BANIF – SGPS, S.A, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro – *International Financial Reporting Standards* e Normas Internacionais de Contabilidade – *International Accounting Standards* (IFRS/IAS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e adoptadas até à data pela União Europeia e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 27 de Setembro de 2005

ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS – SROC, S.A.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)

Representada por:

Alfredo Guilherme da Silva Gândara